

Curso de Licenciatura em Filosofia na
Modalidade a Distância

6

Filosofia da Ciência II

Alberto Oscar Cupani



FILOSOFIA DA CIÊNCIA II



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA

FILOSOFIA
licenciatura a distância

FILOSOFIA DA CIÊNCIA II

Alberto Cupani



Ministério
da Educação



Florianópolis, 2010.

GOVERNO FEDERAL

Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva
Ministro de Educação Fernando Haddad
Secretário de Ensino a Distância Carlos Eduardo Bielschowky
Coordenador Nacional da Universidade Aberta do Brasil Celso Costa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor Alvaro Toubes Prata
Vice-reitor Carlos Alberto Justo da Silva
Secretário de Educação à Distância Cícero Barbosa
Pró-reitora de Ensino de Graduação Yara Maria Rauh Müller
Pró-reitora de Pesquisa e Extensão Débora Peres Menezes
Pró-reitora de Pós-Graduação Maria Lúcia de Barros Camargo
Pró-reitor de Desenvolvimento Humano e Social Luiz Henrique Vieira da Silva
Pró-reitor de Infra-Estrutura João Batista Furtuoso
Pró-reitor de Assuntos Estudantis Cláudio José Amante
Centro de Ciências da Educação Wilson Schmidt

CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Diretora Unidade de Ensino Roselane Neckel
Chefe do Departamento Leo Afonso Staudt
Coordenador de Curso Marco Antonio Franciotti
Coordenação Pedagógica LANTEC/CED
Coordenação de Ambiente Virtual LAED/CFM

PROJETO GRÁFICO

Coordenação Prof. Haenz Gutierrez Quintana
Equipe Henrique Eduardo Carneiro da Cunha, Juliana Chuan Lu, Laís Barbosa, Ricardo Goulart Tredezini Straioto

EQUIPE DE DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS

LABORATÓRIO DE NOVAS TECNOLOGIAS - LANTEC/CED

Coordenação Geral Andrea Lapa
Coordenação Pedagógica Roseli Zen Cerny

Material Impresso e Hiperídia

Coordenação Laura Martins Rodrigues, Thiago Rocha Oliveira
Adaptação do Projeto Gráfico Laura Martins Rodrigues, Thiago Rocha Oliveira
Diagramação Karina Silveira
Ilustrações Monomomo momomo, Mono Monono
Tratamento de Imagem Kallani Maciel Bonelli, Karina Silveira
Revisão gramatical XXXXXXXXXXXXX

Design Instrucional

Coordenação Vanessa Gonzaga Nunes
Designer Instrucional Carmelita Schulze

Copyright © 2010 Licenciaturas a Distância FILOSOFIA/EAD/UFSC
Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada sem a prévia autorização, por escrito, da Universidade Federal de Santa Catarina.

S007d

CUPANI, Alberto.
Filosofia da Ciência II/Alberto Cupani. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. 007p. ilustr.
inclui bibliografia.
ISBN:07.007.007-7
1. Temática 2. Temática - subtema 3. Temática I. Tema II. Tema

CDU 007.07

Catálogo na fonte elaborada na DECTI da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
FILOSOFIA DA CIÊNCIA E FILOSOFIA DA HISTÓRIA	11
1.1 Breve História da História	13
1.2 História e Filosofia.....	23
1.3 A questão da objetividade da História	30
LEITURAS RECOMENDADAS	34
REFLITA SOBRE	35
A NOÇÃO DE OBJETIVIDADE HISTÓRICA	37
2.1 A noção de objetividade.....	39
2.2 Objetividade histórica e fatos históricos.....	46
LEITURAS RECOMENDADAS	56
REFLITA SOBRE	57
OBJETIVIDADE HISTÓRICA, MÉTODO E HABILIDADE	59
3.1 A questão do método em História.....	61
3.2 Objetividade histórica e personalidade do historiador.....	71
LEITURAS RECOMENDADAS	98
REFLITA SOBRE	99

EXPLICAÇÃO HISTÓRICA, SELEÇÃO E INTERPRETAÇÃO	101
4.1 Objetividade e explicação histórica	103
4.2 Objetividade e seleção de fatores	113
4.3 Objetividade e interpretação	118
LEITURAS RECOMENDADAS	124
REFLITA SOBRE	124
OBJETIVIDADE HISTÓRICA E PERSPECTIVA.....	125
5.1 Objetividade e “paradigma”	127
5.2 Objetividade e historicidade.....	130
5.3 Objetividade e ponto de vista de classe.....	138
LEITURAS RECOMENDADAS	144
REFLITA SOBRE	144
OBJETIVIDADE HISTÓRICA E VERDADE	145
6.1 Universalidade e verdade	147
6.2 Motivos da desconfiança na verdade histórica	151
LEITURAS RECOMENDADAS	154
REFLITA SOBRE	155
REFERÊNCIAS.....	157

APRESENTAÇÃO

Caros alunos e alunas:

Nesta segunda disciplina dedicada à Filosofia da Ciência, vamos nos ocupar das Ciências Humanas. Você deve estar lembrado (a) de que, ao apresentar as noções básicas de Filosofia da Ciência, expliquei que as disciplinas que investigam os diversos aspectos do mundo real, as chamadas Ciências Factuais, subdividem-se em Ciências Naturais (como a Física, a Astronomia ou a Biologia) e Ciências Humanas (como a Psicologia, a Economia, a Antropologia, a Sociologia etc.). Naquela oportunidade, expliquei também que as Ciências Humanas, mais recentes que as Ciências Naturais, são objeto de discussão quanto às condições para que o saber por elas produzido possa ser reconhecido como científico. Vimos que alguns teóricos sustentam que as Ciências Humanas devem assumir os critérios e modos de proceder das Ciências Naturais (posição “naturalista” ou “positivista”), ao passo que outros estudiosos defendem a peculiaridade das Ciências Humanas, em virtude de os fenômenos humanos serem significativos (posição “interpretativa” ou “hermenêutica”). Existe ainda uma terceira corrente que enfatiza a relação das Ciências Humanas com a sociedade que as produz, procurando desmascarar os interesses (de classe, de gênero) que influenciam a pesquisa, distorcendo a percepção da realidade social (posição “crítica”).

Essa polêmica epistemológica põe em destaque o quanto é difícil identificar, nos estudos relativos a assuntos humanos, os traços que tradicionalmente caracterizam as Ciências Factuais, tais como

a descrição correta dos fatos, a elaboração de teorias que possam ser testadas, a formulação de explicações convincentes ou a previsão do comportamento futuro dos objetos pesquisados. E é particularmente difícil estabelecer se os resultados de investigações antropológicas ou psicológicas, por exemplo, podem ser considerados como **objetivos**, sendo a objetividade, como vimos em Filosofia da Ciência, um traço tradicionalmente associado ao saber científico. Sem exagero, pode afirmar-se que todas as condições que uma área de estudos deve reunir para ser admitida como científica de algum modo se resumem na exigência de produzir conhecimento objetivo, isto é, válido para todos os que tiverem a mesma competência profissional. Essa exigência é árdua nas Ciências Humanas, nas quais, seja como causa ou como consequência da complexidade dos seus “objetos”, não existem “paradigmas” análogos aos das Ciências Naturais.

Entre as Ciências Humanas, a História possui um lugar especial, a começar por ocupar-se com objetos que não mais existem (vidas e obras de seres humanos do passado, que tratamos de conhecer a partir de vestígios), e porque, na sua forma tradicional, a História lida com fenômenos únicos (houve apenas **uma** abdicação de Dom Pedro II, houve apenas **um** Getúlio Vargas, houve apenas **uma** Guerra do Vietnã). Já vimos que as Ciências tratam do **universal** (as **classes** de objetos existentes, as **leis** que os governam, os **tipos** de comportamento que os objetos apresentam). O individual (**este** corpo que examino, **esta** reação química que estou analisando, **este** animal cujo comportamento observo) interessa às Ciências como **caso** ou **exemplar** do universal. A História, ao focalizar o individual, o singular, parece ir “na contramão” da Ciência. No entanto, essa contraposição não deve ser exagerada. Diversas Ciências Naturais precisam levar em consideração o passado dos seus objetos (como a Cosmologia ou a Geologia), ou se ocupam do passado (como a Paleontologia). As Ciências Naturais incluem referências ao individual (como a Astronomia ao calcular a órbita do cometa de Halley, ou a Economia ao explicar a crise financeira mundial de 1929). A corrente hermenêutica em Ciências Humanas enfatiza a importância do individual, não apenas na História, mas em qualquer pesquisa de assuntos humanos. E a própria História evoluiu no século XX no sentido de não mais se deixar impressionar pela peculiaridade dos

eventos históricos e indagar pelas condições que os tornaram possíveis (História Social), condições essas que remetem a semelhanças entre eventos e estruturas que transcendem a ação dos indivíduos, como veremos adiante. Com outras palavras, há bons motivos para pensar que **toda** ciência lida, de algum modo, com o universal e o individual.

Existem, certamente, problemas comuns a todas as Ciências Humanas, como o da relevância ou não da quantificação, a possibilidade ou não de fazer experimentos, ou a existência ou não de leis (sociais, econômicas, culturais). E também existem problemas específicos de cada disciplina, como a questão da existência de fenômenos psíquicos para a Psicologia, do modelo mais adequado para compreender as ações dos agentes econômicos na Economia, do risco de “coisificar” as relações sociais em Sociologia, ou da correta maneira de compreender as normas e os valores de outros seres humanos na Antropologia.

Em todo caso, as características das Ciências Humanas e os problemas dos fenômenos humanos que desafiam a Filosofia da Ciência apresentam-se **como que condensados no caso da História**, sem que possamos esquecer que **todo** fenômeno humano é um fenômeno **histórico**, vale dizer, está situado na História Humana, e que todo fenômeno humano já é, em alguma medida, **passado**, por ter partes, aspectos ou momentos que já transcorreram. Eis algumas das razões por que se justifica tomar a História como disciplina representativa de todas as Ciências Humanas nesta disciplina e abordar alguns dos problemas epistemológicos suscitados pela pesquisa histórica a partir da questão da objetividade histórica.

Alberto Cupani

■ CAPÍTULO 1 ■

FILOSOFIA DA CIÊNCIA E FILOSOFIA DA HISTÓRIA

Neste primeiro capítulo, vamos percorrer rapidamente o caminho que conduziu até a disciplina da História tal como hoje a conhecemos. Veremos que não existe unanimidade acerca do tipo de saber que a História representa. Acompanharemos a seguir as duas formas em que é entendida a Filosofia da História: como especulação sobre o rumo da evolução do homem no tempo, ou como reflexão sobre o conhecimento do passado. Finalmente, destacarei a importância da questão relativa à objetividade nos estudos históricos.

1.1 BREVE HISTÓRIA DA HISTÓRIA

Fundamento-me nas exposições de Jean Glénisson, em Iniciação aos Estudos Históricos; Arthur Marwick, em The Nature of History; e Ciro Flamarion Cardoso, em seu livro Uma Introdução à História (ver Referências). Conservarei a convenção de denominar “História” (ou “Historiografia”) a pesquisa do passado humano, ao passo que “história” designa esse passado.

O *início da História* (ocidental) faz-se remontar ao grego Heródoto (século V a.C.), considerado como o “pai da História”, com quem aparece o termo “historia” (ἱστορία), no sentido de “busca”, “pesquisa”, “narrativa”. Embora as narrativas, àquela época, misturassem ainda o que hoje consideraríamos informações sobre fatos com fábulas, Heródoto teve o mérito de fixar o sentido da futura disciplina.



Relevo no palácio do Louvre, na França, representa o historiador grego Heródoto (484 – 425 a.C.). Heródoto denominou “Histórias” o resultado das suas pesquisas acerca das guerras entre gregos e persas, das que dá testemunho. “Histor” (ἱστορ) era “aquele que sabe, o testemunho” (GLÉNISSON, 1979, p. 13).

A contribuição da Grécia para a história, o que ainda hoje lhe devemos (a ponto de se ter escrito recentemente que “o maior historiador do futuro jamais fará algo melhor do que Heródoto”), é um método e é um espírito. Sem dúvida, a forma lendária da história não desaparece por milagre no século V. a. C., quando Heródoto emprega, pela primeira vez, o termo História, num sentido próximo ao que hoje em dia nos é familiar. Mas podemos legitimamente datar deste momento uma forma de história “que passa o sobrenatural para o segundo plano, deixando o primeiro para o espírito humano” [...] Eis aí o espírito novo. A partir deste momento, o homem venceu os deuses começando a ser o senhor do próprio destino (GLÉNISSON, 1979, p. 18). [O autor não menciona a fonte das citações que inclui.]

A partir de Heródoto, existe a pesquisa e o registro de ações humanas, com alguma preocupação de examinar a confiabilidade das fontes, de tal modo a separar o real do imaginário ou fantástico.

Um outro historiador grego, Tucídides (455 – 400 a.C.), que narrou a guerra do Peloponeso “para o proveito que se poderá tirar do conhecimento certo do passado”, consagrou com essas palavras uma noção que iria dominar a visão romana, medieval e até renascentista dos estudos históricos: *a da história como “mestra da vida”*, numa frase de Cícero (106 – 43 a.C.). Tucídides é importante também porque iniciou a prática de estabelecer (ainda que limitadamente) a cronologia dos fatos narrados, uma prática que nos parece óbvia hoje em dia, mas que constituía, naquela época, uma novidade. Políbio (198 – 117 a.C.) apontou a importância de o historiador identificar as causas, os meios e os objetivos dos empreendimentos humanos, a fim de que a obra histórica não se reduzisse a “mero passatempo”. Roma teve seus historiadores, como Tito Lívio (59 a.C. – 17 d.C.), Tácito (aproximadamente 55 – 120 d.C.) e Plutarco (50 – 120), que escreveram sobre as façanhas do Império, fazendo com que a História tivesse um propósito de exaltação patriótica. De resto, a História teve, desde então e até o século XX, um caráter predominantemente político (relatando guerras, fundação de cidades, tratados e outros) e destacando a ação dos “grandes homens” (governantes, militares, heróis).

Essa concepção da História vincula-se com a noção do tempo própria dos gregos da época clássica, que o concebiam como transcorrendo circularmente, sem começo nem fim, de modo que o futuro era o passado que retornava sob outras vestes (o “eterno retorno” de que falará Nietzsche), à diferença da tradição judaico-cristã, para a qual o tempo tem um percurso linear, começando na criação do mundo e terminando no Juízo Final.

Entre os árabes, Ibn Khaldun (século XIV) tratou o passado com maior rigor metodológico.

Na Idade Média cristã, a consideração do passado esteve dominada pela doutrina religiosa, que encontrou a sua formulação oficial, por assim dizer, na obra *A Cidade de Deus*, de Santo Agostinho. A história humana foi vista, durante esses longos séculos, **como o intervalo entre a criação do homem por Deus e o Juízo Final**, e era caracterizada pela luta permanente entre a tendência pecadora do homem e seus esforços para salvar-se. Desde o ponto de vista técnico, a Idade Média foi um retrocesso em matéria de rigor e exigências críticas ao narrar eventos importantes (por exemplo, vidas de santos) e, por isso, a visão medieval do passado incluía constantemente episódios fabulosos (como no caso dos milagres) ou pelo menos baseados na *mera confiança na tradição*.

Na Modernidade, e como parte da reação contra a cultura medieval, ressurgiu o propósito de **investigar criticamente o passado**.

Entre 1475 e 1575, em função do Humanismo, da Renascença e da Reforma, começam a aparecer exigências mais científicas do que as surgidas na Idade Média ocidental quanto à definição e à prática da História. No século XVI, o mais importante foi o desenvolvimento da preocupação de só aceitar fatos ou textos como autênticos depois de minuciosa verificação. Aqueles anos foram os da redescoberta dos textos antigos, e também da discussão – ligada à Reforma e à Contra-Reforma – acerca da canonicidade dos textos sagrados (o que se vincula forçosamente à sua autenticidade). Como tal preocupação crítica com textos, fatos e dados, sem ser condição suficiente para a construção da História como ciência, é sem dúvida alguma condição necessária, já que não é possível raciocinar em forma rigorosa a partir de uma documentação e um conjunto de dados falsos ou duvidosos, constituiu um passo significativo no progresso da disciplina histórica. (CARDOSO, 1983, p. 28).

O século XVII foi particularmente importante pelos esforços de eruditos como Jean Bolland (1596 – 1695) e Dom Mabillon (1632 – 1707) no sentido de estabelecer a autenticidade dos documentos. Já no século XVIII surgiram as primeiras preocupações teóricas dos historiadores, como Voltaire (1694 – 1778), criticando a insuficiência da História puramente política; o filósofo Gianbattista Vico (1668 – 1744), sugerindo que as sociedades se desenvolvem de maneira cíclica; e Condorcet (1743 – 1794), defendendo a possibilidade de explicar e predizer os eventos históricos. Ao mesmo tempo, a História deixava de estar centrada na tradição europeia e

na admissão do Cristianismo como única religião verdadeira, passando a interessar-se por outras culturas e a compará-las.

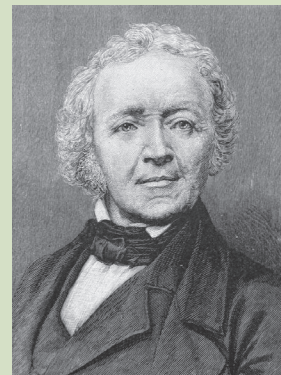
No entanto, foi só no século XIX que a História (igual à maioria das Ciências Humanas) se constituiu oficialmente, digamos, como disciplina científica. Cardoso (1983, p. 30) cita três eventos que permitem falar dessa constituição. Por um lado, se desenvolveram as chamadas disciplinas auxiliares da História (como a **Filologia**, a Criptografia, a Epigrafia, a Numismática etc.) e se publicaram “gigantescas coleções de documentos”, principalmente relativos à História Antiga e Medieval.

Por outro lado, nasceram escolas nacionais de pesquisa na França, Alemanha e Inglaterra, cujos historiadores – como Jules Michelet (1798 – 1874), Leopold von Ranke (1795 – 1886) e Thomas B. Macaulay (1800 – 1859) – gozaram de grande prestígio. Por fim, por fora da Academia, surgiu o Materialismo Histórico de Marx e Engels, “a primeira teoria global coerente das sociedades humanas vistas tanto nas suas leis estruturais quanto – e sobretudo – nas suas leis dinâmicas ou de transformação” (CARDOSO, 1983). Muito contribuiu para fixar o espírito da nova disciplina o (hoje famoso) princípio enunciado por Ranke, segundo o qual a História deve mostrar o passado “como realmente foi” (*wie es eigentlich gewesen ist*). Dessa maneira, a História se afastava, decidida e conscientemente, da fábula e da literatura, bem como abandonava a intenção de oferecer lições de moral. Um historiador era um pesquisador em busca da verdade acerca do passado, verdade essa tanto mais confiável quanto mais se fundamentasse em fatos devidamente constatados, sem interpretações “subjetivas”.

- **Filologia**
- A Filologia é o conhecimento e a interpretação dos
- testemunhos escritos. A
- Criptografia é a análise
- e decifração de textos
- redigidos em código (ou,
- por extensão, decifração de
- escritas antes impossíveis
- de serem lidas, como os
- hieróglifos egípcios). A
- Epigrafia é o estudo e a
- leitura das inscrições, e a
- Numismática é o estudo
- das moedas e medalhas
- (CARDOSO, 1983).

LEOPOLD VON RANKE

Cabe, contudo, mencionar que, embora o princípio tenha influenciado a História posterior no sentido antes mencionado, não existe unanimidade dos estudiosos acerca do significado exato que Ranke lhe dava. Em particular, a palavra *eigentlich* (propriamente) poderia significar não a constatação de fatos sem interpretação, mas a compreensão do significado essencial dos eventos estudados (o que remete às convicções filosóficas de Ranke) (ver NOVICK, 2005, p. 28).



A pesquisa histórica durante o século XIX esteve marcada por duas correntes filosóficas antagônicas: o Positivismo e o Historicismo. Para o primeiro, representado principalmente por Augusto Comte (criador da expressão “filosofia positiva”), a tarefa do cientista (e do historiador que aspirasse a proceder cientificamente) se caracterizava pela subordinação da especulação aos fatos devidamente constatados. Isso se projetava, no campo da História, na formação de historiadores muito escrupulosos com relação à confiabilidade dos dados e que procuravam não acrescentar-lhes “*interpretações*” *indevidas*. Já para o historicismo, representado por pensadores como Wilhelm Dilthey (1883 – 1911) e Wilhelm Windelband (1848 – 1915), a História pertencia à classe de ciências baseadas na compreensão (*Verstehen*), e não às Ciências Naturais, ordenadas à explicação dos eventos mediante leis e relações de causa e efeito. Para o historiador historicista, era precisamente a interpretação do historiador o que conferia valor à pesquisa do passado. Não pode surpreender que essa convicção levasse a História em direção ao relativismo, uma tendência que sempre preocupou os estudiosos que defendem a cientificidade desta disciplina.

Esse modo de trabalhar foi posteriormente satirizado pelo historiador inglês Robin Collingwood (1889 – 1943) com a denominação de “História de tesoura e cola” (o historiador limitado a “recortar” fatos e a justapô-los).

Positivistas e historicistas, no entanto, compartilhavam da visão da História como investigação **do único ou particular**, à diferença das outras áreas de estudos sobre assuntos humanos (notadamente a Sociologia e a Antropologia) que buscavam também, à época, alcançar a condição de ciências. Predominava igualmente a História dos eventos e das instituições políticas. Pouco a pouco, porém, e em grande medida devido à influência crescente do Marxismo, os historiadores começaram a perceber a necessidade de considerar os episódios históricos como parte de **contextos socioculturais maiores**, bem como a realizar estudos comparativos que detectavam, se não leis, pelo menos constantes históricas. Junto com uma consciência crítica aguçada com relação às fontes documentais (a herança do Positivismo), tornou-se igualmente consciente a impossibilidade de conceber o resultado da pesquisa histórica com independência da mentalidade do historiador (herança do historicismo).

Em particular, tornou-se claro que os documentos e o estabelecimento dos fatos que eles permitem nada valem sem as questões que o historiador levanta e as hipóteses que formula. Igualmente clara tornou-se a importância da teoria que o historiador endossa, uma característica óbvia no caso da História marxista.

No século XX, a História profissional experimentou uma grande transformação impulsionada por um grupo de pesquisadores conhecidos como “grupo dos *Annales*”. Os *Annales d’Histoire Économique et Sociale* (*Anais de História Econômica e Social*) foi uma revista fundada em 1929 pelos historiadores franceses Lucien Febvre (1878 – 1956) e Marc Bloch (1886 – 1944). Conforme seu propósito de fomentar a pesquisa aberta às contribuições de diferentes disciplinas, seu conselho editorial contava, além de historiadores, com um economista, um sociólogo, um cientista político e um geógrafo. Desde então e ainda que passando por diversas etapas e direções (F. Braudel [1902 – 1983], Jacques Le Goff [1924 –] e François Furet [1927 – 1997]), *Anais* estimulou a prática de uma História científica abrangente, “integral”, na intenção dos seus fundadores.

Cardoso (1983, p. 37-38) aponta como “concepções fundamentais” da Escola dos Anais as seguintes: a crença no caráter científico da disciplina; a substituição da “**História-narrativa**” pela “**História-problema**”, visando explicações dos eventos; o contato permanente com as outras Ciências Humanas; a ampliação dos horizontes da pesquisa, incluindo aspectos como a civilização material ou as mentalidades, antes ignorados; a “insistência nos aspectos sociais, coletivos e repetitivos, de preferência aos biográficos e episódicos”; a utilização de todo tipo de documentos disponíveis, não apenas textos, mas também vestígios arqueológicos, tradições orais, restos de sistemas agrários visíveis na paisagem contemporânea etc.; a construção de **temporalidades múltiplas**; e o reconhecimento da ligação indissolúvel do presente e o passado, que acarreta a responsabilidade social do historiador. O estilo de pesquisa da *Escola dos Anais* ficou especialmente caracterizado pela sua crítica da “História de eventos”, isto é, a pesquisa que recorta seus objetos de um contexto ao qual pertencem, ou que não percebe que eles são como a ponta de um “iceberg” que deve ser

• **Temporalidades múltiplas**

• A noção de “temporalidades múltiplas” alude ao fato de que diversos aspectos da vida humana se transformam em ritmo diferente. Isso foi magistralmente mostrado pelo historiador Ferdinand Braudel (1902 – 1985) no seu estudo *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo à época de Felipe II*.

explorado. **Os historiadores dos Anais esforçaram-se em mostrar a influência daquilo que transcende os eventos particulares**, como as estruturas (econômicas, sociais, linguísticas) e os processos de “longa duração”. *Anais* fomentou ou acolheu a análise quantitativa e estatística de séries de eventos, bem como a abordagem de temas insólitos, tais como a morte, a infância, o medo, a família (trabalhos que constituíram o que se começou a denominar “Nova História”). Ao mesmo tempo, produziram-se importantes estudos regionais que sintetizavam diversos aspectos da vida social, como no famoso estudo *Les Paysans de Languedoc (Os camponeses de Languedoc, 1966)*, de Emmanuel Leroy Ladurie (1929 –).

Como resultado desse processo de transformação,

[O]s historiadores abandonaram a visão anterior de uma História voltada para fatos singulares, em favor de uma concepção das sociedades humanas como estruturas globais historicamente específicas, totalidades organizadas complexas, mas cognoscíveis, sujeitas a regularidades e determinações. (CARDOSO, 1983, p. 40).

Para Cardoso, a Escola dos Anais e o Marxismo foram as duas maiores influências no estatuto atual da História, que ele caracteriza como uma “ciência em construção”. Embora partilhada provavelmente pela maioria dos historiadores, cabe mencionar que **houve vozes dissidentes no século XX**. Três casos merecem referência. Para Henri I. Marrou, famoso historiador da Antiguidade (1904 – 1977), a História não é uma ciência, embora se trate de um saber rigoroso. No seu conhecido livro *Sobre o Conhecimento Histórico*, Marrou afirma que

[S]e se fala de ciência a propósito da história não é no sentido de *epistême*, mas no de *tekhne*, isto é, em oposição ao conhecimento vulgar da experiência cotidiana, um conhecimento elaborado em função de um método sistemático e rigoroso, aquele que se mostrou capaz de representar o fator *optimum* de verdade. (MARROU, 1978, p. 29).

E um outro historiador, também francês, Paul Veyne (1930 –), defende ser a História tão somente uma narrativa, um “romance verdadeiro”.

Face à explicação que é própria das ciências, físicas ou humanas, a história aparece como uma simples descrição do que se passou; ela explica

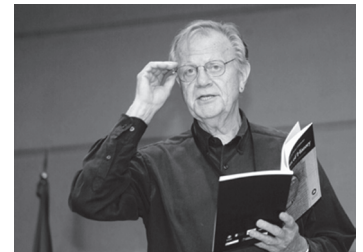
como as coisas aconteceram, dá-o a compreender. [...] A história descreve o que é verdadeiro, o que é concreto, vivido, sublunar; a ciência descobre o que está escondido, abstrato e é, de direito, formalizável. (VEYNE, 1983a, p. 203).

Que fazem realmente os historiadores, de Tucídides a Max Weber ou Marc Bloch, quando abandonam os seus documentos e procedem à “síntese”? O estudo cientificamente conduzido das diversas atividades e das diversas criações dos homens de outrora? A ciência do homem em sociedade? Das sociedades humanas? Bastante menos do que isso: a resposta à questão não mudou desde que os sucessores de Aristóteles a levantaram há dois mil e duzentos anos: os historiadores narram acontecimentos verdadeiros que têm o homem como **actor**; a história é um romance verdadeiro (VEYNE, 1983a, p. 10).

Para mentalidade “pós-moderna”, finalmente, a História é um ramo da literatura. Como vimos na disciplina Filosofia da Ciência, o “pós-modernismo” pode ser definido como uma corrente intelectual que rejeita cânones universais, tais como: a verdade, a razão, a realidade, entre outras. Faz parte do pós-modernismo a reivindicação da importância da linguagem na organização da vida mental e social dos seres humanos. Daí sua tendência a referir-se a práticas como a da ciência em termos de “discursos” e a destacar o caráter literário e até poético de todo discurso, bem como seu compromisso com o exercício do poder. Essa concepção é sustentada com particular energia pelo historiador e filósofo norte-americano Hayden White (1928 –), que **rejeita as pretensões da História tradicional de alcançar a verdade acerca do passado**, inferindo-a da interpretação das evidências (documentos). Para White, o significado que o historiador atribui aos eventos estudados é, fundamentalmente, obra sua, um “enredo” que ele cria. A História é profundamente “poética” (criativa).

Por exemplo, em relação aos acontecimentos que ocorreram na França em 1789-1790, em que Burke viu uma verdadeira calamidade nacional, Michelet os considera uma epifania daquela união do homem com Deus que inspira o sonho do romance de ser uma forma genérica de estória. De modo semelhante, o que Michelet toma como um legado inconfundível desses eventos para sua própria época, Tocqueville interpreta a um só tempo como um fardo e uma oportunidade. Tocqueville descreve a queda do Antigo re-

• Nesta citação, como em outras
• posteriores, vocês vão advertir
• que a grafia de certas palavras
• difere do português brasileiro,
• por tratar-se de obras editadas
• em Portugal.



Cabe esclarecer que White não nega que o passado seja algo que existe “fora da consciência do historiador”. O que ele nega é que esse passado possua uma trama que pode ser captada ou representada, melhor ou pior, pelo pesquisador (ver *Meta-História*, p. 21, n. 5).

gime como um declínio trágico, do qual, porém, podem-se beneficiar os sobreviventes do *agon* (luta), ao passo que, para Burke, essa mesma queda foi um processo de degradação do qual pode derivar pouco ou nenhum benefício. Marx, por outro lado, caracteriza explicitamente a queda do Antigo regime como uma “tragédia”, comparando-a com as “cômicas” tentativas, na Alemanha de sua época, de manter o feudalismo por meios artificiais (WHITE, 1994, p. 77). (White alude a Edmund Burke [1729 – 1797], historiador inglês conservador, crítico da Revolução, e aos franceses Jules Michelet [1798 – 1874], republicano, e Alexis de Tocqueville [1805 – 1859], liberal).

As narrativas históricas, continua White, são ficções verbais “cujo conteúdo é tão inventado quanto encontrado”. A explicação ou síntese histórica é um ato de criação literária que segue determinados padrões (por exemplo, a metáfora) e determinado estilo (por exemplo: cômico, satírico etc.), tendo ainda conotações ideológicas (conservador, radical, liberal e outros). Por esse motivo, a opção por uma ou outra interpretação de um episódio histórico não tem, para White, base epistemológica (não é “mais verdadeira”), *mas repousa em preferências éticas ou estéticas.*

A posição teórica de White é detalhadamente explicada por ele na Introdução do seu livro Meta-História.

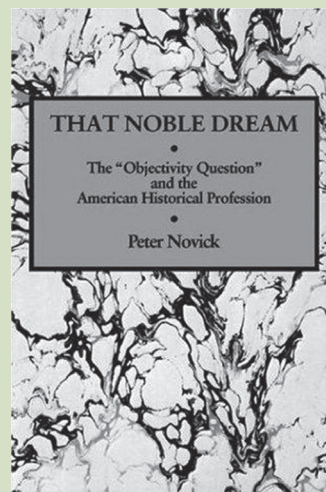
A posição pós-moderna está, contudo, longe de ser majoritária entre os historiadores. **Alun Munslow, estudioso do assunto, crê detectar três tendências na historiografia contemporânea** (MUNSLOW, 1997). Existe a corrente “empirista”, que prolonga a concepção tradicional da pesquisa histórica como uma tarefa consistente em “reconstruir” o passado extraíndo, por assim dizer, dos documentos, o significado dos eventos. Trata-se de uma posição que mantém a desconfiança, própria do Positivismo, com relação a toda teoria que possa “deformar” os fatos e não conseguir ser fiel ao caráter único dos eventos históricos. Em segundo lugar, está a corrente que defende a aproximação da História com as Ciências Sociais e a necessidade de uma teoria para a interpretação dos fatos históricos, vistos como manifestação de estruturas e padrões subjacentes (à semelhança dos eventos naturais). Munslow denomina “construtivismo” esta posição, que encontra ilustrada principalmente pelos historiadores neo-marxistas, embora reconheça que se dá numa “grande variedade” de historiadores, incluindo os deriva-

dos da Escola dos *Anais*. Por fim, temos a tendência pós-moderna, “desconstrutivista”, (influenciada por pensadores como J. Derrida (1930 – 2004) e M. Foucault (1926 – 1984)) para a qual a versão do passado oferecida pelo historiador é uma criação sua, baseada em documentos que são, por sua vez, representações do passado, e não um mero meio de acesso a ele (MUNSLOW, 1997, p. 25).

A existência da corrente *desconstrutivista* atesta uma característica da História que merece destaque: ela é, entre as disciplinas que estudam os fenômenos humanos, provavelmente a mais sujeita à influência da mentalidade social dominante.

PETER NOVIC

A dependência da pesquisa histórica com relação às mudanças na mentalidade social dominante está muito bem explorada no livro *That Noble Dream* (*Esse nobre sonho*), de Peter Novick (2005). O autor mostra que a intenção (o “nobre sonho”) dos historiadores norte-americanos de praticar uma História objetiva (sobretudo, no sentido de imparcial) viu-se constantemente frustrada pelo compromisso, consciente ou inconsciente, dos historiadores com atitudes relativas a eventos tais como a escravatura, a Guerra Civil, o patriotismo e as consequências da Guerra do Vietnam.



Essa mentalidade é, hoje, um misto de perplexidade acerca da complexidade da realidade (natural e social), dúvidas no que tange a noções básicas tradicionais (como as de racionalidade ou verdade) e insegurança quanto à própria ideia de ciência. Faz parte também da mentalidade atual uma consciência aguda de que muitas coisas que parecem dadas ou naturalmente feitas na vida humana são, na verdade, construídas ou produzidas por processos sociais em que a linguagem, os interesses e o exercício do poder têm um papel decisivo. Um exemplo típico dessa construção que aparece como algo “natural” são os gêneros (homem, mulher), como foi mostrado pelo pensamento feminista.

Vale a pena, para terminar, citar as palavras de um expositor que expressam de maneira particularmente bem sucedida o estado

desta área de estudos. Ainda que escritas na década de 70 do século passado, elas continuam vigentes.

Tal é a situação atual da História – disciplina em plena evolução e consciente deste fato, consciente, também, de obedecer às correntes de pensamento contemporâneo e de sofrer os contragolpes das prodigiosas inovações técnicas, demográficas e científicas, que transformam o mundo sob nossos olhos. Arrastada no movimento que anima as ciências humanas e as impele à unidade, busca ela os pontos de contacto com as disciplinas jovens. É neste sentido que podemos falar, como por vezes acontece, em História total – total pelo seu objeto, que é o homem na sua totalidade, abrangido no tempo e no espaço; total pelo seu método, que nada quer deixar escapar das técnicas utilizáveis para a descoberta e interpretação das ações humanas. (GLÉNISSON, 1979, p. 26, grifo do autor).

1.2 HISTÓRIA E FILOSOFIA

Convém lembrar que o Brasil teve e tem historiadores de renome internacional, como Sérgio Buarque de Holanda (1902 – 1982), José Honório Rodrigues (1913 – 1987) e Caio Prado Junior (1907 – 1990).

Existem diversas definições da *História*, entre as quais: “ciência do passado” (em diversos autores), “ciência dos homens no tempo” (M. Bloch), “o conhecimento do passado humano” (H. I. Marrou), “uma pesquisa que nos ensina o que o homem fez e, portanto, o que é o homem” (Collingwood), “estudo das experiências e das ações de personalidades humanas” (Arnold Toynbee). Sem entrar no mérito das diversas definições, prefiro limitar-me a entender a História como uma disciplina que se pretende científica no sentido de reivindicar um domínio de objetos próprios, que investiga de maneira sistemática e rigorosa, procurando evidências para fundamentar suas afirmações.

O domínio da História é o conjunto das manifestações da vida humana, na medida em que estão submetidas ao tempo e são para nós, no momento da pesquisa, algo já passado. Esta caracterização ampla permite, creio, incluir pontos de vista discrepantes acerca desta disciplina, como a **divergência entre explicar e compreender as ações humanas.**

A caracterização deixa igualmente em aberto a índole, a cientificidade reivindicada pela História: pode tanto tratar-se de uma ciência conforme o modelo das Ciências Naturais modernas, como de uma ciência no sentido da *Wissenschaft* (ciência, saber) da tradição humanista alemã, isto é, de um saber metódico e rigoroso, porém diferente da pesquisa que combina a observação e o experimento com a descrição e o cálculo matemáticos. Caberiam aqui as concepções hermenêuticas da História, as que enfatizam o papel do historiador como intérprete dos vestígios da vida passada, que trata de compreendê-la.

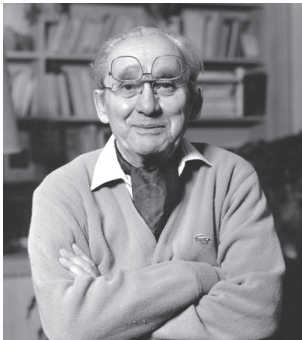
Por sua vez, **a Filosofia tem duas maneiras de se relacionar com a história** no sentido da evolução do homem no tempo. Ela pode supor que existe **um significado ou sentido nessa evolução**, vale dizer que a história tem ou teve um rumo, um propósito, uma tendência, ou, pelo menos, que o desenrolar dos eventos históricos obedece a alguma lei ou padrão geral. As doutrinas elaboradas com base nessa convicção constituem o que se denomina “Filosofia especulativa” da história, das quais a obra de Hegel é o exemplo mais acabado. Esse autor, como é sabido, concebia a história humana como a manifestação do desenvolvimento do Espírito Divino, que se auto-realizava através da vida da humanidade. Outros autores que especularam sobre o “sentido da história” foram Kant (para quem a história podia ser considerada como “a realização de um plano secreto da Natureza para criar uma constituição política perfeita”), Auguste Comte (que reivindicava ter descoberto uma lei geral de desenvolvimento da humanidade na direção do progresso científico e industrial) e Karl Marx (que via na história a constante luta de classes que terminaria na sociedade comunista). Os historiadores sempre rejeitaram **essa pretensão dos filósofos**.

• Em geral, supõe-se que
 • esse tipo de doutrina
 • esteja hoje completamente
 • desacreditado, porém ele não
 • deixa de tentar os pensadores,
 • como o prova o livro O
 • fim da história e o último
 • homem (1992) do filósofo e
 • economista norte-americano
 • Francis Fukuyama (1952 –),
 • para quem a democracia
 • liberal ocidental ter-se-ia
 • firmado como a solução final
 • para o governo humano, após
 • o fracasso do comunismo
 • e do fascismo.

O problema de uma teoria desse tipo é proporcionar uma explicação da relação dos elementos *a priori* [como a idéia de um ser supremo ou a existência de uma lei histórica geral] com os elementos empíricos na história filosófica, de evitar a sensação de que o historiador filosófico está apenas imaginando os fatos ou selecionando-os de acordo com seus próprios desejos. (WALSH, 1978, p. 125).

Cabe observar que a especulação filosófica acerca do presumível rumo da história foi criticada também por filósofos (a citação acima é de um deles), não apenas pela sua fragilidade epistemológica,

A crítica de Popper foi exposta nos seus livros *A miséria do Historicismo* e *A sociedade democrática e seus inimigos*.



mas também pelas suas consequências políticas. O caso mais famoso é o de **Karl Popper**, que questionou duramente as doutrinas de Hegel e Marx por considerá-las como responsáveis pela justificação de sociedades não democráticas (fascistas comunistas). Por outra parte, a reflexão filosófica pode também versar sobre a condição humana enquanto temporal, e assim, **sobre a inerente historicidade do ser humano**.

Neste sentido, há uma filosofia da história em autores como Martin Heidegger (1889 – 1976) e José Ortega y Gasset (1883 – 1955). O primeiro faz culminar a análise da existência humana contida no seu livro *Ser e Tempo* (1927) na apresentação da historicidade como temporalidade que vai gerando novidades (desse modo, o homem tem história porque é – intrinsecamente – histórico, em vez de ser histórico porque tem história). O segundo condensou seu pensamento a respeito deste assunto numa frase famosa do seu ensaio *História como Sistema*: “O homem não tem natureza: ele tem história”. Por último, mas nem por isso o menos importante, a filosofia pode tomar como objeto de meditação o ser do passado, e o tipo de consciência (a *rememoração*) que o identifica como tal. O filósofo francês **Paul Ricoeur** (1913 – 2005) fez uma importante contribuição a esse tipo de estudos.

À diferença da filosofia especulativa da história, existe outro tipo de indagação filosófica denominada “Filosofia crítica da História” (ou Teoria da História, ou ainda Meta-História). Trata-se da reflexão sobre **o tipo de conhecimento** produzido pela disciplina denominada História. Poder-se-ia dizer que se trata da **epistemologia da História**, girando, como toda disciplina epistemológica, em torno de questões tais como a da possibilidade do conhecimento histórico, a sua fundamentação, a noção de verdade histórica, a forma de explicação dos eventos própria da História etc. Ela faz parte da Epistemologia das Ciências Humanas, ou, se se quiser, da Filosofia das Ciências Humanas, quando a Filosofia da Ciência é concebida fundamentalmente em seu aspecto epistemológico, como expliquei na disciplina Filosofia da Ciência (veja o livro-texto Cupani, Alberto *Filosofia da Ciência*. Florianópolis: FILOSOFIA/EAD/UFSC 2009, páginas 17-18). É precisamente este **tipo de reflexão filosófica** que faremos ao longo desta disciplina.

Resumindo: a Filosofia da História se subdivide em Filosofia Especulativa e Filosofia Crítica da História.

Pelas razões que expus no início deste capítulo, examinarei o conhecimento histórico tendo como ponto de referência a questão da sua possível **objetividade**. No entanto, convém mencionar ainda, finalizando este capítulo introdutório, três questões epistemológicas particularmente relevantes.

A primeira questão diz respeito ao tipo de “olhar” em direção ao passado constituído pela pesquisa histórica. O passado é, por definição, passado de um presente desde o qual ele é considerado. “Contemplar” o passado é algo que, inevitavelmente fazemos, em alguma medida, desde nossa situação atual, com “nossos olhos”. Reciprocamente, como enfatizou o filósofo Hans Georg Gadamer (1900 – 2002), **os olhos com que contemplamos o passado são um produto dele**. Considerando tudo isso, cabe perguntar pela atitude mais correta para compreender o passado. Devemos entender o passado enquanto preparação do presente, ou devemos entendê-lo na sua própria índole? Ambas as posições encontram facilmente justificação. Acaso o motivo que mais espontaneamente se apresenta à nossa consciência para conhecer o passado não é a compreensão do presente (saber: como viemos a ser o que somos?). Por outro lado, se nosso interesse pelo passado se reduz à sua condição de antecedente da contemporaneidade, não corremos o risco de distorcer o caráter, seja das causas, seja dos motivos dos eventos pesquisados? Não é mais correto estudar o passado por si mesmo?

A primeira opção, denominada amiúde “presentismo”, teve como seu defensor mais célebre o filósofo italiano **Benedetto Croce** (1866 – 1952) para quem “toda História é contemporânea”, vale dizer que o significado e a relevância do passado somente se compreende pela sua relação com o presente e em função das preocupações que atualmente temos. Em caso contrário, ocupar-se com o passado era um passatempo frívolo. É fácil perceber que essa perspectiva pode implicar (e geralmente implica) considerar o presente como estágio histórico melhor, mais valioso ou até final da história humana, suposição que sempre encontrou (e possivelmente sempre encontrará) críticos. O historiador e filósofo Herbert Butterfield (1900 – 1979) questionou essa prática historiográfica denominando-a com uma expressão que se tornou famosa, “*interpretação whig da história*”, por pressupor que as questões que



interessam na atualidade são as mesmas que interessaram aos homens de outras épocas, conduzindo a selecionar dados e aspectos do passado de maneira arbitrária.

“INTERPRETAÇÃO WHIG DA HISTÓRIA”

“Whigs” é uma denominação popular para os liberais na Grã Bretanha, e Butterfield se referia à interpretação da história política como conduzindo à vitória da sociedade liberal. Vimos em Filosofia da Ciência que Thomas Kuhn criticou a História da Ciência tradicional por interpretar a ciência de outras épocas como antecedente da ciência atual, em vez de situá-la em seu contexto. A sua crítica coincide com a de Butterfield (que também foi historiador da ciência), ainda que Kuhn não se refira a ele em *A Estrutura das Revoluções Científicas*.

Advertir o “peso” excessivo ou inadequado do presente sobre o passado gera também a crítica da “História oficial” (ou seja, a que serve ao poder vigente). O mesmo fundamento tem a crítica da História como “História dos vencedores”, vale dizer, quando se observa que a História foi escrita com base no testemunho dos que triunfaram nas lutas sociais e políticas, com o agravante de que, em muitos casos, não restaram vestígios que nos transmitam a “voz” dos vencidos. Notemos, porém, que a mesma crítica é formulada às vezes contra os historiadores que colocam sua pesquisa a serviço de causas políticas emancipatórias (dos negros, das mulheres, dos povos subdesenvolvidos), pois, do ponto de vista epistemológico, o risco é análogo.

Se o “presentismo” é questionável, o mesmo acontece com a pesquisa do passado tratando de compreendê-lo em si e por si mesmo. Para começar, e à semelhança do que ocorre em outras disciplinas (como a Antropologia), vale a pena perguntar-se até que ponto podemos “colocarmo-nos no lugar dos outros”, despreendendo-nos, por assim dizer, do nosso próprio ser. No entanto, sob o risco de negar nossa comum condição humana e até de cair no ceticismo, é razoável supor que, em alguma medida, nossos esforços para compreender ou explicar as ações, ideias e acontecimentos de outras épocas em seus próprios termos podem ter sucesso. Com outras palavras: somos homens como aqueles cuja

vida tratamos de entender. Por que não haveríamos de conseguilo, ao menos aproximadamente? Admitindo-se isso, podemos ainda questionar se a História cultivada sem qualquer preocupação pelo seu significado para o presente não se reduz a um passatempo frívolo (uma crítica que é endereçada às vezes a toda forma de ciência sem utilidade prática).

É provável que, face às motivações e aos riscos de ambas as formas de praticar a pesquisa histórica, a atitude mais correta seja **uma criteriosa combinação de ambas**. Por um lado, tratar de entender os eventos passados em função da índole deles, sem forçá-los a corresponder aos traços do presente nem às preocupações que atualmente temos. Por outro lado, procurar advertir de que modo aqueles eventos explicam (se for o caso) a nossa situação: as características da nossa sociedade, o tipo de ideias que sustentamos, os problemas que enfrentamos etc. Com outras palavras: conhecer o passado “em si mesmo”, porém não apenas “por si mesmo”.

A rigor, a questão relativa à apropriada atitude do historiador pressupõe uma outra, mais ampla ainda: por que (ou para que) nos interessamos pelo passado? Nietzsche examinou, com sua característica perspicácia, essa questão no seu ensaio *Da utilidade e desvantagem da história para a vida*.

A segunda questão epistemológica que convém mencionar é a relativa ao caráter artístico da História, um assunto abordado por **Henri I. Marrou** ao discorrer sobre a obra histórica (MARROU, 1978, Conclusão). Sem deixar de diferenciar-se da literatura, por referir-se a eventos que foram reais, o trabalho do historiador se aproxima do trabalho do escritor. Criticando os textos históricos pesadamente eruditos, Marrou escreve:

O historiador deve chegar à expressão exata da sua verdade sutil: quem duvidará de que, para isso, ele deva ser também um artista? Todos os bons espíritos concordam comigo nesse ponto, desde Ranke até G. J. Renier, passando por Dilthey, Simmel e Croce. Se Ranke, mais do que Niebuhr, é venerado pela sua memória como o primeiro historiador moderno, no sentido que damos a esta palavra, é por ter sido o primeiro que soube acrescentar à penetração e à sutileza da investigação crítica,



À direita e em evidência,
Henri I. Marrou.

além da largueza do espírito filosófico, a pena feliz de um clássico da língua (MARROU, 1978, p. 227). [M. alude ao historiador alemão L. Ranke (1795 – 1886), ao historiador holandês J.G. Renier (1892 – 1962), ao filósofo alemão W. Dilthey (1833 – 1911), ao sociólogo alemão G. Simmel (1858 – 1918) e ao filósofo e historiador italiano B. Croce (1866 – 1952)].

Sem dúvida, um livro ou artigo histórico escrito de maneira amena e até bela capturam a atenção do leitor (e, eventualmente, o convencem) mais facilmente que um texto prolixo, carregado de citações. Contudo, esse aspecto formal, estilístico, da obra histórica, remete ao fato de que o historiador, talvez mais marcadamente que outros pesquisadores, faz um trabalho **criador de significado**, “poético” no sentido etimológico da palavra (poiesis = criação). Vimos que a corrente “desconstrutivista” enfatiza esse aspecto da pesquisa histórica, mesmo à custa da verdade histórica. Mas não é necessário admitir essa consequência para apreciar o quanto a **forma** do texto histórico é importante para a assimilação do seu **conteúdo** e, sobretudo, que a forma é algo que o historiador **deve** dar ao texto pelo simples fato de que os documentos, como veremos nos capítulos a seguir, não “falam por si mesmos”.

No entanto, esse aspecto literário da História é menos apreciado por aqueles filósofos que, como Mario Bunge (1919 –), defendem a necessidade de que a História alcance plena maturidade como ciência, que se torne uma ciência social mais exata. Apesar de não rejeitar a Historiografia tradicional, que admite como necessária para compreender as ações individuais criativas, na História da Arte, da Literatura e outras, Bunge propõe substituí-la por outra disciplina, que denomina “Historiologia”, quando se trata de explicar eventos históricos coletivos (uma revolução, mudanças culturais etc.) (ver BUNGE, 1985, capítulo 4). Combinando o **enfoque sistêmico** com o trabalho interdisciplinar e a quantificação dos dados, a Historiologia constituiria uma disciplina claramente científica, que explicaria os eventos históricos mediante leis e estruturas gerais. Nesse caso, e embora o trabalho do cientista nunca seja mecânico, o aspecto literário ou poético da História ver-se-ia obviamente diminuído. Os textos em que se comunica o resultado das pesquisas seriam mais técnicos, povoados por números e gráficos, à maneira dos textos resultantes das pesquisas nas Ciências

O enfoque sistêmico (e a correspondente Teoria dos Sistemas) consiste em advertir que tudo quanto existe se dá em forma de sistemas (conjuntos de elementos intervinculados, com uma função comum), ou seja, que não existem objetos nem processos isolados. Bunge é um dos mais conhecidos defensores desse enfoque.

Naturais. Bunge admite que sua leitura seria menos atrativa, para o público geral, que os da História tradicional.

A terceira e última questão epistemológica que preciso mencionar é a referente à competência do filósofo para examinar o conhecimento histórico. No volume sobre Filosofia da Ciência, alertei sobre a necessidade de ter formação científica para filosofar sobre a ciência, no que tange a questões técnicas (como a índole das teorias, ou o alcance das leis científicas). Qualquer dúvida a respeito deveria ser dissipada pela dificuldade que normalmente tem o leigo para entender um texto científico, sobretudo nas Ciências Naturais. No caso da História, a maior acessibilidade da maioria dos escritos pode suscitar a impressão de que não se necessita uma formação profissional específica para analisar e criticar a produção histórica. Gostaria de alertar para o equívoco contido nessa impressão: como em qualquer outro assunto, a falta de experiência é sempre uma ameaça à correção das conclusões. A boa História é tão difícil quanto a boa Ciência. Por isso, quem quer se dedicar à Teoria da História deve procurar familiarizar-se tanto quanto for possível com a pesquisa histórica.

1.3 A QUESTÃO DA OBJETIVIDADE DA HISTÓRIA

É sabido que as discussões sobre a objetividade da Ciência – vale dizer, sobre a possibilidade de a pesquisa científica nos oferecer uma representação fiel da realidade – vêm se tornando cada vez mais frequentes na vida intelectual contemporânea. Por efeito combinado de uma maior sensibilidade para a complexidade do mundo, da percepção de influências não científicas na investigação e da consciência dos limites da própria pesquisa, uma atmosfera de questionamento tem substituído a confiança de outrora com relação à validade dos conhecimentos científicos.

Essa desconfiança é evidentemente mais aguda no caso das disciplinas cuja cientificidade era objeto de debates já em épocas mais otimistas com relação à Ciência. A História é, notoriamente, uma dessas disciplinas, sendo por demais conhecido que as discussões

sobre seu estatuto científico giraram principalmente em torno da possibilidade de que os estudos históricos pudessem alcançar a objetividade atribuída às Ciências Naturais.

Não é exagerado afirmar que hoje em dia se tem pouca confiança na objetividade dos relatos históricos. Em nível vulgar, e provavelmente devido à proliferação de indagações históricas por interesses políticos, estende-se a convicção de que a imagem do passado depende do que convém ao historiador e de que, em grande medida, a História é apenas a visão dos vencedores. Em termos profissionais, a reflexão sobre os compromissos teóricos e técnicos do pesquisador parece privar de sentido a expectativa de que a História nos diga “o que realmente aconteceu”.

Nesta disciplina, faremos um exame filosófico do que pode entender-se hoje por “objetividade” da história científica. Tratar-se-á de um *exame* na medida em que, a partir de uma caracterização geral da questão, passarei a discutir alguns aspectos relevantes da pesquisa histórica que permitam uma tomada de posição como conclusão.

Ao esperar que cheguemos a estabelecer o que se **pode** entender por objetividade histórica, **e não o que é ou deva ser**, estou antecipando a minha convicção de que se trata de um assunto delicado, com relação ao qual os pronunciamentos categóricos são sempre um pouco temerários. Se, por outra parte, refiro-me à História **científica**, não o faço com o intuito de dar por encerrada uma questão sem dúvida ainda aberta, mas para evocar, com a palavra “ciência”, a ideia de um saber válido por argumentos racionais baseados em evidências confiáveis, à diferença das crenças aceitas por fé ou entusiasmo, escolhidas por sedução retórica, defendidas por ingenuidade ou impostas pela força.

A pretensão de fazer um exame filosófico precisa de um esclarecimento, devido à polissemia do termo “Filosofia”. No entanto, já expliquei para você, na disciplina Filosofia da Ciência deste mesmo Curso, que entendo a Filosofia como uma atitude e um modo de vida fundamentados na necessidade de compreender sempre melhor a vida para viver de modo mais responsável. “Com-

prender sempre melhor a vida” significa ser levado a questionar com rigor aqueles elementos da nossa experiência cuja interpretação habitual se haja tornado, por qualquer motivo, problemática; e “viver de modo mais responsável” quer dizer, para mim, possuir razões adquiridas por esforço pessoal para justificar nossas decisões. Se há uma perenidade da Filosofia através da variedade das suas manifestações (doutrinas) ao longo do tempo, encontra-se nessas características.

Examinar filosoficamente a questão da objetividade da História implica senti-la como uma questão cujo significado e cuja importância ultrapassam o âmbito dos historiadores, atingindo a todos os seres humanos. Supõe também sentir a necessidade de buscar uma resposta a essa questão que ajude a tomar uma posição com relação à prática da História e seus produtos. E supõe ainda confiar em que uma reflexão cuidadosa, partindo mesmo de quem não é historiador de profissão, pode alcançar essa resposta. Que dizer dessas suposições?

Que a questão da objetividade da História nos afeta a todos não me parece coisa difícil de mostrar. Acaso é irrelevante que possamos conhecer a realidade do nosso passado, ou que devamos contentar-nos em aceitar que a imagem que dele temos não passa de ponto de vista, interpretação, ideologia? Está em jogo nada mais e nada menos do que nossa própria identidade e a base dos nossos projetos, ou seja, nosso presente e nosso futuro. Por outra parte, já não podemos enfrentar aquela questão com a confiança do século XIX nos méritos crescentes da História científica, face aos diversos questionamentos surgidos nos séculos XX e XXI com relação à concepção tradicional da Ciência. A resposta que precisamos para nos situarmos com relação à História não está pronta: ela deve ser procurada. Conforme essa resposta, daremos um valor ou outro à pesquisa histórica em nossa autocompreensão e em nossos projetos.

Mas, será que essa resposta não tem de ser oferecida pelos próprios historiadores? Assim deve ser, em princípio, supondo-se que o profissional é quem melhor conhece os problemas inerentes à sua tarefa. Basta, porém, uma rápida inspeção dos trabalhos autocríticos dos historiadores para advertir que não há unanimidade na maneira de tratar o assunto e de conceber a objetividade histórica.

Fica permitida, por conseguinte, ao filósofo a aspiração a elaborar uma conclusão. Não obstante isso, como já se foram os tempos em que a Filosofia (metafísica) pretendia dar diretrizes ao cientista, e também aqueles em que ela não ousava ir além das informações fornecidas pelas ciências (refiro-me, é claro, ao Positivismo), creio que o filósofo deve começar por “ouvir o historiador”, como recomenda o filósofo Paul Ricoeur, porém lembrando que a Filosofia tem, como lugar próprio, o plano da discussão de argumentos, plano no qual a origem das ideias, sem perder toda importância, pode todavia não ser decisiva. Isso permite confrontar as considerações dos historiadores com observações dos filósofos e de outros intelectuais (por exemplo, cientistas sociais). É dessa maneira como vamos proceder nesta disciplina.

A nossa hipótese de trabalho será que os historiadores admitem, embora desde diferentes perspectivas e com diversos argumentos, a objetividade histórica na medida em que se recusam a identificar a visão do passado resultante da sua pesquisa com uma ilusão, com uma mera convenção (aquilo que se concordou em aceitar) ou com uma mentira.

Com outras palavras: que todo historiador que deseja ser considerado respeitável defende as suas conclusões como epistemologicamente respeitáveis e, ao menos em princípio, aceitáveis por outros investigadores como rigorosas. Essa hipótese pode ser vista como algo óbvio, mas, ao formulá-la, desejo chamar a atenção sobre a frequência com que, nos debates acerca da validade de relatos históricos, ao mesmo tempo se nega a possibilidade de que a História seja objetiva e se defende que uma dada visão do passado, ou uma dada interpretação de um evento, é superior às outras por motivos que, se pretende, não são arbitrários. Trata-se de uma incoerência tanto mais daninha para uma compreensão séria do assunto em pauta quanto mais sutil se apresenta, dependendo do contexto do debate. Estas aulas aspiram a contribuir para combater essa incoerência.

LEITURAS RECOMENDADAS

Os livros, de W. H. Walsh, *Introdução à Filosofia da História*, e de W. Dray, *Filosofia da História*, apesar de antigos, são ainda hoje boas introduções à Filosofia da História em seu duplo aspecto de filosofia especulativa e filosofia crítica da História. Quem se interessar pela maneira como os próprios historiadores pensam acerca do seu trabalho, sua profissão, pode ler o livrinho, de Marc Bloch, *Introdução à História*, ou o de Lucien Febvre, *Combates pela História*. Para se ter uma ideia da maneira como se realiza a pesquisa histórica, recomendo o livrinho, de Ciro F. Cardoso, *Uma Introdução à História*. Uma apresentação mais extensa encontra-se em *Iniciação aos Estudos Históricos*, de Jean Glénisson, que foi professor na USP nos idos de 1960. A coletânea de P. Gardiner, *Teorias da História*, é uma rica amostra de textos de diversos filósofos a propósito da História e da Historiografia, do século XVII até meados do século XX. Ali você pode encontrar desde um fragmento significativo de uma obra de Kant ou de Croce, até um artigo de Popper ou de Bertrand Russell. Quem se interessar na História dos *Anais* pode ler o livro, de Peter Burke, *A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929 – 1989)*. Do mesmo autor, como organizador, a obra coletiva *A Escrita da História. Novas Perspectivas* descortina um panorama da História Nova e seus temas: História das mulheres, das imagens, do corpo, micro-história, História oral etc. O mesmo proveito se tem ao ler os três volumes de Le Goff e Nora sobre a Nova História. *História e Teoria Social*, também de Burke, faz ver como os historiadores entendem a necessidade de fundamentar teoricamente sua pesquisa, explicando o uso de modelos e os diversos métodos de investigação. Para o livro, de Alun Munslow, *Desconstruindo a História*, existe em tradução para o português. Recomendo a sua leitura para a distinção entre tendências “empiristas”, “construtivistas” e “desconstrutivistas” na Historiografia. O ensaio de Ortega y Gasset, *História como Sistema*, apresenta a tese da historicidade humana de uma maneira muito agradável de se ler, devido ao fato de Ortega ter sido um brilhante escritor. Os dois volumes de *Tempo e Narrativa*, de Paul Ricoeur, contêm as profundas reflexões do autor sobre a memória e o evento histórico como assuntos filosóficos. O

capítulo V do livro *Doze Lições sobre a História*, de Antoine Prost, discorre sobre a noção de tempo na História ocidental. O mesmo vale para o capítulo II da *Introdução aos Estudos Históricos*, de Jean Glénisson. Recomendo, por fim, o ensaio *Da Utilidade e Desvantagem da História para a Vida*, de Nietzsche, excelente reflexão sobre os motivos para conhecer o passado.

REFLITA SOBRE

1. A diferença entre pesquisa científica do passado e reflexão filosófica acerca da História.
2. A diferença entre a obra histórica e o romance histórico.
3. A importância da relação entre a História e a concepção do tempo.
4. A noção de historicidade.
5. A diferença entre a História puramente política e a História global.
6. A diferença entre conceber a História como uma ciência e como uma narrativa resultante de uma investigação rigorosa, ou um “romance verdadeiro”.
7. O problema do “presentismo” e da “História whig”.

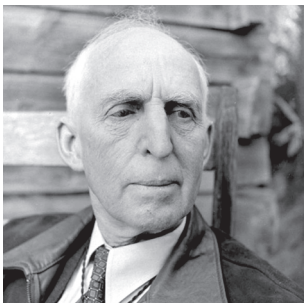
■ CAPÍTULO 2 ■

A NOÇÃO DE OBJETIVIDADE HISTÓRICA

Neste capítulo, veremos que a noção de objetividade, aplicada à História, é complexa, pois ela alude tanto ao propósito de conhecer fielmente o passado como à intenção de interpretar as evidências de modo isento, alcançando um conhecimento universalmente aceito. Todos esses aspectos da objetividade são problemáticos, como veremos. Para tanto, será necessário que examinemos também a noção de fato histórico, considerada tradicionalmente como a base da objetividade.

2.1 A NOÇÃO DE OBJETIVIDADE

Que se quer dizer quando se afirma que a História não pode ser “objetiva” (ou se duvida de que o seja)? Às vezes, a afirmação significa que nenhum historiador pode dar-nos uma visão “fria e impessoal” do passado. Outras vezes, que nenhuma interpretação histórica é aceita por todos (seja lá o que signifique esse “todos”), ou que nenhuma vale para sempre, vale dizer, que mais cedo ou mais tarde é questionada. A crítica da objetividade histórica enfatiza em ocasiões a dificuldade de o pesquisador fugir aos seus preconceitos (principalmente, os de classe social). Em outras oportunidades, fala-se que o passado, “em si”, é “insondável” ou “inesgotável”. Vejamos se podemos nos orientar nesse conjunto de questões não obviamente coincidentes, reunidas, todavia, por uma mesma palavra.



Citando o historiador norte-americano *Charles Beard* (1874 – 1948), o filósofo William Dray (1921 –) oferece um repertório dos principais motivos alguma vez já alegados para negar a objetividade histórica:

[A] História não pode ser objetiva porque o historiador não pode “observar” seu objeto como um químico pode observar o dele; porque a documentação acerca do passado é fragmentária; porque, a partir desse “registro parcial”, ele deve ainda selecionar; porque ele deve “acomodar” o material, ao relatar resultados; porque, ao utilizar conceitos de organização, ele impõe ao passado uma “estrutura” que este realmente nunca teve; porque os acontecimentos que o interessam envolvem “conside-

rações éticas e estéticas”; porque nenhum historiador, em caso algum, pode desempenhar sua tarefa com “espírito neutro”. (DRAY, 1977, p. 37).

Esses diversos motivos podem, todavia, ser sistematizados em torno dos três sentidos da palavra “objetividade” que o filósofo Adam Schaff (1913 – 2006) distingue ao discutir essa questão: “objetivo” como o que “provém do objeto”, “objetivo” como “o que é válido para todos”, e “objetivo” como “o que é livre de emotividade e, portanto, de parcialidade” (SCHAFF, 1983, p. 88-89).

Com efeito, das dificuldades mencionadas por Dray, as duas primeiras dizem respeito ao problema de atingir efetivamente o objeto a ser conhecido, no caso, o passado como tal; as três seguintes apontam para a presença da subjetividade no ato de conhecimento; e, finalmente, as duas últimas introduzem a questão do risco de parcialidade.

Cabe ressaltar que, **dos três sentidos da palavra “objetivo” aqui considerados, o segundo é o mais importante**, porque, desde antigamente, na Filosofia e na Ciência ocidentais, tomou-se a validade universal de uma afirmação como indício, simultaneamente, de superação das limitações do indivíduo que enuncia um conhecimento e *de se haver atingido o objeto a ser conhecido*. Compreende-se, por isso, que o filósofo W. H. Walsh (1913 –), na sua conhecida *Introdução à Filosofia da História*, adote a noção de “objetividade” entendida como validade universal ao apresentar sistematicamente o problema relativo à ela. Vale a pena acompanhá-lo (ver WALSH, 1978, p. 82). Comenta Walsh (1978, p. 82) tomando como ponto de referência as Ciências Naturais:

Proposições “objetivas” são aquelas que “podem ser aceitas por todos os que as investigarem seriamente”. Essa “seriedade” tem a ver com a imparcialidade e a impessoalidade próprias da elaboração do conhecimento científico, que o tornam comunicável e passível de repetição.

Walsh acrescenta que essa maneira de proceder é possibilitada pela circunstância de que essas ciências desenvolveram um “padrão de reflexão sobre sua matéria” que conduziu a um acordo dos pesquisadores sobre as pressuposições e o modo de pesquisar.

Recomendo reler a exposição que fiz da noção de objetividade científica no capítulo 2.4 (páginas de 43 a 48) do livro-texto Filosofia da Ciência.

Sempre de acordo com este autor, a História deve aspirar a uma objetividade análoga (ver WALSH, 1978, p. 82).

No entanto, não escapam a Walsh as dificuldades dessa aspiração. Os historiadores, se, de um lado, parecem em sua maioria perseguir a objetividade, aceitam ao mesmo tempo a existência de pontos de vista e interpretações divergentes de um mesmo assunto (suponhamos, a descoberta do Brasil ou as causas da Guerra do Golfo). Tentando esclarecer as bases de tais divergências, Walsh detecta quatro “fatores de discordância” entre os historiadores, fatores esses de um alcance variável, sendo também variável a possibilidade de serem corrigidos (WALSH, 1978):

- Inclinações pessoais (todo mundo, incluídos os historiadores, tem simpatia ou antipatia, preferência ou aversão, por determinados assuntos, pessoas, ideias etc.)
- Preconceitos de grupo (devido a pertencermos a uma família, a uma classe, a uma profissão, entre outras, todos temos convicções acerca do que consideramos “normal”, “racional”, “correto”, “óbvio” etc., rejeitando o que achamos ser “anormal”, “absurdo” e outros)
- Teorias da interpretação histórica (por exemplo, o materialismo histórico, o estruturalismo, o sistemismo etc.)
- Cosmovisões (concepções sobre a vida e o destino do homem, religiosas ou não, como o cristianismo, o liberalismo, o ateísmo, o racismo, entre outros, que todos temos, e que são formuladas às vezes como doutrinas filosóficas: materialismo, pragmatismo etc.)

Segundo Walsh, a anterior análise mostra que a expressão “ponto de vista”, a que com tanta facilidade se recorre para explicar as discrepâncias entre historiadores, refere-se vagamente a **elementos de importância e dificuldade diversas** em seu caráter de empecilhos para que afirmações históricas (por exemplo, explicações de um evento histórico) possam ser universalmente aceitas. De qualquer modo, é a existência de fatores subjetivos cuja modificação ou remoção é duvidosa, o que anima a polêmica sobre a possibilidade de que a História seja objetiva. Walsh acredita que as tomadas de posição com relação a essa questão são fundamen-

realizada. Nosso autor acrescenta que, embora essa posição resgate de algum modo a noção de objetividade, dificilmente haveria de contentar os historiadores que consideram seu trabalho comparável ao dos cientistas. Isso porque se constata que os historiadores não se limitam a aceitar resultados diferentes como provenientes de perspectivas diversas, talvez complementares, *mas amiúde criticam-se mutuamente*, “convencidos de que certos pontos de vista são mais sólidos, mais próximos da verdade, mais esclarecedores que outros” (WALSH, 1978, p. 110).

Iremos discutir a questão da comparação de interpretações e perspectivas em um capítulo posterior.

Chegamos assim à terceira posição: a “**teoria de uma consciência histórica objetiva**”, nascida da convicção de ser possível discutir os pressupostos dos historiadores entre si, chegando a um consenso para um melhor tratamento das evidências. A grande dificuldade reside aqui em que a discussão deveria atingir não apenas as pressuposições técnicas, teóricas ou profissionais, em sentido amplo, mas também as crenças metafísicas e morais, as quais deveriam para tanto ser consideradas racionalmente fundamentáveis, **o que nem todos os pensadores aceitam ser possível**. Por outra parte, a dificuldade e a importância dessa discussão vinculase também à circunstância de que as próprias evidências, com relação às quais é julgado o valor relativo das teorias, são apreciadas, em última instância, pela sua conformidade com as crenças metafísicas e morais do investigador.

A obra das missões dos Jesuítas em território do que hoje é Paraguai, Argentina e parte do Brasil seria enfocada diferentemente por historiadores identificados, seja com as intenções dos Jesuítas, que visavam civilizar os índios; seja com os governos de Espanha e Portugal, que acabaram expulsando os Jesuítas por considerá-los contrários aos seus interesses; seja enfim com os povos indígenas que os Jesuítas despojaram da sua cultura. Pense na dificuldade para encontrar evidências objetivas de cada interpretação.



Com aparente desconhecimento das ideias de Thomas Kuhn (embora pudesse conhecê-las, pois o livro de Walsh é originariamente contemporâneo da *Estrutura das Revoluções Científicas*), nosso autor acaba reclamando o que parece um “paradigma” para a História, **uma questão sobre a qual ainda voltaremos**. Enquanto essa situação não é atingida, Walsh pronuncia-se em favor da teoria da perspectiva como aquela que, transitoriamente, melhor corresponderia aos ideais dos historiadores “verdadeiros”.

Lembre a noção de “paradigma” científico exposta no capítulo 5.2 do livro-texto Filosofia da Ciência.

A apresentação de Walsh tem limitações. O peso dos preconceitos de grupo é um pouco subestimado pela importância atribuída às convicções morais e metafísicas, que são discutidas como se nada tivessem a ver com aqueles preconceitos, **mas nossa cosmovisão provém do grupo a que pertencemos**, principalmente a família e a classe social. (Um assunto sobre o qual voltaremos.) Mais importante ainda: Walsh não cita nenhum historiador que represente claramente cada uma das posições mencionadas! No entanto, o seu tratamento do assunto tem a virtude de descrever rapidamente o que poderíamos denominar como âmbito da questão da objetividade histórica. Ela oscila, efetivamente, entre um ceticismo que resulta incômodo e um objetivismo problemático; entre achar impossível a objetividade histórica e confiar plenamente nela. Note ainda que toda a reflexão de Walsh, embora vinculando continuamente os aspectos subjetivo e objetivo (difícilmente poderia ser de outro modo), concentra sua atenção no pólo objetivo da questão, isto é, na possibilidade de se atingir o objeto de pesquisa. Convém que focalizemos agora um pouco mais as dificuldades relativas ao pólo subjetivo, para o que pode ser um bom caminho voltarmos-nos para a famosa consigna de Leopold Von Ranke.

Apresentar o passado “tal como realmente foi”, eis a maneira como a História foi entendida no início de sua profissionalização. “Atribuiu-se à história a missão de julgar o passado e instruir o mundo contemporâneo para estar a serviço da posteridade: esta nossa tentativa não aspira a uma tarefa tão elevada, mas procura somente mostrar como as coisas realmente aconteceram” (RANKE apud POST, 2008, p. 258). A famosa frase foi proferida como reação contra a História especulativa e moralizadora (à maneira de Hegel), bem como contra o romance histórico. A História devia ser uma

consciência sóbria e fiel do passado humano. O historiador devia renunciar a pretender decifrar um suposto sentido da história e conter a imaginação, que é o reino do romancista. A especulação e a imaginação deviam ceder lugar ao respeito pelos fatos. Ainda que Ranke não fosse um positivista, a sua fórmula inspirou a História de cunho positivista (empirista, antimetafísico) do século XIX.

A rigor, a ênfase na necessidade de o pesquisador minimizar a sua presença, numa extrema reverência aos fatos revelados pelos documentos, torna duvidosa até a expressão “consciência” histórica, aplicada a uma tal atitude, caso ela fosse plenamente possível.

Aquela célebre fórmula, ao condenar como desvios a especulação, o julgamento, a fantasia, não parece perceber que o passado que tão zelosamente reivindica não pode ser estabelecido sem um exercício por vezes audacioso do pensamento, ou eliminando toda valoração, ou sem uma forte dose de imaginação.

Mais ainda: o historiador Henri I. Marrou faz notar que, na História positivista originada na consigna de Ranke, a intervenção do historiador (e, antes dele, a da testemunha presente nos documentos) era vista exclusivamente como um inconveniente que precisava ser cada vez mais eliminado. O engano de uma tal proposta veio à tona quando, passada a euforia do Positivismo, as críticas demonstraram não apenas a impossibilidade, mas também a inconveniência dessa eliminação do sujeito, caso ela fosse possível. Evidenciou-se a falta de sentido da tentativa de alcançar um passado “puro”, na medida em que ficou patente o equívoco de pensar o passado como algo “em si”. **Passado é sempre passado de e para alguém.** No caso da pesquisa histórica, o passado é mostrado *por alguém para alguém.*

Isso vale para toda e qualquer pesquisa científica. Lembre o que foi exposto no capítulo 5 do livro-texto *Filosofia da Ciência a propósito de que o que a Ciência constata ou explica não é a realidade em si, independente de nós, mas a realidade tal como é acessível à Ciência.*

De acordo com essas considerações, a objetividade histórica não pode consistir na eliminação do sujeito. Por outro lado, essa constatação foi gerando as correntes idealistas, pragmatistas e presentistas do pensamento histórico. O forte acento colocado pela reação antipositivista, na importância do presente e na sua projeção sobre o passado, fizeram com que a própria noção de objetividade histórica fosse amiúde tida por superada, como se aprecia nas seguintes palavras do historiador Charles Beard:

O historiador que escreve a História realiza – conscientemente ou inconscientemente – um ato de fé no que diz respeito à ordem e ao movimento na história, porque não pode extrair nenhuma certeza neste aspecto do conhecimento da realidade com que se debate (...). A sua fé equivale de fato à convicção de que se pode saber qualquer coisa de verdadeiro sobre o movimento da história; ora, esta convicção é uma decisão subjetiva e não uma descoberta objetiva. (BEARD apud SCHAFF, 1983, p. 123).

A penosa impressão com que ficamos ante a polêmica Positivismo *versus* Anti-Positivismo é a de que a objetividade histórica se evapora, tanto pela negação quanto pela afirmação da subjetividade do pesquisador. Não obstante, o paradoxo se resolve ao advertirmos que descobrir que o passado é sempre passado para alguém não equivale a demonstrar que o passado, ontologicamente considerado, não existe. Significa que não podemos aspirar a conhecer um evento passado a não ser através de alguém, mediante uma subjetividade que pode ser “boa” ou “má”, como afirma o filósofo Paul Ricoeur. Por outras palavras, que a questão da objetividade, desde o pólo da subjetividade necessariamente incluída nela, consiste em esclarecer qual o **tipo de subjetividade** graças ao qual a visão do passado possa ser **confiável**. É evidente que as questões relativas à parcialidade do pesquisador, indicadas nas apresentações do assunto por Dray e Schaff, constituem um aspecto dessa dimensão subjetiva da objetividade histórica, e a elas voltaremos mais adiante.

De acordo com o anterior, a questão da objetividade histórica pode ser formulada da seguinte maneira:

Em que medida e de acordo com que tipo de subjetividade pode o passado ser conhecido de *maneira intersubjetivamente válida*?

• Estamos nos perguntando
• aqui qual seria o “sujeito
• epistêmico” próprio da
• História. Releia o que foi
• ensinado sobre o sujeito
• epistêmico (correlato da
• objetividade) no capítulo 2.4
• do livro-texto Filosofia
• da Ciência.

2.2 OBJETIVIDADE HISTÓRICA E FATOS HISTÓRICOS

O primeiro impulso que sentimos quando procuramos saber se um relato histórico vai-nos merecer fé é o de indagar se “se fundamenta em fatos”. Intuitivamente, a palavra “fato” parece afugentar a mentira, a ilusão, a fábula. “Realidade evidente, acontecimento

cuja autenticidade é indiscutível, o “fato” parece corresponder a uma noção tão clara a ponto de dispensar, geralmente, reflexões mais profundas concernentes ao sentido da palavra” (GLÉNISON, 1979, p. 29).

É compreensível que assim seja porque nossa cultura pessoal está impregnada de conhecimentos científicos e de uma visão *empirista da ciência* (isto é, da visão vulgar que faz do conhecimento científico um saber “fundamentado em fatos”). No entanto, há bastante tempo que a crítica vem mostrando a problematidade da noção de fato histórico.

Convém repassar o que ensinei a propósito dos fatos científicos no capítulo 3.2 do livro-texto Filosofia da Ciência

No primeiro capítulo do seu livrinho *Que é História?*, intitulado precisamente *O historiador e seus fatos*, o historiador inglês Edward H. Carr (1892 –1982) confronta a confiança dos historiadores do século XIX em escrever uma História baseada no acúmulo incessante de fatos, que conduziria um dia a uma visão imparcial e definitiva do passado, com a sensibilidade dos historiadores do século XX para com o caráter subjetivo e transitório dos resultados das suas pesquisas.

O século XIX – escreve Carr – foi uma grande época para fatos [...]. Quando Ranke, por volta de 1830, num protesto contra a História moralizante, acentuou que a tarefa do historiador era “apenas mostrar como realmente se passou” (*wie es eigentlich gewesen*), este aforismo não muito profundo teve um êxito espantoso. Três gerações de historiadores alemães e mesmo franceses marcharam para a batalha entoando as palavras mágicas “*Wie es eigentlich gewesen*” como um encantamento – destinado, como a maioria dos encantamentos, a poupá-los da obrigação cansativa de pensarem por si próprios. (CARR, 1982, p. 12-13).

Carr lembra que a noção de fato ali pressuposta teve origem na tradição da que concebe o sujeito e o objeto como entidades separadas e que entende a percepção como uma recepção passiva de dados. Os fatos são algo independente da consciência e que se impõe ao pesquisador através das impressões sensoriais. Desse modo, a História “consiste num corpo de fatos verificados”, fatos esses que estariam à disposição do pesquisador. Frisando que essa continua a ser a visão de senso comum da investigação histórica, nosso autor nos recorda ainda que, para essa maneira de pensar, a elaboração ou interpretação dos fatos é uma operação que, de algum modo, so-

brepõe-se a eles (o que explicaria, de maneira aparentemente simples, a eventual diversidade de interpretações dos mesmos fatos).

Ora, pergunta-se Carr, que é um fato histórico? Algo real, sem dúvida, mas também algo que interessa, por algum motivo, ao ser humano que é o pesquisador. Na medida em que é real, o fato se reveste de certas características (a começar pela sua situação temporal e espacial), que foram de certa maneira e não de outra. A chegada dos portugueses ao Brasil, por exemplo, deu-se em tal ano e em tal local da costa atlântica da América do Sul. Essa determinação não pode ser evitada e precisa ser rigorosa. Contudo, tal determinação há de decorrer do específico **interesse** do historiador que se volta para esse evento (e não para outros), **constituindo-o assim num “fato histórico”**. O pesquisador não trabalha, por conseguinte, com fatos “brutos” que se lhe “impõem” ou que “falam por si mesmos”, como se costuma dizer. O historiador é um selecionador, e os fatos – os **seus** fatos – são um produto dessa seleção.

No mesmo sentido, manifesta-se Henri H. Marrou:

Não nos podemos contentar em ordenar que o historiador “parta dos fatos” como se, em nossos arquivos, bibliotecas e museus, estivesse à nossa espera uma pilha de documentos já prontos que, depois de um tratamento “científico” apropriado (crítica interna e externa, interpretação, etc.), pudessem ser “exorcizados do presente do historiador” e nos entregassem “fatos”, um passado (no caso extremo) em estado puro, entre os quais, em seguida, se trataria de estabelecer relações.

Mas não, o próprio documento não existe antes que ocorra a intervenção da curiosidade do historiador: foi o que exprimiu, na sua maneira paradoxal, R.C. Collingwood com a fórmula *“Everything in the world is potential evidence for any subject whatever”* [Tudo no mundo é uma evidência potencial para um assunto qualquer]. (MARROU, 1978, p. 239).

Voltando a Carr, ele pede para que não esqueçamos a circunstância de que o documento com que trabalha o historiador não equivale ao fato que ele trata de compreender, nem “encerra” esse fato, simplesmente, como pareceu acreditar o Positivismo numa atitude que Carr qualifica de **“fetichismo dos documentos”**. O documento traz até nós o passado, mas esse passado “chega” **através da consciência do autor**, consciência essa cujo conteúdo nunca é óbvio:

• Lembre que os documentos
• são textos de variada índole:
• cartas, livros, éditos de
• autoridades, inscrições que
• registram operações militares
• ou comerciais, poemas, obras
• literárias e outros. Lembre
• também que a História já não
• mais se limita a documentos,
• mas recorre a todo tipo de
• vestígios (monumentos,
• objetos, marcas na paisagem
• etc.) que testemunham a vida
• do passado.

Nenhum documento pode nos dizer mais do que aquilo que o autor pensava – o que ele pensava que havia acontecido, o que devia acontecer ou o que aconteceria, ou talvez apenas o que ele queria que os outros pensassem que ele pensava, ou mesmo apenas o que ele próprio pensava pensar. Nada disso significa alguma coisa, até que o historiador trabalhe sobre esse material e decifre-o. (MARROU, 1978, p. 18).

As observações relativas à índole do fato histórico valem também e, especialmente, para os vestígios que não são documentos, pois são amiúde mais difíceis ainda de entender (pense numa ruína por exemplo).

Outra razão que nos impede de conceber os fatos históricos como algo simplesmente contido nos documentos deriva da evidência de que **os documentos (e demais testemunhos) são sempre aquilo que sobreviveu à passagem do tempo**. As vicissitudes da vida, sem esquecer a ação proposital das pessoas, deixam como resíduo um material que só pode “falar do passado”, que só pode “entregar o passado” (para apelar a expressões popularizadas), em virtude da intervenção do historiador ao conjecturar, criticar, imaginar, correlacionar informações etc.

Um historiador “objetivo” deve, pois, trabalhar com fatos, mas estes são sempre e inevitavelmente “seus”. Embora os argumentos em favor dessa conclusão (que muito deve, reconhece Carr, à polêmica antipositivista de autores como Dilthey, Croce e Collingwood) sejam convincentes, trata-se de uma conclusão que não deixa de provocar certa perplexidade. Na medida em que o senso comum concebe o fato como algo resistente, senão independente, com relação ao pensamento, a ideia de que “fatos históricos” existam tão somente pela atividade do historiador suscita um certo mal-estar. Parece como se se estivesse insinuando que os próprios acontecimentos do passado não teriam existido sem a intervenção do pesquisador, insinuação dificilmente aceitável.

O filósofo inglês Isaiah Berlin (1909 – 1997) observa:

Toda objetividade, repetir-nos-ão, é subjetiva [...]. Contudo, por mais que isto tenha sido repetido, e por mais plausível que pareça, continua neste contexto a ser pura retórica. É claro que distinguimos fatos, não de certo das valorações inerentes à sua própria constituição, mas das interpretações deles; talvez não seja muito nítida a linha de demarcação, mas

se eu disser que Stalin já morreu ao passo que o General Franco ainda vive, seja exata ou inexata a minha afirmação, do modo como ela foi expressa, ninguém em seu juízo poderia supor que eu estivesse a formular uma teoria ou uma interpretação. Mas se eu disser que Stalin exterminou grande número de lavradores proprietários porque na infância o oprimira a autoridade da [sua] ama, o que o tornou agressivo, ao passo que o General Franco não fez nada disso porque não sofreu tal experiência, ninguém será capaz de supor [...] que eu pretendesse afirmar um fato (BERLIN, 1984, p. 393-397). [Leve-se em consideração que Berlin escreveu essas linhas em 1954, para entender sua referência ao ditador espanhol Francisco Franco [1892 – 1975] como estando ainda vivo.]

Ou, como adverte Henri I. Marrou:

[S]e insistimos demais na contribuição criadora do historiador, chegaremos a descrever a elaboração da História como um jogo gratuito, o livre exercício de uma imaginação fabuladora que atua em meio a um material heteróclito de textos, datas, gestos e palavras com a liberdade de um poeta que faz malabarismos com suas rimas para compor um soneto. (MARROU, 1978, p. 45).

Por isso, é especialmente iluminadora a maneira como Adam Schaff trata desse problema, distinguindo cuidadosamente entre “fato” em sentido ontológico e “fato” em sentido epistemológico, ou seja, entre o “acontecimento histórico objetivo” (aquilo que ocorreu) e “sua representação no espírito humano” (SCHAFF, 1983, p. 228). **O que a História positivista pretendia, e não mais podemos aceitar pacificamente, é que “fato” em sentido epistemológico corresponda diretamente ao “fato” em sentido ontológico** (ou seja, que a representação meramente coincida com a realidade). A História não é nem simples reprodução de algo já pronto, nem uma produção arbitrária do historiador. Os fatos “pertencem” ao historiador apenas em sentido epistemológico; em sentido ontológico, a História é uma tentativa de conhecimento que aponta para os fatos como aquilo cuja existência independente do pesquisador se admite, e cujo esclarecimento cada vez maior é a finalidade da pesquisa.

Agora que temos resolvido essa dificuldade, podemos voltar para a seleção que produz os fatos históricos. Eles são o resultado de um recorte, **de uma abstração com relação a um contexto**. E o que fica “dentro” do recorte não tem por que (nem como) ser algo



O historiador Paul Veyne (1930 –) compara essa operação, em uma metáfora feliz, com o desenho das constelações no céu estrelado: as figuras que “vemos” dependem tanto das próprias estrelas como da nossa imaginação.

simples. Segundo mostra Adam Schaff, reiterando um conhecido exemplo do historiador Carl Becker (1973 – 1945), ao estabelecer um fato aparentemente tão simples como o de que César atravessou o Rubicão, o pesquisador tem que dar atenção a certas relações (entre as inumeráveis que vinculam esse fato com outro) e desatender outras. Ao mesmo tempo, ele deve conceber como unitário e simples um conjunto virtualmente infinito de elementos. A passagem do Rubicão é “recortada” na vida de César e na evolução de Roma: essa mesma passagem contém um grande número de ações, palavras e pensamentos de quantos dela participaram, que jamais poderiam ser tomados na sua totalidade (SCHAFF, 1983, p. 214).

Acompanhemos Jean Glénisson sobre o mesmo assunto:

A passagem do Rubicão nada mais é do que o conjunto de gestos e palavras de uma tropa militar atravessando um riozinho. Mas situa-se na série de acontecimentos concernentes às relações entre César e Pompeu, ao Senado Romano e à República. César, privado do seu comando na Gália, decide desobedecer às ordens do Senado. Marcha sobre Roma, para apoderar-se da autoridade suprema. O Rubicão é o limite material para além do qual a traição tornar-se-á decisiva. A travessia desse rio - outros foram atravessados antes, outros depois, pelo mesmo exército -, é retida a título de símbolo, signo manifesto de acontecimentos anteriores, posteriores e contemporâneos por ela irresistivelmente evocados. (GLÉNISSON, 1979, p. 131).

Por isso, os acontecimentos “não são coisas, objetos consistentes, substanciais”, esclarece Paul Veyne:

Os historiadores contam intrigas, que são como outros tantos itinerários que traçam à sua maneira através do muito objetivo campo acontecimental (o qual é divisível até ao infinito e não é composto por átomos acontecimentais); nenhum historiador descreve a totalidade deste campo, porque um itinerário deve escolher e não passar por todo o lado. Enfim, o campo acontecimental não compreende os sítios que iremos visitar e que se chamariam acontecimentos: um acontecimento não é um ser, mas um cruzamento de itinerários possíveis. [...] Então, qual será o acontecimento chamado Guerra de 1914? Será o que fizeram dele [os historiadores] e pela extensão que derem livremente ao conceito de guerra: as operações diplomáticas ou militares, ou uma parte mais ou menos grande dos itinerários que o recortam. Se a visão for bastante ampla a vossa guerra será mesmo um “fato social total” (VEYNE, 1971,

p. 53). [O termo “intriga” está tomado no sentido de “enredo” ou “trama”; “acontecimental” é o adjetivo correspondente a “acontecimento”].

De onde provém, então, essa aparência que os fatos históricos têm de serem simples, de terem contornos nítidos (como quando pensamos na Revolução cubana, ou na proclamação da Independência do Brasil)? Ela tem por causa, observa o filósofo Adam Schaff, “a simplicidade do enunciado que, ao generalizar, abstrai da complexidade da realidade concreta”. “Generalizar” está tomado aqui em sentido amplo, tanto que cobre o caso de abranger numa denominação (“a passagem do Rubicão”) uma enorme quantidade (praticamente infinita) de elementos. Nota-se aqui a diferença entre o escritor e o historiador. O primeiro se prende a detalhes que podem não interessar ao segundo. Glénisson exemplifica essa diferença a propósito da batalha de Waterloo, objeto tanto de historiadores como do escritor Stendhal no seu romance *A Cartuxa de Parma*.

A visão histórica... da batalha domina, para ordená-los, logicamente, uma infinidade de elementos desordenados e incoerentes, que o escritor se esforça, ao contrário, por descrever em suas minúcias, porque quer recriar no seu leitor o sentimento e a verdade humana da guerra. [...]. Perdidos em meio aos soldados, na incoerência rumorejante da batalha, vemos afrontarem-se, não planos elaborados de antemão, com vistas a um resultado preciso – a vitória – mas indivíduos de carne e osso, bravos, covardes, ou bravos e covardes alternadamente, quase inconscientemente agentes de execução de ordens emanadas de um chefe que, ele mesmo, tem uma visão estranhamente deformada do drama a desenrolar-se sob seus olhos e do qual ele é, teoricamente, o ensaiador. A batalha, diz Raymond Aron, “feita ao mesmo tempo de intenções razoáveis, de encontros imprevisíveis, de forças materiais... surge alternadamente inteligível como uma conduta e uma obra humanas, e absurda ou, ao menos, indeterminada como o choque das pedras ou a luta dos animais” (**GLÉNISSON, 1979, p. 131**).

• Glénisson se refere aqui a
 • Raymond Aron [1905 – 1983],
 • filósofo e sociólogo francês,
 • autor de um livro intitulado
 • Introdução à Filosofia da
 • História, de 1938, muito
 • importante na história da
 • reação antipositivista
 • entre os historiadores
 • (ver ARON, 1983).

Em resumo, o historiador recorta, abstrai, mesmo sem se dar conta disso. A razão está em que não se faz História começando pelos fatos, mas a partir de **questões** que o historiador se coloca, das **hipóteses** que formula e da **teoria** em que se apoia (quando se trata da História que admite teorias), tudo em função de um dado projeto historiográfico.

LANGLOIS E SEIGNOBOS

O manual de pesquisa de Langlois e Seignobos intitula-se *Introdução aos Estudos Históricos (Introduction aux études historiques)*, e foi publicado originariamente em 1897 pelos historiadores franceses Charles Victor Langlois (1863 – 1929) e Charles Seignobos (1854 – 1942). Ele é reeditado até hoje, e permanece como um clássico na matéria (ver LANGLOIS e SEIGNOBOS, 1946).

Citando o manual de pesquisa de Langlois e Seignobos (de finais do século XIX, que marcou a História de tipo positivista), Marrou comenta:

Abramos o nosso Langlois e Seignobos: livro I, capítulo I, primeira linha: “A História faz-se com documentos”, fórmula que será retomada na conclusão: “A História nada mais é que a utilização de documentos”. Entendo o que ele quer dizer, mas, falando de maneira lógica, o ponto de partida não é o documento; o historiador não é um simples operário preso à transformação de certa matéria-prima, nem o método histórico é uma máquina-ferramenta na qual se introduziria, como que por um funil, o documento bruto, e de onde sairia um fino tecido contínuo de conhecimento. Nosso trabalho supõe uma atividade original, oriunda de uma iniciativa: a História é a resposta (elaborada evidentemente por meio de documentos...) a uma questão proposta ao passado misterioso pela curiosidade, pela inquietação – pela angústia existencial, dirão alguns –, de qualquer modo, pela inteligência, pelo espírito do historiador. O passado apresenta-se-lhe, antes de tudo, como um vago fantasma, sem forma ou consistência; para que o tenhamos nas mãos é preciso apertá-lo bem numa rede de questões para que não possa escapar, obrigá-lo a confessar-se; enquanto não o atacarmos dessa maneira, ele permanecerá velado e silencioso. Logicamente, o processo de elaboração da História é deflagrado, não pela existência dos documentos, mas por uma abordagem original, a “questão proposta”, que se inscreve na escolha, na delimitação e na concepção do tema. (MARROU, 1978, p. 49).

Para fugir da arbitrariedade, toda essa operação de “recorte” tem de respeitar certos limites, que o filósofo Alfred Stern (1899 – 1980) individualiza como sendo a **lógica**, por uma parte, e o documento, pela outra (STERN, 1970, p. 215). O que não pode surpreender se levamos em consideração que todo conhecimento sistemático supõe zelar pela coerência do raciocínio e que a História deve diferenciar-se da fábula e da propaganda. O documento, ainda que não fale por si mesmo, tampouco pode sustentar qualquer pretensão do intérprete.



Tanto a propaganda presente na primeira, da esquerda para a direita, das imagens acima quanto o livro *A Cartuxa de Parma*, cuja imagem da capa de uma de suas edições encontra-se acima, usam um fato histórico: a existência do imperador Napoleão Bonaparte. Porém, uma obra histórica não é uma propaganda nem um romance. Por isso, o historiador deve “respeitar os fatos”, ainda que deva reconstruir, a partir deles, os eventos que estuda. Mas: onde começa e onde termina um fato histórico? Como os vestígios arqueológicos, documentais e de memória (História oral) servem para definir um fato histórico, limitando a imaginação do historiador?.

É conveniente sublinhar a importância deste segundo limite. Se a seleção dos fatos vai orientada por uma teoria (marxista, estruturalista, funcionalista etc.), o valor do documento não pode limitar-se a ser uma ilustração dessa teoria. Ele deve conservar sempre a possibilidade de refutar a teoria, sendo a refutabilidade, como já sabemos, o critério de cientificidade proposto por Karl Popper. Nesse sentido, Isaiah Berlin, no artigo já citado, diz que a distinção entre fato e teoria deve ser uma “*categoria básica*” da História científica.

Uma “categoria” é um conceito fundamental num campo de estudos. Por exemplo: o conceito de causa nas Ciências Naturais, ou o conceito de significado nas Ciências Humanas. Uma “categoria” pode ser também a diferença entre duas noções, como aqui as de fato e teoria. Nesse caso, é melhor falar de uma “distinção categorial”.

Também é importante frisar os limites na interpretação dos documentos como forma de evitar exageros na tendência “desconstrutivista” da Historiografia, que apresentei no primeiro capítulo, e que para seus críticos pode conduzir a transformar a História em mera criação subjetiva.

Uma vez percebido tanto o caráter ilusório de uma História que aspire a ser apenas reprodução de fatos contidos nos documentos como os perigos de acentuar demasiado a “produção” dos fatos históricos, **é chegada a hora de tentar saber de que modo o pesquisador deve evitar na prática tais obstáculos.** Ouçamos mais uma vez o profissional, desta vez o historiador inglês Edward H. Carr (1892 – 1982):

O historiador começa com uma seleção provisória de fatos e uma interpretação também provisória, a partir da qual a seleção foi feita – tanto pelos outros como por ele mesmo. Enquanto trabalha, tanto a interpretação e a seleção como a ordenação de fatos passam por mudanças sutis e talvez parcialmente inconscientes, através da ação recíproca de uma sobre a outra [...] (CARR, 1982, p. 28-29).

Trata-se, segundo Carr (1982, p. 28), de “um processo contínuo de moldar seus fatos segundo sua interpretação e sua interpretação segundo seus fatos”. Em acordo com essa descrição, um outro historiador, Henri I. Marrou, fala-nos do “movimento dialético, circular, ou melhor, helicoidal”, pelo qual:

[O] espírito do Historiador passa sucessivamente do objeto de sua pesquisa ao documento que constitui seu instrumento e vice-versa; a questão que desencadeou o movimento não permanece idêntica a si mesma; em contato com os dados do documento, ela não pára de se transformar [...] (MARROU, 1978, p. 99).

O passado tal como foi
formulado significa, por
exemplo: “a causa ou causas
do evento x”, “a relevância da
decisão y” etc.

É esse movimento pendular entre a interpretação e os fatos que vai permitir **a objetividade do historiador**, no sentido de fidelidade ao objeto (o passado que procura conhecer, **nos termos em que ele foi formulado**), e de tal modo que se pode esperar um aprofundamento na compreensão do passado muitíssimo maior do que aquele prometido pela concepção da objetividade entendida como submissão do historiador a fatos autosuficientes. De acordo com o comentário de Glénisson:

Nesta perspectiva, o fato histórico parece perder em solidez. Mas o que abandona em certeza, ele ganha em profundidade. Quando sabe não mais poder considerá-lo como um átomo destacável da realidade exterior, o historiador vê, deveras, comprimir-se por trás do acontecimento a inesgotável riqueza do passado, de tal forma que um fato histórico apenas pode tomar todo seu sentido, em definitivo, renunciando aos contornos precisos nos quais, durante tanto tempo, e com a maior das boas-fés, a erudição acreditou poder encerrá-lo. (GLÉNISSON, 1979, p. 131).

Esse ganho não se limita, entretanto, ao aspecto quantitativo, vale dizer, a sabermos mais acerca do passado. Como o mesmo autor destaca, o reconhecimento de que o fato histórico é algo construído diminuiu a importância tradicionalmente dada ao caráter **único** dos fenômenos históricos. A ênfase nesse caráter, se, por um lado, serviu para defender a originalidade do conhecimento histórico, por outro lhe causou constantes dificuldades quanto à admissão da sua cientificidade, porque a ideia de Ciência vai tradicionalmente associada à **possibilidade de constatar semelhanças e repetições**. Pois bem, a nova concepção do fato histórico, “tirando-lhe seu caráter de rigidez, permite discernir, nas mil facetas do acontecimento, as que são verdadeiramente únicas e as que se repetem”, observa Glénisson (1979, p. 134). Dessa maneira, uma diferente noção do fato e da objetividade abre-se para uma diferente noção da História como ciência.

.....
 : Vimos em Filosofia da Ciência
 : que a ciência trata do geral (o
 : tipo, a classe, a lei, a espécie),
 : sendo o indivíduo (este
 : animal, este planeta, esta
 : reação química) visto como
 : um caso do geral.

LEITURAS RECOMENDADAS

Naturalmente, recomendo a leitura do capítulo 5 (*Pode a História ser Objetiva?*), do livro *Introdução à Filosofia da História*, de W. H. Walsh. Também o livro *Filosofia da História*, de W. Dray, tem um capítulo sobre *Objetividade Histórica* de proveito. A transformação de vestígios (documentos, objetos etc.) em fatos históricos está muito bem apresentada no capítulo III (*Os Fatos e a Crítica Histórica*), do livro, de Antoine Post, *Doze Lições sobre a História*. Recomendo ainda o capítulo I da terceira parte (*Os Fatos Históricos e sua Seleção*) do livro, de Adam Schaff, *História e Verdade*, e o capítulo I (*O Historiador e seus Fatos*) do livro, de Carr, *Que é história?*.

REFLITA SOBRE

1. A ambiguidade do termo “objetividade”
2. Os fatores subjetivos que explicam a discordância entre os historiadores
3. A diferença entre ceticismo e perspectivismo
4. A relação entre a objetividade histórica e um paradigma
5. A noção de fato histórico como algo construído pelo historiador
6. A relação da objetividade histórica com certo tipo de subjetividade

■ CAPÍTULO 3 ■

OBJETIVIDADE HISTÓRICA, MÉTODO E HABILIDADE

Neste capítulo, familiarizaremos-nos com o debate relativo à metodologia da pesquisa histórica. Perceberemos os fatores que tornam difícil a objetividade, bem como as habilidades do historiador necessárias para a correta compreensão do passado.

3.1 A QUESTÃO DO MÉTODO EM HISTÓRIA

As reflexões anteriores, ao revelar o engano de pensar a objetividade histórica como mera submissão a um passado pronto para ser colhido nos seus vestígios, ressaltou a importância do **proceder do pesquisador** e nos leva a considerar agora a possibilidade de reconhecer um padrão de procedimento que servisse para identificar um tratamento correto dos fatos.

Em seus escritos de metodologia histórica, o historiador brasileiro contemporâneo Ciro Flamarion Cardoso nos apresenta uma visão da História em que essa disciplina, na medida em que aspira a ser reconhecida como uma ciência, deve adequar-se ao que o autor descreve, seguindo o filósofo Mário Bunge (1919 –), como o método geral das ciências, como “a estratégia global de ação partilhada por todas as ciências factuais particulares” (CARDOSO, 1983, p. 57).

Já me referi à noção de método científico defendida por Bunge no capítulo 2.3 do livro-texto de Filosofia da Ciência. No entanto, vale a pena acompanhar Cardoso na apresentação dessa “estratégia”. Ela inclui cinco etapas: colocação do problema, construção do modelo teórico e invenção das hipóteses, dedução das consequências particulares comprováveis a partir das hipóteses, prova das hipóteses e introdução das conclusões na teoria (CARDOSO, 1983, p. 58-59). Nosso autor passa em revista a Historiografia tradicional, mostrando que, apesar de sua tendência ao rigor e da validade de muitas de suas conclusões, ela não correspondia ao

padrão de cientificidade aqui descrito. Ao destacar que o principal obstáculo para obedecer a esse padrão residiu na preocupação preferencial ou exclusiva dos historiadores com estruturas e processos tidos como únicos, Cardoso frisa a relevância, na História das décadas de 30 a 80 do século passado (época do seu livro), da quantificação, comparação e construção de modelos como passos de uma progressiva cientificidade da disciplina.

As considerações relativas ao método prendem-se, em Cardoso, a uma caracterização da Ciência – sempre declaradamente procedente da epistemologia de Bunge – como um “conhecimento racional, sistemático, verificável e, por conseguinte, falível” (CARDOSO, 1983, p. 13). O que distingue a Ciência, nos explica, é o caminho que utiliza para decidir sobre a verdade de uma afirmação. Em vez de fazê-lo na base das preferências pessoais, do respeito a uma autoridade, da intuição ou da conveniência, a Ciência apela para a crítica racional. A Ciência interessa-se pelo conhecimento objetivo, e por isso:

[S]eu método se orienta no sentido de verificar, controlar e corrigir os novos conhecimentos, mediante a sua contrastação com outros conhecimentos (o corpo já adquirido do saber científico) e com fatos empíricos, através da observação sistemática e/ou da realização de experiências controladas. (CARDOSO, 1983, p. 13).

“Objetividade” é entendida aqui como validade universal e condicionada pela adoção, por parte de uma disciplina (aqui, a História) do método geral da Ciência e, ainda, de técnicas específicas de investigação que lhe garantam a aceitação intersubjetiva das conclusões alcançadas.

Nesse sentido, poder-se-á afirmar que, quanto maior for a habilidade na utilização do método e das técnicas, tanto maior será também a objetividade dos resultados (e, por conseguinte, a sua confiabilidade como captação da realidade pesquisada).

No entanto, os riscos e as insuficiências de uma tal concepção da objetividade não escapam a Cardoso. Assim, logo depois de elogiar a quantificação como técnica para aumentar o rigor, lem-

Reservas semelhantes quanto à quantificação encontram-se em outros historiadores, como François Furet (O Quantitativo em História, no volume História: Novos Problemas, de Le Goff e Nora) e Oscar Handlin (A Verdade na História, capítulo 8).

bra que “só é possível quantificar para responder a perguntas bem precisas; *não se pode contar sem saber o que está sendo contado e para que*”. (CARDOSO, 1983, p. 61).

Cardoso também recomenda cautela ao aplicar o método comparativo para evitar transformá-lo numa receita cômoda. Mas, apesar de oportunas advertências, como as citadas, predomina, na concepção que Cardoso tem da História – uma “ciência em construção” –, a convicção de que a metodologia tem uma importância crucial para a objetividade, uma metodologia, além do mais, reconstruída à luz da Epistemologia (Teoria do Conhecimento) contemporânea.

Diferentemente, resulta a valoração da objetividade vinculada à metodologia científica em um outro historiador, o francês Paul Veyne. Este acredita que a História não é nem pode ser uma ciência, no sentido em que o são as Ciências da Natureza e em que podem vir a sê-lo as Ciências Humanas, como a Sociologia, *porque o objeto da História é o “vivido” (ou o “sublunar”)*, e não o abstrato ou “formal”. A Ciência, segundo Veyne:

Veyne tomou essa expressão da física de Aristóteles, que fazia uma distinção entre os fenômenos que ocorrem no espaço existente entre a Terra e a Lua (espaço “sublunar”) e os fenômenos existentes para além do nosso satélite, pois, para Aristóteles, os fenômenos sublunares e supra lunares obedeciam a diferentes causas.

[N]ão consiste em descrever o que é, mas em descobrir ressaltos escondidos que, diferentemente dos objetos sublunares, funcionam com todo o rigor; para além do vivido, ela procura o formal [...]. Ela é um discurso rigoroso ao qual os fatos obedecem formalmente nos limites da sua abstração[...] (VEYNE, 1983a, p. 282).

O que Veyne está apontando nessa citação é que a Ciência trabalha com modelos idealizados dos eventos, que correspondem somente de maneira aproximada a eles. A Ciência – continua Veyne – não tem por objeto o real na sua particularidade, mas “os próprios modelos dos quais descreve a construção”, e que lhe servem para pensar o real, interessando-se nos fatos apenas na medida em que obedecem ao modelo. Longe de pretender reproduzir a realidade, ou estilizá-la, ou ainda, simbolizá-la, a Ciência produz modelos dos que tenta deduzir o real, na forma do teste e da previsão que nos ensina algo de novo (VEYNE, 1983a, p. 287-292).

A Ciência pode proceder dessa maneira porque se prende apenas aos aspectos gerais e necessários dos acontecimentos (naturais ou humanos); a realidade, porém, encerra igualmente o que não

acontece infalivelmente, mas apenas com frequência, e também o que é acidental. De onde a possibilidade de que as disciplinas, como a História (outros exemplos seriam a Filologia e a Geografia), estejam voltadas para o real em toda a sua complexidade, ou melhor, para o “vivido”.

Em sua obra principal, *Como se Escreve a História*, que estou comentando, Veyne atribui ao historiador a missão de “explicar a intriga” (ou “trama”) dos eventos (capítulos III e VI). Partindo da pressuposição de que toda ação humana inclui condições materiais, decisões e acasos, a função do historiador consiste em tornar compreensível um segmento mais ou menos vasto da vida humana atendendo a todos esses fatores. A História explica os eventos, sim, mas de uma maneira vulgar, não científica. Ela o faz mostrando o desenvolvimento da intriga (e, nesse sentido, comenta Veyne, não há narrativa que não seja explicativa):

A História não explica, no sentido em que ela não pode deduzir e prever (só o pode um sistema hipotético-dedutivo); as suas explicações não são o reenvio para um princípio que tornaria o acontecimento inteligível, elas são o sentido que o historiador empresta à narrativa [...] [A] Revolução Francesa explica-se pela ascensão de uma burguesia capitalista [...] o que significa muito simplesmente que a Revolução é a ascensão da burguesia, que a narração da Revolução mostra como essa classe ou os seus representantes se apoderaram das alavancas do poder do Estado: a explicação da Revolução é o resumo dela e nada mais [...] (VEYNE, 1983a, p. 118-119, grifo do autor).

Essa explicação, para Veyne (1983a, p. 118-119), “[...] não se distingue muito do gênero de explicação que se pratica na vida de todos os dias ou em qualquer romance em que se conte essa vida; ela não é mais do que a clareza que emana de uma narração suficientemente documentada”. Veyne (1983a, p. 255) chega a considerar que a pretensão de explicar cientificamente um fato histórico é uma ideia “pouco científica e despropositada”. E por isso afirma, sempre na obra aqui comentada, que a História não tem método, “pois não há métodos para compreender”. Ela exige, em compensação, “uma cultura” que, mais do que num saber, consiste em “poder pôr-se sobre o homem cada vez mais questões”. Nossa História, segundo Veyne, tem avançado e melhorado *à medida que*

Repare em que, no cotidiano, você não precisa de uma pesquisa para explicar as ações passadas das pessoas que conhece. Você procura lembrar as palavras, os comportamentos, os objetos de uso, entre outros e, geralmente, “entende” (ou seja, explica) o que as pessoas fizeram. Para tanto, você se utiliza dos recursos da sua cultura (conceitos, normas e outros), bem como as noções de propósito, crença etc. Ou seja: no cotidiano, você é um historiador ou historiadora, conforme essa visão do assunto!

a cultura histórica dos investigadores se ampliou, porque a possibilidade de fazer novas perguntas conduz à formação de novas noções que enriquecem a compreensão do passado. Nessa cultura, entram também as ciências, em particular as do homem, como instrumentos de compreensão histórica. Delas estão extraindo os historiadores conceitos antes desconhecidos e que lhes permitem explicitar cada vez mais os fenômenos históricos. Conceitos tais como “racionalismo econômico”, “riqueza estagnada”, “mentalidade”, “mobilidade social”, “dinâmica de grupo” etc. Nem por isso a História se converte numa ciência: no máximo, ela é uma “ciência para nós”, que “só conhece a verdadeira ciência na medida em que esta intervém no vivido” (VEYNE, 1983a, p. 310).

Veyne atribui ao historiador a tarefa de explicar mediante conceitos (como aqueles acima mencionados). Isso distingue a História da mera narrativa, dedicada apenas a descrever e designar episódios da vida humana.

O que a História apresenta “não é o imediato”, mas o resultado de uma análise que permite “tomar consciência de realidades que eram vagamente sentidas sem que se soubesse tematizá-las” (VEYNE, 1979, p. 68), uma operação que fica clara, segundo Veyne, na passagem da velha História factual para a pesquisa de séries, períodos, mentalidades etc. Vista desse modo, pode-se até dizer que nossa disciplina é “congenitamente científica”, uma “História escrita à luz das ciências do homem” (VEYNE, 1983b, p. 20).

Subsiste, entretanto, a diferença entre o trabalho de um historiador e o de um físico por exemplo. Argumentando para demonstrar sua tese de que não há, na História, uma categoria de causas que tenham o caráter de um primeiro motor (como a economia na visão marxista), mas “somente variáveis estratégicas, que não são as mesmas de uma conjuntura para outra”, Veyne frisa que o ofício do historiador não deve ser visto, dadas essas considerações, como “*negócio de ciência, mas de prudência*”. Prudência que deve lutar contra nossa “tendência natural para banalizar o passado” e contra a “óptica das fontes”, aprendendo a ver nelas coisas que seus autores não viam. É essa prudência que se alimenta, não de um méto-

A prudência ou phronesis (φρόνησις) era, na filosofia greco-romana, a virtude de saber agir com critério, em vez de aplicar rigidamente princípios epistemológicos ou morais.

do, mas de uma cultura, e que só pode orientar-se por uma “tópica”, uma enumeração dos lugares ou tópicos que convém explorar quando se quer compreender um fragmento do passado humano (VEYNE, 1983a, p. 260).

Percebe-se com facilidade que, na visão que Veyne tem da História, a possibilidade de se chegar a afirmações “objetivas” no sentido de serem universalmente válidas não decorre da utilização de um ou mais procedimentos definidos (métodos), mas deriva de uma eventual afinidade entre a prudência do historiador e a sensibilidade do leitor. Torna-se, por conseguinte, mais difícil, nessa concepção da História, que os resultados de uma pesquisa sejam considerados “objetivos” no sentido de concordantes com a realidade pesquisada.

A prudência invocada por Veyne relaciona-se com uma espécie de brecha ou distância entre o tratamento dos materiais por parte do historiador (tratamento esse que parece estar já em grande medida submetido a regras consagradas pela profissão) e as conclusões a que ele pode chegar (que não parecem resultar simplesmente daquele tratamento nem obedecer a normas precisas). Essa brecha (em inglês, *gap*) é estudada pelo filósofo Leon Goldstein (1927 – 2002) a partir da questão: “Que torna aceitável uma reconstrução histórica?” (ver GOLDSTEIN, 1983).

Preferindo a expressão “constituição” a outras mais usuais, como “descrição” e “reconstrução”, Goldstein chama a atenção para a circunstância de que os manuais de metodologia histórica, ou bem sugerem que a ordenação crítica dos dados conduz com segurança às conclusões (uma concepção que Goldstein, com a maioria dos historiadores, considera definitivamente superada), ou bem instruem o aprendiz acerca de como tratar as evidências sem dizer, porém, quase nada sobre como “constituir” o passado histórico a partir delas. Vale dizer: o problema consiste em como passar, de evidências (dados) bem estabelecidos e pertinentes a um evento histórico, a apresentar a visão desse evento que pode, plausivelmente, ser extraída desses dados, ou apoiada por eles.

A dificuldade para formular regras relativas a essa “constituição” deve-se a que ela não é – segundo mostra Goldstein analisando

ABDUÇÃO

A abdução consiste na formulação de uma hipótese sobre a possível explicação de um dado fenômeno. É denominada também “inferência a favor da melhor explicação”. Por exemplo, ao encontrarmos fósseis de seres marinhos em uma região afastada do mar, inferimos que, em outras épocas, a região esteve coberta pelo oceano. Na História: se diversos documentos se referem a determinado personagem ou evento, inferimos que ele existiu. Notem que, a rigor, em nenhum caso inferimos uma conclusão *certa*.

do alguns exemplos de conclusões históricas – nem uma leitura feita diretamente nas evidências, nem uma dedução, em sentido próprio do termo. Tampouco se trata de uma indução nem, menos ainda, de uma generalização. O autor preferiria caracterizar o processo todo como uma “abdução” (seguindo o filósofo Charles Peirce [1839 – 1914]), mas isso leva apenas a enfatizar o problema que se coloca para o historiador, porque a abdução afirma apenas o que *pode ser*, e, como forma de raciocínio, não pode ser submetida a regras (ver HANDLIN também sobre isso).

A rigor, tropeçamos aqui com a impossibilidade de encontrar um procedimento qualquer submetido a regras, porque o que está em jogo, no caso de uma “constituição” histórica (o que explica a preferência do autor por essa denominação), é a possibilidade de produzir algo a partir de materiais diferentes do produto. Com outras palavras; a “síntese” histórica (expressão frequente, porém enganosa, pois recobre uma operação mais difícil do que ela sugere) não é uma mera reunião de dados. **Ela exige criatividade.** Por isso, embora a função lógica dos eventos “constituídos” (por exemplo, a revolta de Tiradentes) seja a de explicar, retrospectivamente, as evidências, estas últimas não são dedutíveis daqueles. E, por isso também, nenhum resultado da constituição histórica pode ser admitido como necessário, mas apenas como **plausível**.

A plausibilidade é, pois, a grande questão acerca da validade das afirmações dos historiadores, ou seja – em termos da problemática que vimos considerando – da “objetividade”, entendida como aceitação universal das conclusões. O que é plausível, o que é “razoável de crer”, argumenta Goldstein, está limitado por dois fatores: as evidências e o senso comum, na medida em que este nos faz admitir ou rejeitar possibilidades humanas. O autor chama a atenção para o fato de que o senso comum atual está cada vez mais afetado (consciente ou inconscientemente) pelas Ciências Sociais e a Psicologia, mas nada disso altera, em sua opinião, a impossibilidade de formular regras ou receitas para obter uma conclusão histórica válida. A “constituição histórica” não tem, propriamente, uma lógica, dado que está sempre sujeita à revisão, “é, mais bem, uma espécie de pensamento por ensaio e erro”, conclui Goldstein na obra anteriormente citada.

As dificuldades da reconstrução histórica encontram finalmente uma sensibilidade ainda mais aguda na visão de um historiador como Henri I. Marrou. Sem que dispense a metodologia, esse autor sublinha, ao longo do seu já clássico livro *Sobre o Conhecimento Histórico*, a importância do que não está submetido a regras no proceder do historiador, visto preferentemente como um intérprete.

Como já vimos, Marrou recusa a denominação de ciência para a História porque, no seu entender, ela não corresponde ao molde da antiga *epistème*, vale dizer, a um saber plenamente demonstrativo. A História se parece antes com a *tekhne*, com um saber que, embora metódico e rigoroso, conserva um necessário coeficiente de habilidade profissional que é decisivo. A História se encontra mais próxima do artesanato do que de uma atividade puramente intelectual. Além do mais, à diferença da Ciência entendida desde Aristóteles como um saber geral e abstrato, a História não pode renunciar a ser saber do concreto e até do singular (MARROU, 1978, p. 29). Marrou opta por chamar “conhecimento” (em francês *connaissance*) o saber histórico assim entendido.

Na produção de um tal conhecimento, toda precaução é pouca, mostra Marrou com constantes exemplos, e a ingenuidade é um risco que espreita a cada passo, mesmo nas atitudes pretensamente críticas (sem contar os perigos da hiper crítica, ou seja, o excesso de crítica). Ocorre que as dificuldades para se obter um conhecimento histórico confiável não se concentram na etapa da interpretação e da síntese. Marrou faz ver como, até nos procedimentos mais elementares de avaliação dos testemunhos, os resultados dificilmente podem escapar à inquietação de uma dúvida que seja suficientemente sutil. Ele se pergunta:

A independência das testemunhas? Podemos, nos limites das nossas informações, estabelecer as relações positivas de dependência que podem existir entre os documentos ou, até, concluir: “Até dispormos de informações mais completas, elas **parecem** independentes”; mas, quando poderemos afirmar que o são? O mesmo ocorre com a credibilidade: a crítica interna determina o grau máximo de credibilidade que, tendo em vista a nossa informação, um documento parece merecer, não o seu grau real, pois não podemos fazer a contagem integral das causas de erro possíveis [...] (MARROU, 1978: 104)

O acordo entre vários testemunhos? Para isso, é necessário que o objeto de sua observação tenha sido precisamente o mesmo; ora, dois homens diferentes, por se interessarem por coisas diferentes, por não possuírem a mesma mentalidade nem os mesmos hábitos de espírito, *jamais verão exatamente o mesmo objeto no mesmo espetáculo humano que se coloca sob seus olhos* [...] (MARROU, 1978, p. 104-105, grifo do autor).

A crítica “interna” visa estabelecer a correta compreensão do documento, bem como a sinceridade do autor. A independência das testemunhas significa que elas possam informar sobre um evento sem estarem vinculadas, o que se considera um fator que aumenta a credibilidade do documento. Note a agudeza com que Marrou aponta as dificuldades para aceitar diversos testemunhos sobre um mesmo evento.

Para não sucumbir aos motivos de dúvida, para não renunciar a alcançar o passado “na medida em que podemos conhecê-lo”, o historiador depende de um sábio equilíbrio entre a suspicácia e a confiança, entre o questionamento e a simpatia, entre raciocínio lógico e imaginação.

Não se pode negar que a minuciosa atenção do autor às dificuldades da tarefa do historiador se orienta a mostrar o caminho de um conhecimento do passado que transcenda a subjetividade individual ou grupal, principalmente a “História comprometida”, ou seja, aquela em que a pesquisa está a serviço de uma causa: social, política, religiosa etc. Marrou vê, nesse tipo de prática, a negação da História, que só pode ser orientada pela verdade entendida como algo que não pode estar subordinado a outra coisa. Mas é igualmente inegável que, na maioria dos casos, os resultados atingidos pelo historiador são, para Marrou, não absolutamente certos, mas “praticamente satisfatórios”. Entende-se assim que acaba assimilando o conhecimento histórico a um ato de fé conforme o qual “conhecemos do passado aquilo que **cremos ser verdadeiro** do que compreendemos daquilo que os documentos dele nos conservaram” (MARROU, 1978, p. 108, grifo do autor).

E entende-se também que a objetividade não seja para ele o supremo critério da verdade histórica. Concebida como validade universal das afirmações, ela é, em princípio, tão possível na História como na Ciência, para Marrou, não sendo absurdo esperar que:

[D]ois historiadores que dêem a mesma formulação a um problema, que disponham dos mesmos dados documentais e do mesmo equipamento técnico e cultural que permita utilizá-los, não encontrarão respostas diferentes, não construirão duas histórias [...] (MARROU, 1978, p. 181).

Mas:

Como o número das questões que é possível apresentar a um mesmo setor da experiência do passado é tão grande [...] que pode passar praticamente por infinito, como tais questões são de uma natureza tão sutil que os conceitos por meio dos quais se formulará a sua solução são ao mesmo tempo muito mais numerosos e menos fáceis de definir do que, por exemplo, os do matemático, torna-se muito mais difícil encontrar sem esforço dois historiadores que, em presença do mesmo objeto, se disponham a sistematizá-lo em função dos mesmos processos operatórios e “construindo os fatos da mesma maneira”, elaborem o mesmo conhecimento [...] (MARROU, 1978, p. 181).

A coincidência nas conclusões que exige o conceito de objetividade como validade universal (especialmente, aquela reclamada pelo Positivismo) ou se refere ao trivial (por exemplo, que o ataque às torres gêmeas de Nova Iorque ocorreu em 11 de setembro de 2001), ou é inevitavelmente problemática. Diante disso, Marrou conclui que “o dever que se impõe ao historiador não é limitar-se àquilo que está certo que qualquer um veria como ele, mas compreender tudo aquilo que, pessoalmente, é capaz de alcançar.” (MARROU, 1978, p. 183).

Nas posições teóricas antes comentadas, temos, num extremo, a História concebida como disciplina que se esforça por ser inteiramente científica e, no outro, a História como um conhecimento que se autodescobre alicerçado na fé. Para sermos justos com os autores expostos, devemos ainda acrescentar que Marrou não pretende dissolver o saber histórico no misticismo, e que Cardoso não admitiria que entendamos a sua defesa da cientificidade da História como reivindicação de um saber totalmente impessoal. (Bunge, em que Cardoso se fundamenta, tampouco crê que a metodologia científica torne dispensável a habilidade pessoal do cientista, como vimos em Filosofia da Ciência). Basta reparar nas *críticas de Cardoso ao objetivismo* dos positivistas e nas suas precauções com relação ao uso das técnicas de quantificação para ver que, de modo algum, ele imagina o historiador como mero reverenciador de afirmações “objetivas” por serem resultantes da metodologia científica. Ocorre que todos os teóricos da História reconhecem, de alguma maneira, a presença do sujeito na elaboração do conhecimento histórico.

• “Objetivismo” quer dizer aqui
 • a pretensão de que o relato
 • histórico revele seu objeto
 • (por exemplo, as causas
 • da Reforma protestante)
 • sem qualquer marca da
 • intervenção do sujeito
 • pesquisador.

Persiste, no entanto, a diferença – certamente, não desprezível – entre admitir a participação do historiador na forma da consciência crítica e criativa necessária em toda produção científica e atribuir-lhe um papel mais significativo e diferencial (como nos casos de Veyne e Marrou). Interessa por isso perguntar agora em que pode consistir esse papel do pesquisador para que, por uma parte, não impeça a formulação de afirmações objetivas (universalmente válidas) e, por outra, dê a tais afirmações seu caráter peculiar de afirmações **históricas**. **Devemos perguntar-nos também de que modo elas permitem que a História seja objetiva no sentido de corresponder a seu objeto.** Hei de reunir essas perguntas na seguinte indagação sobre a vinculação da objetividade histórica com a personalidade do historiador.

3.2 OBJETIVIDADE HISTÓRICA E PERSONALIDADE DO HISTORIADOR

Nos artigos destinados a esclarecer essas duas noções, o filósofo Paul Ricoeur (1913 – 2005) pergunta-se qual é a **objetividade** que “convém” à História, admitindo que há uma **subjetividade** “exigida” pelo “mister de historiador”, para usar a expressão que um historiador famoso, Marc Bloch (1886 – 1944), utilizou para se referir à tarefa de pesquisar o passado. Ricoeur distingue entre uma subjetividade “má” e uma subjetividade “boa”. A primeira intervém quando o pesquisador especula (dá asas à imaginação sem apoio em documentos) ou é parcial (favorece deliberadamente uma determinada interpretação). Já a subjetividade “boa” corresponde à necessidade de explicar os eventos (para o qual precisa determinar o que foi importante, estabelecer relações de causa-efeito etc.) e, sobretudo, de compreender os eventos (que exige imaginação para colocar-se no lugar dos homens de outra época, a simpatia para com outra vida e seus valores etc.) (RICOEUR, 1968, p. 32).

O historiador vai ter com os homens do passado com sua experiência humana própria. O momento em que a subjetividade do historiador assume relevo digno de nota é aquele em que, superada toda cronologia crítica, faz a história surgir os valores da vida dos homens de outrora. [...]

[N]ão que o historiador deva partilhar a fé de seus heróis; nesse caso ele raramente produziria história, e sim apologética, e mesmo hagiografia; mas deve ser capaz de admitir hipoteticamente sua fé [a deles], o que é uma maneira de ingressar na problemática dessa fé, embora a mantendo “em suspenso”, embora “neutralizando-a” como fé efetivamente professada. (RICOEUR, 1968, p. 32).

E acrescenta:

[E]ssa translação temporal é, portanto, também uma transferência a uma outra subjetividade, adotada como centro de perspectiva. Deve-se essa necessidade àquela situação radical do historiador: o historiador faz parte da história; não apenas no sentido vulgar de que o passado é o passado de seu presente, mas no sentido de que os homens do passado fazem parte da mesma Humanidade. (RICOEUR, 1968, p. 32).

Segundo Ricoeur, a subjetividade exigida pelo conhecimento histórico é mais “rica” que a que intervém na Física por exemplo. Reciprocamente, a objetividade da História é “incompleta” se comparada com a que é “atingida, ou pelo menos avistada, nas demais ciências” (RICOEUR, 1968, p. 28), precisamente em função daquela subjetividade. Apesar de que voltaremos oportunamente a essas afirmações, não estou interessado em discutir os méritos da concepção de Ricoeur em particular, mas em explorar a sua afirmação de que a objetividade histórica se constitui como a contrapartida da “boa” subjetividade, ou seja, de certas atitudes e habilidades do pesquisador. Ou seja: não que, “além” das afirmações objetivas, haja, na produção do historiador, uma zona – digamos assim – de afirmações subjetivas que as complementam, nem que a objetividade seja possível ali onde a subjetividade possa ser excluída (caso ela for considerada como algo negativo), ou não consiga intervir (se for vista como algo positivo), mas que a objetividade **tenha como condição** certo tipo de subjetividade. **Será possível confirmar e compreender melhor essa tese a partir de outras fontes?**

Para começar, dado que a palavra “subjetividade” tende a sugerir a ideia de subjetivismo, vamos continuar a investigação para responder a última pergunta que nos colocamos referindo-nos ao fator ou fatores **pessoais** (em vez de “subjetivos”) presumivelmente inerentes à objetividade histórica. Trata-se de uma distinção do cientista e filósofo **Michael Polanyi** (1891 – 1976), que você já



conhecem das aulas de Filosofia da Ciência e à qual voltaremos mais adiante.

Os fatores pessoais que nos interessam, no caso do historiador, quiçá sejam identificáveis revisando certos requisitos clássicos da mentalidade científica, a propósito dos quais muitos acharam difícil sustentar a confiança numa História objetiva. Assim, por exemplo, espera-se de um bom cientista que seja **imparcial** com relação ao assunto pesquisado. Do bom historiador, cobra-se, desde Cícero (106 – 43 a.C.) e Tácito (55 – 120), que investigue *sine ira ac Studio* (em latim, traduzindo livremente: sem ser a favor nem contra). Até que ponto admitem a imparcialidade os historiadores e epistemólogos da História? Em caso de que não a admitam, não estaria ali um dos elementos dessa peculiar participação do fator pessoal que procuramos?

Dos autores que fui mencionando até aqui, nenhum parece deixar de repudiar a parcialidade entendida como entrega às próprias inclinações, principalmente, emotivas, cabendo ressaltar a decidida rejeição do “espírito de partido” nada menos que por um filósofo marxista como Adam Schaff (ver SCHAFF, 1983, p 183). Entretanto, a imparcialidade se revela, a uma análise cuidadosa, como mais complexa do que vulgarmente se pensa. O próprio Schaff resgata outros significados da expressão “posição ou espírito de partido”: pode designar a identificação do historiador com certa linha ou escola científica (embora seja mediante razões) ou, ainda, o compromisso com certos interesses sociais. Schaff admite como

“adequada e desejável” a posição “de partido” em sentido científico (ou seja, a defesa de um ponto de vista teórico) e crê inevitável a posição “de partido” social (o condicionamento de classe do pensamento científico). Independentemente de aderirmos ou não a essas teses (sobre as quais voltaremos nestas aulas), deve ser notado que representam o reconhecimento de certa **parcialidade** como inerente à atitude do historiador normal.



História oficial: “a descoberta do Brasil” é uma expressão que representa o ponto de vista dos vencedores (os europeus). Esse evento seria descrito de forma diferente por um historiador que assumisse a perspectiva dos habitantes de Pindorama (o nome indígena para o Brasil).

Desde uma perspectiva não marxista, o filósofo Alfred Stern aponta a ambiguidade do

adjetivo “parcial”, que tanto pode significar “tendencioso” como “incompleto”. Ao comparar duas Histórias da Guerra Civil Espanhola, escritas respectivamente por um católico e um liberal, Stern mostra que:

[Eles] foram certamente “parciais” no sentido de revelar favoritismo porque tinham de ser “parciais” no sentido de serem incompletos. Impossibilitado de levar em consideração todos os fatos conhecidos, mesmo o historiador ideal é parcial no segundo sentido e, por conseguinte, também no primeiro. (STERN, 1970, p. 151-152, grifo do autor).

A parcialidade assume, nos autores citados, o **caráter de algo inevitável**, na medida em que o pesquisador deve ter algum posicionamento teórico (já vimos que não há registro de dados puros), pertence a um meio social definido e se vê forçado a fazer uma seleção do material que irá utilizar, um assunto sobre o qual também voltaremos. Acompanhando outra vez Stern:

O historiador ideal não valora desde uma perspectiva moral ou metafísica, e nem sequer política, mas o faz de um ponto de vista histórico. As suas categorias históricas as escolhe de acordo com seu projeto historiográfico, e este projeto constitui a expressão do seu sistema de valores. Mas esse projeto e os valores que encerra estão condicionados histórica, social e existencialmente. Exprimem certas tendências de um determinado estrato da sociedade atual e da sua orientação em direção ao futuro. (STERN, 1970, p. 151-152).

Um decidido adversário da História comprometida e, por conseguinte, da parcialidade, Henri I. Marrou, descobre, todavia, para nós, um outro aspecto em que a parcialidade merece ser revista. Ocorre que, na maioria dos casos, o imperativo de imparcialidade evoca a ideia de uma mente como que passiva, em branco, vazia, **como condição para refletir fielmente a realidade**. Entretanto, a epokhé (suspensão) do próprio eu (como decide descrever Marrou, o necessário desprendimento do historiador) não equivale a uma espera passiva. Ela é o reverso do movimento de “ir ao encontro” do Outro, de “prestar atenção a outrem”, movimento sem o qual não há – defende Marrou – compreensão alguma (MARROU, 1978, p. 71-72). Nosso autor descreve ainda esse movimento como uma “atitude centrífuga”, que é expressão e condição da vontade de compreender uma atitude provisória e, evidentemente, relativa aos

• O filósofo norte-americano
 • Richard Rorty (1931 – 2007)
 • fez uma crítica já clássica
 • dessa concepção do
 • conhecimento como “espelho
 • da Natureza” (ou da história,
 • nesse caso) no seu livro A
 • Filosofia e o Espelho da
 • Natureza (1979).

seus resultados, mas que, em todo caso, não se confunde com um olhar indiferente, não humano. Marrou conclui:

Conto com a inteligência do leitor para não confundir essa imparcialidade necessária, feita de sangue frio e de uma necessidade de compreensão, com a atitude ilusória de desapego, louvada pelos teóricos positivistas: “considerar os fatos humanos sem deixar-se envolver por eles, como se fossem coisas [...]” (MARROU, 1978, p. 71-72).

Se a imparcialidade não exclui posicionamento nem elimina o caráter humano do pesquisador, como atribuir-lhe limites claros? O seguinte pronunciamento encontra esses limites:

O historiador não é censurado por louvar ou criticar, nem aplaudido por não fazer qualquer uma dessas coisas, mas é censurado se juízos de valor apriorísticos o cegam para a evidência contrária [à sua interpretação], e aplaudido se a escolha e o tratamento da evidência se fazem de maneira claramente livre do desejo de referendar juízos formulados anteriormente à pesquisa (FISCH, 1928 apud DRAY, 1977, p. 61).

Para evitar essa parcialidade é que se recomenda, desde Max Weber (1864 – 1920), que o autor de um estudo reconheça ante o leitor, sinceramente, suas principais pressuposições e convicções. Que não se trata de um recurso da própria metodologia, o que fica claro na seguinte apreciação do historiador Oscar Handlin (1915 –):

O historiador [...] precisa saber não somente como explorar as fontes e como juntar os dados nelas armazenados, mas também as coações internas e externas que afetam o desempenho dessas tarefas. Como resultado, depende tanto do domínio das técnicas quanto da autocompreensão [...] [S]omente a percepção da própria situação pode contrabalançar as distorções de uma perspectiva limitada. (HANDLIN, 1982, p. 1).

Marrou dá a esse esforço de autoesclarecimento a denominação de “psicanálise existencial” e inclui nela, junto com a declaração de princípios e postulados, um relato da gênese da obra, dos propósitos que a animaram e das vicissitudes da sua realização, que permita ao leitor participar dessa ousada e árdua “psicanálise”, necessária porém para “discernir intenções secretas, tanto mais determinantes e decisivas quanto mais enterradas no inconsciente do pesquisador” (MARROU, 1978, p. 193).

É difícil encontrar hoje em dia um historiador ou um filósofo da História que não acredite nessas motivações ocultas e não receie de sua projeção na pesquisa. E é inegável que a paulatina descoberta dos “subsolos” da consciência e de sua vasta “âncoragem”, por assim dizer, no meio sociocultural do historiador tornou ao mesmo tempo mais aguda e mais problemática a necessidade de auto-esclarecimento do pesquisador. Vale a pena retomar, neste ponto, a discriminação feita por William Walsh dos fatores de discordância entre os historiadores, já aqui apresentada no capítulo 2. Essa discriminação pode permitir-nos ver o grau de distanciamento possível com relação a cada classe de fatores subjetivos.

Em primeiro lugar estão as “**inclinações pessoais**”. Todo mundo as tem, não podendo o historiador ser uma exceção. São as simpatias e antipatias, preferências e aversões com relação a figuras, tipos humanos (grandes homens por exemplo) ou grupos humanos (“os clérigos, os cientistas, os alemães”, exemplifica Walsh). É este, certamente, o nível em que deve operar principalmente o antigo conselho de estudar “sem estar a favor nem em contra”, e Walsh está convencido de que tais inclinações não representam um obstáculo demasiado sério:

[...] pela simples razão de que todos nós sabemos, por experiência pessoal, que esse tipo de inclinação pode ser corrigido ou tolerado. Uma vez reconhecidas nossas próprias parcialidades, o que sem dúvida é possível, já estamos em guarda contra eles, e se formos bastante céticos elas já não nos assustarão[...] (WALSH, 1978, p. 97).

Penso que **o otimismo de Walsh merece ser contestado**, porque parece ignorar quanto a Psicologia Profunda, principalmente a doutrina de Freud, vem nos ensinando, há bastante tempo, sobre a maneira como nos relacionamos com nossas inclinações. Não parece que sempre sejamos conscientes de nossas paixões (por vezes, reprimidas pela “censura” de que fala Freud).

As nossas afeições conscientes podem ser os antípodas das que inconscientemente nos movem (o ódio, por exemplo, pode ser uma máscara do amor frustrado). Inclinações aparentemente simples e óbvias podem ser na verdade complexas.



É difícil que um historiador não sinta repulsão ao estudar o tráfico de escravos.

E, mesmo identificando corretamente uma inclinação, a disposição a “deixá-la de lado” *não garante que nos subtraiamos à sua influência*. É claro que não se trata de negar a utilidade da velha advertência de evitar amores e ressentimentos na pesquisa. Ela é uma precaução necessária, mas evidentemente insuficiente, de uma insuficiência, aliás, variável conforme a maneira em que a personalidade do pesquisador se formou ao longo da vida. Gostaria de chamar a atenção também sobre a circunstância de que, se as inclinações não podem ser simplesmente “afastadas”, a subjetividade do historiador não será, em consequência, neste aspecto, uma “tabula rasa”, mas uma base, por assim dizer, constituída pelas suas inclinações, que limitariam a objetividade possível. Em segundo lugar, examina Walsh, os “**preconceitos de grupo**”, admitindo que são menos fáceis de corrigir e que, pela sua aceitação geral e a sutileza de sua influência, é necessário esforço até para percebê-los.

À diferença, porém, das inclinações pessoais, estes preconceitos não são posicionamentos puramente emotivos, podendo eventualmente ter uma justificação racional. (Podemos, por exemplo, ter argumentos para justificar nossa crença de que os alemães são mais disciplinados, que os negros são menos inteligentes, que as mulheres são mais caprichosas do que os homens etc.) Essa diferença leva Walsh a propor que “as suposições que os historiadores fazem como (por exemplo) ingleses patriotas, membros do proletariado consciente de sua classe ou protestantes convictos” devam “ser racionalmente justificáveis, ou então ser afastadas da sua história” (WALSH, 1978, p. 98). **Também aqui parece que o autor é demasiado otimista.** Mesmo não querendo indagar se os exemplos por ele escolhidos são homogêneos (poder-se-ia questionar se o sentimento patriótico, a consciência de classe e a profissão de uma fé religiosa são atitudes do mesmo tipo), ficamos com a impressão de que Walsh não percebe que a condição que ele coloca para permitir a presença das suposições na pesquisa (a saber, que sejam “racionalmente justificáveis”) é inoperante. Isso porque de fato **toda** posição de grupo tem sua justificação racional – invariavelmente **convicente para os membros desse grupo e suspeita para os demais.** E quanto a justificações válidas para todo mundo, é difícil imaginá-las tratando-se das convicções que formam

o coração dos posicionamentos de grupo (“meu país é o melhor”; “minha religião é a verdadeira”; “nossa classe é a protagonista da história” etc.).

Por outra parte, Walsh tampouco parece reparar em que, se intentamos afastar da História nossos preconceitos de grupo, a dificuldade é tão grande como no caso das inclinações. Gostaria de acrescentar que concordo com a rejeição, por parte do autor, do ceticismo de marxistas e freudianos com relação à importância das **razões** de nossas opiniões, que eles substituem por **motivos** sociais e psíquicos. (Isto é, um marxista suspeita que as razões que uma pessoa dá para suas opiniões acerca de determinado assunto são, na verdade, expressão de sua posição de classe; já um freudiano pode vê-las como manifestação de desejos, frustrações ou traumas inconscientes.) Por isso, creio que, com relação aos nossos preconceitos grupais, devemos procurar não apenas não sermos inconscientemente dirigidos por eles, mas também discutir-lhes a validade. Tudo isso, porém, na medida em que possamos perceber esses preconceitos, pois, como no caso anterior, acredito que nossos esforços deixam também aqui intacta outra “base” subjetiva que talvez reclame uma base análoga no interlocutor para o reconhecimento de afirmações pretensamente “objetivas”.

Talvez a aceitação de afirmações históricas exija também que o leitor tenha convicções grupais (sobre questões sociais, em particular) análogas às do autor.

Na sequência, Walsh examina, vistas sempre como fatores de discordância entre os historiadores, as “teorias contraditórias de interpretação histórica”. São as convicções profissionais sobre a relativa importância das causas dos acontecimentos: por exemplo, se os fatores econômicos ou os políticos são mais relevantes para explicar as mudanças históricas, o que depende da teoria sustentada pelo autor. Essas convicções nem sempre são formuladas ou explicitadas pelo historiador. Walsh lembra, oportunamente, que esse tipo de discordância não poderia ser suprimida prescindindo de **toda** teoria, pois isso impediria encontrar um sentido para os fatos pesquisados. (Os documentos, lembremos mais uma vez,

Vimos, em *Filosofia da Ciência*, que Popper criticou essa atitude por minar o caráter científico de uma teoria, opondo-lhe o critério de refutabilidade. Lembra-se desse critério? Ele propõe considerar como científicas apenas aquelas teorias formuladas de tal modo que possam ser eventualmente refutadas. Caso contrário, elas funcionam como dogmas.

não “falam por si mesmos”.) Walsh observa demais, com razão, que geralmente tais teorias (que ele exemplifica com o Materialismo Histórico) são abraçadas amiúde com um fervor maior do que corresponderia a hipóteses bem fundamentadas (o que em essência elas são) e que seus partidários tendem a protegê-las contra **evidências adversas**. Nosso autor aponta duas razões diferentes para isso. Em muitos casos, opera um preconceito: achando uma teoria “emocional e intelectualmente atraente ou repulsiva”, **queremos** que seja verdadeira ou falsa. Outras vezes, porém, a defesa da teoria deriva das **convicções filosóficas** da pessoa.

Os conflitos filosóficos ou de **cosmovisão** são, como você já sabe, a quarta classe de fatores subjetivos de discordância apontados por Walsh, mas, antes de acompanhá-lo no exame que faz deles, desejo assinalar certa deficiência – e até superficialidade – no tratamento dado por Walsh às divergências relativas a teorias. Walsh passa demasiado rapidamente sobre a insuficiência de apoio empírico para **toda** teoria **geral** da História. (Como vimos em *Filosofia da Ciência*, nenhuma teoria está respaldada por todos os dados relativos ao seu domínio de objetos.) Face a essa dificuldade, Walsh poderia ter detectado a necessidade de uma **decisão**, teórica e metodológica, não necessariamente irracional ou metafísica, do historiador. **Por isso mesmo**, nosso autor não indaga **por que** uma teoria resulta “emocional ou intelectualmente atraente ou repulsiva” ao historiador, como ele diz, quando podia haver explorado aqui a diferença entre o historiador rigoroso e o propagandista.

As divergências relativas a teorias não têm por que ser, obrigadamente, a expressão de preconceitos emotivos ou filosóficos: podem resultar de decisões que sejam, por sua vez, produto de uma discussão em termos científico dos méritos comparados de duas ou mais teorias.

Como já sabemos, Walsh analisa em quarto e último lugar os posicionamentos filosóficos que explicariam, em muitos casos, a adoção de teorias divergentes sobre a história. Os historiadores ver-se-iam, neste nível, separados por discrepantes convicções metafísicas sobre a natureza humana e convicções morais sobre a

compreensão do passado. Trata-se das *Weltanschauungen* (cosmovisões), das quais o autor menciona a visão cristã e a visão racionalista-iluminista da vida. As convicções profundas do historiador transparecem nos seus juízos sobre o que foi “possível”, “racional”, “normal” etc. Uma vez mais, Walsh exorta o historiador a reconhecer seus “preconceitos morais e metafísicos” para não se deixar influenciar excessivamente por eles, embora admita que é impossível eliminá-los, porque toda a nossa experiência da vida, até a mais vulgar, os tem como condição. No entanto, o motivo para confiar na utilidade de se manter alerta com relação a eles provê de que somos capazes de revê-los, podendo a revisão ser auxiliada, precisamente, pelo conhecimento histórico, quando encarado com mentalidade aberta (WALSH, 1978, p. 67).

Walsh aparentemente não se apercebe de que esta última classe de preconceitos se superpõe parcialmente aos preconceitos de grupo, vale dizer: nossas convicções sobre a vida proveem, em grande medida, do fato de nós pertencermos a grupos (família, igreja, profissão etc.). Pouco importa, todavia, porque fica clara sua intenção de mostrar que todo historiador se orienta por persuasões “últimas” ou pressupostos “básicos” (que podem provir, completaria eu, de pertencer a mais de um grupo; de ser, por exemplo, simultaneamente inglês, protestante e proletário, ou brasileiro, católico e de classe média). Ora, com relação a essas crenças basilares, assevera Walsh o que, creio eu, vale para todos os fatores analisados: que eles têm uma função, sendo, portanto inelimináveis; que são em alguma medida modificáveis; que, em todo caso, não podem ser deixados fora de controle. Ou seja: não podemos deixar de fazer um esforço para que não nos dominem.

A **função** das teorias e das cosmovisões, na pesquisa, é apontada pelo próprio Walsh: elas permitem interpretar os fatos, organizar a experiência. Eu gostaria de acrescentar que as convicções sociais nos são imprescindíveis, conforme os sociólogos, antropólogos e psicólogos, para possuímos senso de identidade pessoal. Delas depende sabermos quem somos, como pessoas, como cidadãos, como pesquisadores. Já a função das inclinações emotivas pode não ser tão evidente, mas isso talvez se deva ao peso, em nossa consciência, do modelo positivista do pesquisador “frio”. É inima-

ginável a investigação – e, de modo geral, qualquer atividade criativa – sem entusiasmo, preferências e aversões.

O mapeamento de Walsh parece-me particularmente útil vinculado à reivindicação de Paul Veyne, já comentada, de uma “tópica” para o trabalho do historiador. Essa reivindicação lhe oferece, já não com relação ao tema investigado, mas a si próprio como investigador, quatro “lugares” pelos que convém que passe seu esforço de autoesclarecimento para um controle mais eficiente dos fatores de perturbação, dos riscos de arbitrariedade. A **imparcialidade** deixaria de ser entendida como eliminação de toda parcialidade (o que parece não ter sentido nem sequer como um ideal, de acordo com o exposto) e se converteria em **controle sistemático dos fatores de parcialidade**, na dupla acepção desta última palavra: “parcialidade” como designação de tudo quanto é tomada de posição do sujeito e “parcialidade” como sinônimo de tendenciosidade.

Uma outra questão, vinculada à da parcialidade mas que não se reduz a ela, é a dos **juízos** permitidos ao historiador. Supondo-se que ele se cuide de transformar sua pesquisa em uma validação dissimulada de juízos prévios (preconceitos) sobre o assunto tratado, compete-lhe, todavia, julgar de algum modo o seu objeto?

A mentalidade positivista estava convicta de que a tarefa de reconstruir o passado inclui juízos de (ou sobre) fatos e exclui juízos de valor. Podia-se julgar que “A causou B”, mas não que A fosse bom ou mau, bonito ou feio etc. O historiador não devia ser confundido com um juiz nem com um moralista (*para não falar de um esteta ou de um teólogo*). Basta, entretanto, uma olhada a qualquer narrativa histórica para persuadir-nos de que, por mais sóbria que se pretenda, contém uma série de termos não puramente descritivos, desde os mais evidentes, como “importante” ou “falso”, até outros mais sutis, como “crueldade” ou “fracassar”.

*Um esteta é um apreciador
requisiteiro da arte e da
beleza.*

Tem sido observado repetidamente que isso acontece porque o historiador – o tradicional – utiliza a linguagem comum, carregada de valorações inadvertidas, ou seja, de juízos irrefletidos.

Interpretamos a Revolução Francesa ou o caráter de Napoleão ou o comportamento de Talleyrand, nos termos em que interpretamos o compor-

tamento dos nossos contemporâneos [...] com a mesma rica e dificilmente analisável mistura de conceitos fisiológicos, econômicos e biográficos, estéticos e éticos, finalísticos e causais – conceitos esses que proporcionam o que encaramos como respostas normais e satisfatórias para nossas indagações comuns acerca de como e por que pessoas e coisas se comportam como se comportam. (BERLIN apud DRAY, 1977, p. 40).

Na maioria das vezes, os que assinalam esse fato não pretendem que a História abandone a linguagem vulgar, mas determinar uma das suas características: uma maior proximidade à vida, digamos assim, à diferença das abstrações da Ciência (como vimos em P. Veyne). Argumenta-se que, caso se pretenda que o historiador substitua as expressões que implicam valorações por enunciados factuais em função dos quais ele defende essas valorações, a História seria sumamente árdua e quiçá impraticável. Por outro lado, os juízos que o historiador faz parecem amplamente dependentes da não aceitação de um determinismo total nas ações humanas. O historiador as considera como possibilidades existenciais (não como processos inevitáveis) *e enxerga seus agentes como seres mais ou menos responsáveis*. De qualquer modo, Marrou mostra, a propósito da **morte de César**, o grotesco resultado de tratar de descrever um episódio histórico numa linguagem purificada de conotações vulgares e de adjetivos de uso comum.

O filósofo Isaiah Berlin (1909 – 1997) faz notar que nossa visão normal da vida inclui a negação do determinismo e que seria muito difícil viver como se ele fosse verdadeiro. Por isso, a linguagem do historiador reflete uma atitude espontânea do ser humano (ver BERLIN, 1984).



Morte de César por Vincenzo Camuccini, 1798.

Num instante t do devir do universo (que se poderia determinar com referência à precessão dos equinócios e aos movimentos aparentes da Lua e do Sol), num ponto da superfície terrestre definido pelas coor-

denadas x° de latitude norte e y° de longitude leste de Greenwich, no interior de um espaço fechado com a forma de um paralelepípedo retangular, onde se encontravam reunidos cerca de 300 indivíduos machos da espécie *homo sapiens*, um novo indivíduo pertencente à mesma espécie lá entrou, descrevendo uma trajetória retilínea. No instante $t + n$, enquanto os outros indivíduos presentes oscilavam ligeiramente ao redor de sua posição de equilíbrio, 12 puseram-se em movimento, descrevendo, com uma velocidade acelerada, trajetórias convergentes que foram encontrar, no ponto m , a trajetória do precedente. Na extremidade preênsil dos membros superiores direitos dos 12, achavam-se pirâmides afiadas de aço que, graças à força viva, produziram feridas penetrantes no corpo do referido primeiro indivíduo, provocando-lhe a morte. (MARROU, 1978, p. 119).

É possível, por outra parte, responder que a História praticada no último século, aquela que quer transcender o acontecimento supostamente único, a que se aproxima das Ciências Sociais e recorre à quantificação e à comparação, aspira a superar a História tradicional também no que tange a juízos acríticos. Para elucidar essa questão, precisamos introduzir algumas distinções. Que a Ciência contém *juízos de valor técnicos é ponto pacífico*. De onde a utilidade da **diferenciação** proposta pelo filósofo Ernest Nagel (1901 – 1985) **entre juízos de valor “caracterizadores” e juízos de valor “apreciativos”**. Os últimos são os pronunciamentos de aprovação ou reprovação, que, para Nagel, não devem ter lugar na Ciência, com relação ao objeto pesquisado. Mas os primeiros, os “caracterizadores”, têm uma função diferente e lícita, pois enunciam “uma estimacão do grau em que algum tipo de ação, objeto ou instituição comumente admitido (e mais ou menos claramente definido) está implicado num caso determinado” (NAGEL, 1978, p. 443). Em exemplos: quando um historiador chama de “tirano” um governante, fala de sua “teimosia” e acaba nos informando que seus desígnios “fracassaram”, ele está certamente formulando juízos de valor, mas que não necessariamente expressam sua atitude frente à personagem (embora eventualmente possa ser esse o caso, e sua História seria então criticável). O historiador pode estar identificando ou caracterizando aspectos de uma vida por relação com certos “tipos padronizados” (como diz Nagel), noções – para nosso exemplo – definidas de “tirania”, “teimosia”, “fracasso”, que

Como vimos na disciplina de Filosofia da Ciência, os cientistas vivem avaliando teorias, explicações, evidências etc., em termos de serem “simples”, “empiricamente adequadas”, “bem fundamentadas”, “rigorosas” etc. (ou seu contrário).

servam como ponto de comparação. É fácil deduzir que a possibilidade de entender os juízos do historiador, nesse sentido “caracterizador”, fortalecer-se-á na medida em que as noções que servam de parâmetros sejam claras, bem definidas e geralmente aceitas. Apesar de que nem sempre seja fácil, nas Ciências Sociais, distinguir um tipo de juízo de valor do outro, Nagel conclui:

No entanto, e este é o ponto central da discussão, não há nenhuma boa razão para pensar que seja intrinsecamente impossível distinguir os juízos caracterizadores dos juízos apreciativos implícitos em muitos enunciados, sejam estes afirmados por estudiosos em questões humanas ou por cientistas naturais. Sem dúvida, nem sempre é fácil fazer explícita a distinção nas ciências sociais, em parte porque a linguagem empregada nelas é em grande medida muito vaga e em parte porque tendemos a ignorar os juízos apreciativos quando são juízos aos quais aderimos sem sermos conscientes da nossa adesão. Tampouco é sempre útil ou conveniente realizar essa tarefa. Pois muitos enunciados que contêm implicitamente avaliações caracterizadoras e apreciativas são às vezes suficientemente claros, sem que seja necessário reformulá-los [...] Mas esses problemas são essencialmente de caráter prático, não teórico. (NAGEL, 1978, p. 446).

A ANÁLISE DE NAGEL

A análise de Nagel refere-se às Ciências Sociais, porém é pertinente à História, ainda mais que para muitos ela é uma das Ciências Sociais. Nagel faz sua proposta a partir da nomenclatura das Ciências Naturais, em que um termo como “normal” (ou “anormal”) não expressa aprovação (ou reprovação), mas a existência de um parâmetro. Assim, fala-se da temperatura normal de um corpo, ou do estado normal do funcionamento de um órgão. Contudo, nas Ciências Sociais, o problema da normalidade é mais complicado, porque o que se considera normal em uma sociedade pode refletir o exercício do poder e ter caráter ideológico, como mostram os estudos de Michel Foucault (1926 – 1984) e Erich Fromm (1900 – 1980).

As considerações anteriores foram pensadas com relação a uma **descrição** histórica (por exemplo, descrever a fuga da corte portuguesa ao Brasil quando da invasão napoleônica, ou o golpe militar de 1964), mas a História, mesmo na sua forma mais tradicional, não quer limitar-se a descrever e pretende **explicar** e **compreender** os eventos (Veyne chega a afirmar, como já foi mencionado, que toda narrativa é já à sua maneira uma forma de explicação). Por isso, a questão dos juízos permitidos ao historiador reitera-se a propósito de outros dois momentos da sua tarefa: a seleção das variáveis relevantes para explicar os eventos e a apreciação do curso de ação que se busca compreender. Como hei de dedicar uma lição posterior à relação entre seleção e objetividade, contento-me aqui

com admitir por adiantado que **o historiador é obrigado a julgar para explicar** e passo a considerar os critérios de acordo com os quais ele pode formular juízos caracterizadores ao compreender as vidas humanas que estuda. Mais especificamente, vejamos se esses critérios devem corresponder ao ponto de vista do historiador ou ao dos sujeitos ou do período pesquisado, uma questão nada fácil. Diz a seu propósito W. Dray:

Os próprios historiadores mostram-se, algumas vezes, inseguros quanto a este ponto, ao teorizarem sobre a investigação a que se dedicam. Em *History in a Changing World* [A História em um mundo em mudança], Geoffrey Barraclough considera “salutar e verdadeiro” que, em estudos históricos, “devamos julgar as épocas passadas – se as julgamos – de conformidade com seus próprios padrões e não com os nossos”; que devamos “dar importância ao que era importante na época e não isolar em séculos anteriores apenas as fases e incidentes que nos pareçam de importância”. Refletindo, entretanto, ele recua das conseqüências dessa maneira de ver. Se adotássemos os juízos daqueles que se preocuparam com escrever a história da Inglaterra do século XIII, assinala ele, apresentaríamos um “medonho amontoado de milagres, tempestades, cometas, pestes, calamidades e outras «coisas espantosas»”. E conclui que o historiador deve preocupar-se “não com o que era importante, mas com o que julgamos que era (ou deveria ter sido) importante”. (DRAY, 1977, p. 58). [Geoffrey Barraclough (1908 – 1984) foi um historiador inglês.]

Paul Veyne imagina, como capítulo de uma História militar, o estudo das manobras de um general (o exemplo parece provir do filósofo Léo Strauss [1899 – 1973]) em que se constata que “ele fez asneira sobre asneira”.

Para o historiador – escreve Veyne –, a única questão é a de saber se o que ele toma por disparates o era aos olhos dos contemporâneos [...] Segundo a resposta, a nossa reconstituição das deliberações e dos fins mudará completamente [...]. O historiador limitar-se-á, portanto, a constatar que as pessoas da época julgavam desta ou daquela maneira; ele pode acrescentar que nos ajuizamos de outra (VEYNE, 1983a, p. 224).

A última afirmação é da maior importância, pois encerra a possibilidade de explicar (no sentido que Veyne dá a essa palavra, ou seja, de reconstruir a “intriga”, o enredo) e, por conseguinte, de compreender. Prossegue nosso autor:

O nosso general deliberou a partir dos princípios extralógicos que a sua época considerava bons, como acabamos de o dizer; mas não deixa de acontecer que esses princípios, que eram maus, foram objetivamente a causa de sua derrota: não pode explicar-se o fato dessa derrota sem introduzir o que é, ou parece ser, um juízo de valor, e que é, antes de mais [nada], a apreciação de uma diferença [...] (VEYNE, 1983a, p. 224).

Como se vê, Veyne espera que o historiador comece por reconstruir os juízos de valor que as ações estudadas mereceriam aos próprios agentes, ou seja, a partir dos critérios deles. Ele admite, porém, uma comparação com o juízo feito a partir dos critérios do historiador como recurso para tornar inteligíveis aquelas ações, sem que tudo isso viole, necessariamente, a norma segundo a qual não cabe ao historiador julgar “*apreciativamente*”.

Mas a questão dos juízos não fica ainda suficientemente esclarecida, porque não é óbvio o significado de “nossos” critérios e do critério “daquele período”. Pergunta-se William Dray, examinando argumentos de autores relativistas:

Com efeito, **de quem** são os valores que tipificam **os** valores do período em questão? Ao escrever a história da invasão da Inglaterra pelos romanos, devemos adotar os padrões dos romanos ou dos bretões? Ao escrever a história da Reforma, adotaremos os padrões dos católicos ou dos protestantes? Mencionar “os” padrões de uma idade passada é, em parte, julgar **quais** os pontos de vista que, naquela época foram importantes [...] (DRAY, 1977, p. 60, grifo do autor).

Qual é o “nós” em nome do qual o historiador julga? Pode ajudar a que nos orientemos no problema a distinção proposta por Alfred Stern entre valorações individuais, coletivas e universais (STERN, 1970, p. 153). A distinção não é original, porém o autor a usa numa interessante polêmica, tanto contra o subjetivismo em matéria de valores quanto contra a crença de que eles sejam transcendentais. As valorações individuais são as que dependem unicamente das peculiaridades pessoais dos sujeitos que valoram (por exemplo, afirmar que “o sabor dos damascos é superior ao dos pêssegos”). As valorações coletivas independem dos indivíduos, mas dependem das particularidades coletivas dos grupos sociais. Escreve Stern:

• Essa abordagem é
 • particularmente relevante
 • para a História da Ciência, em
 • que precisamos compreender
 • cada episódio em termos da
 • mentalidade profissional da
 • época e não podemos nos
 • furtarmos a comparar com
 • a nossa mentalidade. (Por
 • exemplo, na física newtoniana
 • fazia sentido a admissão do
 • éter como meio universal
 • de propagação das ondas,
 • mas hoje não acreditamos,
 • por boas razões, que o éter
 • exista. Portanto, embora não
 • julguemos um erro de Newton
 • acreditar no éter, julgamos um
 • erro atual acreditar nele.)

[...] consideremos o seguinte juízo de valor: “Quando se desprende das rédeas da autoridade real, a França levou ao máximo a licenciosidade de uma dissolução feroz dos costumes e de uma descarada irreligiosidade nas opiniões e nas práticas”, afirmação tomada das *Reflections on the Revolution in France* [*Reflexões sobre a Revolução na França*], de Edmund Burke. Este juízo, que condena política e moralmente a Revolução Francesa em seus próprios começos... expressa um valor coletivo, que reflete as peculiaridades coletivas do grupo de que Burke era porta-voz ideológico: a classe governante inglesa. (STERN, 1970, p. 154). [Burke, como já expliquei, foi um famoso historiador e político conservador inglês].

O terceiro tipo de valorações, as universais, são aquelas que independem de peculiaridades, sejam individuais, sejam grupais (o autor fornece como exemplo: “A saúde é melhor do que a doença”).

Parece evidente que o primeiro tipo de valorações, se ocorrem por parte do historiador, é o que mais torna suas conclusões frágeis e tendenciosas. É também evidente que Stern teria grande dificuldade para mostrar-nos outros exemplos de valorações universais, pois até com relação ao exemplo antes mencionado se vê obrigado a reconhecer uma exceção:

O valor supremo da saúde com respeito à doença é afirmado por todos os seres humanos, com independência das peculiaridades individuais dos sujeitos e das peculiaridades coletivas dos grupos que valoram. Aqui devemos, naturalmente, deixar de lado certas escolas religiosas ou filosóficas cujas valorações não são espontâneas, mas impostas por “sistemas” definidos. (STERN, 1970 p. 154-155).

O autor se refere a casos em que, por exemplo, uma doutrina prega que a salvação da alma é mais importante do que a saúde do corpo. Reparemos, porém, em que, ao falar das valorações universais, Stern se refere àquelas que, no que tange à sua pretensão, são as que constituem o senso comum e, ao menos na História tradicional, sustentam em grande medida a credibilidade do relato histórico. Mais ainda: uma ligeira reflexão mostra que, em muitos casos, são valorações perduráveis. É difícil, por exemplo, achar alguém que não considere Nero como “cruel”, ou Newton como um “gênio”, e num sentido aparentemente indiscernível daquele em que os romanos usavam a primeira palavra e os ingleses do século XVIII a segunda.

É plausível, por conseguinte, entender o “nós” dos critérios de avaliação do historiador como sendo amiúde aqueles do senso comum. Essa identificação é a que permite que Paul Veyne diga:

Os conceitos históricos, esses, pertencem exclusivamente ao senso comum (uma cidade, uma revolução), ou, se são de origem erudita (despotismo esclarecido), não valem mais por isso. Estes são conceitos paradoxais: nós sabemos intuitivamente que isto é uma revolução e que aquilo não passa de um motim, mas não sabemos dizer o que são o motim e a revolução [...] “revolução” tem para nós a fisionomia de tudo o que lemos, vimos e percebemos sobre as diversas revoluções cujo conhecimento chegou até nós, e é esse tesouro de conhecimentos que dirige o nosso emprego da palavra [...] (VEYNE, 1983a, p.164-165).

Nesse texto, Veyne parece considerar como definitiva essa situação: os conceitos da História jamais poderão comparar-se aos das “ciências dedutivas”, isto é, corresponder às definições que possuem significado por referência a uma dada teoria. Já em outros textos, Veyne flexibiliza essa posição ao admitir tipos ideais e conceitos provenientes das Ciências Sociais (ver VEYNE, 1979 e 1983b). As correntes que tratam de aperfeiçoar a cientificidade da História trabalham precisamente na introdução de conceitos históricos análogos aos das “ciências dedutivas”, na terminologia da Veyne. Por isso, podemos concluir que o “nós” que **julga** na pesquisa histórica, embora seja ainda na maioria dos casos o nós do senso comum (e talvez deva continuar a sê-lo em certa medida), tende a se converter num “nós” técnico: o dos profissionais da História.

Talvez se veja, nessa afirmação, apenas uma banalidade, porém ela se refere a algo a mais do que isso. Com efeito, trata-se de reconhecer que o “nós” que julga, ao mesmo tempo tem que aspirar a universalidade (a História não pode valer tão somente para os historiadores, mas para todos os que possam compreendê-la) e ser consciente de que expressa a visão de um setor social (o dos historiadores) que inclui, entre seus deveres profissionais, a lucidez para com suas próprias limitações. A principal delas consiste em tomar por universais juízos particulares – como os específicos de uma classe social – ou até individuais. Isso nos conduz a outra perspectiva de análise dos juízos inerentes ao trabalho do historiador, perspectiva que denominaria qualitativa para diferenciá-la da

anterior, em que discriminávamos o “nós” de acordo com a extensão do grupo humano implicado por essa palavra.

O sociólogo Theodor Geiger (1891 – 1952) mostrou convincentemente que, nos juízos de valor, apreciações subjetivas são apresentadas, inadvertidamente, como se fossem propriedades dos objetos ou situações julgadas. A notória ambiguidade do verbo “ser” e a circunstância de que os valores sejam *relações entre objetos e sujeitos que valoram* permite que uma reação pessoal de agrado, por exemplo, possa traduzir-se na afirmação: “Esta sopa é deliciosa”, ou que a atitude de um grupo ante uma situação se formule como: “Esta situação é injusta”. Ou seja, que a **impressão** de agrado ou de injustiça é apresentada como indicação de uma **propriedade** de objetos ou eventos do mundo. Os sujeitos que formulam aqueles enunciados estão querendo dizer, respectivamente: “Gosto desta sopa” e “Eu acho (ou meu grupo acha) esta situação injusta”.

Convém rever o que foi explicado a propósito da natureza dos valores no capítulo 7.1 do livro-texto Filosofia da Ciência.

Certamente, não se trata de que essas afirmações careçam completamente de fundamentos objetivos, mas de chamar a atenção para o fato de que, sendo os juízos de valor frequentemente expressos nessa forma objetivada (e não em forma direta: “Eu gosto desta sopa”; “Nosso grupo acha esta situação injusta”), torna-se difícil discernir, em uma obra histórica, os juízos de valor dos juízos de fatos e ainda mais difícil distinguir quando os juízos de valor têm a ver com parâmetros de algum modo discutíveis e quando derivam da sensibilidade, do gosto, do hábito etc. Reciprocamente, torna-se fácil para o historiador “passar” sem dar-se conta de juízos de fatos a juízos de valor e, ainda, descuidar-se no controle sobre os parâmetros de que se serve para formular suas valorações.

O controle a que estou me referindo nos remete sempre ao esforço de auto-esclarecimento, necessário ao historiador, que torne racional e, por conseguinte, aceitável sua proposta de reconstrução de um episódio histórico. Essa racionalidade do relato histórico é descrita de modo particularmente claro na seguinte passagem do historiador contemporâneo David Hollinger:

Por “racional” queremos dizer que as pressuposições do autor sobre a natureza humana, o comportamento dos grupos, a causalidade, etc., são, ou compartilháveis pelos seus leitores, ou percebidos pelos seus

pares como respeitáveis competidoras dos pontos de vista dos leitores.
(HOLLINGER, 1980, p. 208).

Extraí-se daí a conclusão de que os juízos lícitos e necessários ao historiador (para caracterizar, explicar e compreender seu objeto de pesquisa) serão aqueles que resistam ao escrutínio **técnico** do próprio historiador (e, certamente, à crítica, igualmente técnica dos seus leitores, a começar pelos seus pares). Toda negligência neste sentido irá constituir um perigo de se formular juízos (“apreciativos”) não permitidos. Por outras palavras, um perigo de tendenciosidade.

Acrescentemos, para finalizar, a observação de que a própria ideia de uma História “neutra”, objetiva no sentido de isenta de toda e qualquer valoração (ideal, ao que parece, hoje rejeitado por historiadores das mais diversas orientações) poderia responder a uma **sutil forma de tendenciosidade**. Aspirar a – ou até exigir – uma História sem juízos poderia ser uma forma de não assumir os próprios juízos e proibir os alheios.

Um terceiro elemento que parece incluído na subjetividade “exigida” pela História (como diz Paul Ricoeur), ou nos fatores pessoais que intervêm na objetividade histórica, como prefiro dizer, é a **imaginação** do historiador e, particularmente, sua capacidade de “pôr-se no lugar” dos homens de outrora.

Levando-se em consideração que nenhum historiador dispõe da presença do passado pesquisado, mas de pistas (muitas vezes, escassas), a importância da imaginação, proporcional à necessidade de “tampar buracos” na informação (na pitoresca expressão de P. Veyne), nunca pode ser negada. Não o foi nem pelos mais intransigentes positivistas. Por outra parte, ela tampouco pode ser desterrada da História mais recente, aquela que aspira a ser científica pela via da quantificação, da comparação e da construção de modelos teóricos. Em qualquer âmbito, a mais refinada teorização e as técnicas mais rigorosas não suprimem a necessidade de “dar vida” aos fatos, uma necessidade evidentemente mais intensa em campos como o da História das mentalidades (a mentalidade do século XVI, a mentalidade dos gregos da época clássica, a mentalidade dos revolucionários etc.).

O filósofo Adam Schaff (1913 – 2006) sustenta que esse ideal surgiu em determinada conjuntura das lutas de classes e não deveria ser confundido com o ideal de uma História objetiva, oposta ao ceticismo histórico (ver SCHAFF, 1983, p. 108-129).

Em todo caso, é sabido que o papel da imaginação foi reivindicado, especialmente desde a época dos filósofos Friedrich Schleiermacher (1768 – 1834) e Wilhelm Dilthey (1833 – 1911), pela linha historiográfica defensora da compreensão (*Verstehen*) como instrumento do historiador. Dessa linha teórica vem a tendência a considerar a imaginação principalmente como aptidão do historiador para pôr-se no lugar dos sujeitos que deseja compreender. Naturalmente, **os riscos desse procedimento, a possibilidade de que a imaginação se deslize para a mera fantasia**, de que a História degenera em romance, não foram desconhecidos pelos defensores da *Verstehen*. Mas a consciência dos riscos não os levou a eliminar ou substituir a imaginação como ferramenta para uma reconstrução fiel (e, nesse sentido, objetiva) do passado.

Dir-se-á, e com razão, que todo cientista precisa ser imaginativo e, com mais razão ainda, que todo cientista social ou humano (sociólogo, antropólogo, psicólogo) necessita, em certa medida, pôr-se no lugar dos seus congêneres. Nada disso invalida o fato de que, desde sempre, o papel da imaginação pareceu mais decisivo na História do que em qualquer outra disciplina científica, quase seguramente devido à concepção intuitiva de que o historiador almeja resgatar um segmento de vida e não oferecer fórmulas abstratas (leis, tipos etc.). **Haveremos de conservar essa convicção?**

Evidentemente, a questão aqui é inversa daquela que examinamos nos casos da parcialidade ou da licitude de julgar. Tratava-se ali de atitudes aparentemente vedadas ao historiador, as quais, depois de analisado o seu significado, acabavam revelando aspectos que as mostravam como inelimináveis. Aqui, trata-se de uma capacidade enfatizada como imprescindível e até peculiar realçada ademais por quanto já foi dito com relação à objetividade entendida como fidelidade aos fatos. E, tal como ocorre com a questão, acho que a resposta deve ser também a inversa.

O papel da imaginação com relação à objetividade da História pode ser analisado em função de quatro pontos de referência.

De uma parte, a História pode ser vista, seja como uma ciência, seja como uma arte ou um *mister* (ofício). De outra, a objetividade

pode ser entendida, seja como validade universal das proposições, seja como adequação delas ao seu objeto. Já vimos que, na História que se pretende científica, os dois sentidos da objetividade encontram-se estreitamente vinculados e de tal modo que a validade universal é tomada como sinal de adequação. Vimos também que, na História que não pretende ser ciência, aquela vinculação não é considerada decisiva.

Pois bem: se se opta pela História científica, não há razão para sublinhar a importância da imaginação como prenda da objetividade. É possível que a imaginação do historiador deva ser mais rica que a de outros cientistas (e não estou seguro: por que – ou em que sentido – *mais rica que a de um matemático ou de um físico?*), mas deverá estar igualmente controlada em qualquer ciência para conduzir a resultados universalmente válidos. Controlada (“pela lógica e o documento”, exigirá Stern) ao utilizá-la para aventurar hipóteses; mais ainda para testar essas hipóteses. Em uma História científica, a imaginação pode ser tão útil e tão prejudicial como em qualquer ciência.

É diferente a situação quando se considera a História mais bem como uma tarefa artesanal, onde, sem desprezar a pretensão de que os resultados sejam universalmente reconhecidos, a falta desse reconhecimento não condenará fatalmente o resultado. Onde o historiador está convicto de que seu primeiro dever é o de convencer a si mesmo, antes que os demais (como afirma Marrou). Nesse caso, a importância da imaginação é sem dúvida maior. É possível admitir, nessa perspectiva, que tão somente a imaginação possa elevar-se, dos testemunhos sempre demasiado pobres, até um passado sempre demasiado rico; que somente ela possa ser fiel ao passado, “objetiva”, portanto, no sentido etimológico. Trata-se, certamente, da História que menos demonstra do que persuade (quando o consegue), aquela que impressiona como verossímil mais do que convence como verdadeira. Se se quiser, trata-se da História que nos obstinamos em escrever quando, ou o assunto é demasiado difícil (motivos de uma personagem, por exemplo), ou muito pouco documentado. Notem que não pretendo que, em tais casos, a imaginação reine soberana: aqui também a lógica e o documento (e, podemos acrescentar, a compatibilidade com o conhecimento



A imaginação também é necessária nas ciências naturais, como o prova o famoso caso do modelo em hélice do DNA.

disponível) conservam seus direitos de controle sobre ela. Só que se trata de domínios em que o interesse de chegar ao passado é desproporcional aos meios de que se dispõe para consegui-lo.

Talvez se pense que não pisamos já aqui no terreno da História, e sim de algo como a fábula. No entanto, que se trata de História, e da mais condizente com o que espontaneamente esperamos dela, é expressado eloquentemente por um filósofo perspicaz como Charles Frankel (1917 – 1979), falando das dificuldades de uma História científica:

Podemos apreciar devidamente uma história mesmo que seja vaga ou banal a sua estrutura conceitual; e podemos não a considerar satisfatória mesmo que as generalizações sejam todas exatas, profundas e verdadeiras. De fato, muito para além das explicações que um historiador apresenta, estejam elas de acordo com o “senso comum” ou com a “ciência”, o que nós pretendemos é que ele nos narre bem um conto e lhe dê vida. (FRANKEL, 1984, p. 508).

A capacidade de pôr-se no lugar dos outros homens é enfatizada pelos historiadores da linha que sustenta a importância da compreensão, não apenas com relação aos casos em que os testemunhos são escassos, mas principalmente como precaução contra um espírito excessivamente crítico por parte do historiador. Reiterando ponderações do historiador Marc Bloch, Marrou faz uma apologia da *simpatia* como instrumento do historiador que:

Vale a pena lembrar
que “*simpatia*” significa,
etimologicamente, sentir o
mesmo que outro sente, sentir
conjuntamente com outro,
compartilhar um sentimento.

[...] não deve adotar, em relação às testemunhas do passado, a atitude carrancuda, esmiuçadora e rabugenta, que é a atitude do mau policial para quem toda pessoa intimada a prestar depoimento é a priori suspeita e tida como culpada até a prova em contrário; tal superexcitação do espírito crítico, em vez de ser uma qualidade, seria para o historiador um vício radical, que o tornaria praticamente incapaz de reconhecer o significado real, o alcance, o valor dos documentos que estuda; uma atitude desse tipo é tão perigosa em história como, na vida quotidiana, o medo de ser iludido [...] (MARROU, 1978, p. 78-79).

O autor se apressa a advertir, todavia, que a *simpatia* não deve ser vista como abertura e confiança que eliminam a crítica. Até porque, embora compare a relação entre o historiador e os homens pesquisados com uma amizade, “uma paixão sincera não elimina o sentido do real”. Importa, segundo Marrou, ver ambas, *simpatia* e crítica,

numa relação dialética em que cada uma vem equilibrar oportunamente os excessos da outra. Em todo caso, o que Marrou quer destacar é que a consciência do bom pesquisador não está constituída, como pareceu supor o Positivismo, por uma crítica sem medida (quanto mais crítica, melhor): uma tal atitude conduz a uma História deformadora, que “só pode negar, diminuir, destruir, e que, por toda parte, só encontra mentirosos ou títeres”, alerta Marrou.

Uma sensibilidade análoga para os perigos da crítica, esta vez não tanto por excesso como por rigidez dos esquemas utilizados, leva Paul Veyne a recordar ao historiador o caráter ambíguo, complexo, escassamente consciente, das motivações humanas concretas. Isso dificulta, certamente, pôr-se no lugar dos outros, mas ao mesmo tempo limita *a priori* o alcance das explicações da conduta humana desde fora da consciência do agente. Discutindo a teoria marxista da ideologia e a interpretação reducionista das ações humanas a que pode conduzir, Veyne se opõe a julgar sistematicamente como falaciosos os motivos conscientes dos sujeitos históricos (VEYNE, 1983a, p. 231). Veyne lembra que “vivemos sem saber formular as verdadeiras razões dos nossos atos”, que amiúde somos incapazes de “formular as verdadeiras razões [que nos movem] de outro modo que não através dos símbolos consagrados” e que justificamos nossa conduta mediante convenções que não têm homogeneidade. O resultado óbvio dessas considerações é que, se não somos transparentes para nós mesmos, mal podemos sê-lo facilmente para quem se “põe em nosso lugar” (no caso, o historiador). E menos ainda seremos transparentes para o historiador que não quer pôr-se em nosso lugar porque já “sabe”, de antemão, o que nossa conduta “quer dizer”.

Por tal motivo, e sem denominá-la assim, Veyne aconselha ao historiador uma sorte de simpatia, não para com os sujeitos pesquisados em particular, mas para com a condição humana como tal, um pôr-se no lugar do outro em forma genérica, com aguda consciência da dificuldade de dizer a que “obedecem”, afinal, nossos próprios atos, quanto mais os alheios. Criticando a pretensão da teoria marxista, Veyne escreve:

Eram as cruzadas uma cruzada ou um imperialismo mascarado? Um cruzado alista-se na cruzada porque era um pequeno nobre arruinado,

Conforme a teoria marxista, a ideologia é uma visão deformada da realidade social, não percebida como tal, que serve aos interesses de uma classe dominante. “Reduccionismo” consiste em sustentar que determinados eventos não são mais do que manifestações de outros, considerados como reais ou mais básicos (por exemplo, que razões morais aduzidas por uma pessoa não sejam mais do que racionalizações dos seus interesses).

porque tem humor aventureiro e porque sentiu o entusiasmo da fé ou o vento da aventura: encontram-se estes dois tipos humanos em todos os corpos de voluntários. Um pregador prega a cruzada como uma epopéia de Deus. Tudo isto se concilia mais facilmente na vida quotidiana do que nos conceitos; se o cruzado, interrogado, respondesse que partiu para a glória de Deus, estaria a ser sincero: ele sentiria a necessidade de escapar a uma situação sem saída; sem a crise do rendimento da terra, o pregador teria tido menos sucesso, mas, sem o caráter sagrado da cruzada, só um punhado de crianças perdidas teria partido. Quando ele parte, sente que deseja partir e bater-se, sabe que a cruzada é uma epopéia de Deus porque lho disseram, e exprime o que sente através do que sabe, como toda a gente (VEYNE, 1983a: 229).

Não devemos, para Veyne, confiar numa teoria como uma chave geral de interpretação de qualquer situação concreta. Do contrário,

[...] a nossa tendência [a julgar esquematicamente] fará com que expliquemos as razões da maioria que se bate a partir da minoria que se exprime; ficaremos então presos em falsos dilemas: [seja] afirmar que os homens não podem bater-se por vulgares pretextos teológicos, [seja] afirmar pelo contrário que uma guerra religiosa tem necessariamente uma razão religiosa". (VEYNE, 1983, p. 229-230).

Essa sensibilidade para o concreto está condicionada, tanto em Marrou quanto em Veyne, pela posse de uma rica **experiência pessoal** por parte do historiador, e até por certa **maturidade**.

Com relação à importância da experiência (em sentido análogo a como reconhecemos a “experiência” de um bom médico clínico, de um professor, ou de um idoso de vida bem aproveitada), Veyne a descreve como aquela experiência constituída “por tudo o que um historiador pode aprender à esquerda e à direita na sua vida, leituras e convivência” (MARROU, 1978, p. 193). Embora tenha como objeto ou produto as regularidades da vida humana, trata-se de uma experiência eminentemente pessoal, porque cada qual tira suas próprias lições do vivido. E por isso Veyne coloca, na “variedade das experiências”, um dos limites da objetividade histórica (colocando o outro nas lacunas da documentação). Isso quer dizer que um historiador pode compreender um episódio da história humana tanto melhor quanto mais rica é a sua experiência da condição humana.

Marrou ressalta a relevância da experiência em termos de abertura de mente, sutileza de interpretação, “*espírito de finura*”, qualidades todas que só a passagem dos anos parecem trazer (e nem sempre, como sabemos). Acaba por isso subscrivendo o comentário de um romancista que afirma que “a história é um esporte para a idade madura”, dado que:

Quanto mais o historiador tiver acumulado em sua pessoa conhecimentos variados, experiência humana, receptividade às possibilidades indefinidas da ação, do pensamento, do coração do homem [...] tanto mais possibilidades insuspeitadas de documentação poderá descobrir. (MARROU, 1978, p. 64).

Por último, essa riqueza de experiência provém em parte da própria História: não apenas dos conhecimentos que vão sendo adquiridos, mas do próprio “mister de historiador” que, como salienta Paul Ricoeur, autor da mesma linha teórica, **educa a quem o exercita** (RICOEUR, 1968, p. 34).

De acordo com as considerações anteriores (que não pretendem ser exaustivas), a pesquisa histórica envolve, não como acidente ou acréscimo, mas como elemento inerente, certo **fator pessoal** consistente em atitudes e habilidades requeridas por uma correta abordagem do objeto. Necessariamente, o historiador toma posição (se não se quer dizer “partido”). Forçosamente, ele julga os assuntos estudados. Para certo tipo de indagações, ao menos, deve ser imaginativo e saber simpatizar com a vida alheia. Em todos os casos, ajuda-lhe uma experiência rica e a lição dos anos vividos. Trata-se de ingredientes peculiares ao indivíduo que pesquisa, não deriváveis de regras nem articuláveis como técnicas.

Ora, dado que esse fator pessoal é ressaltado, como foi visto, por autores que chegam a não achar decisivo o reconhecimento universal das afirmações históricas como sinal de sua conformidade com o objeto, cabe a possibilidade de não aceitá-lo. Poder-se-ia argumentar que sua relevância não parece ser percebida pelos autores que defendem uma História científica (como Ciro F. Cardoso), por mais que estes, como já vimos, não ignorem que o investigador nunca procede de maneira totalmente impessoal. **No entanto, entre não ignorar isso e atribuir um papel fundamental ao fator pessoal, ao “subjetivo”, há uma diferença importante.** Se-

“Espírito de finura” (Esprit de finesse), a que amiúde se referem escritores franceses, é uma noção cunhada por Blas Pascal (1623 – 1662) para indicar uma capacidade de compreender intuitivamente assuntos complexos, delicados, que escapa à mente científica, exata (denominada “espírito de geometria”).

ria compreensível que isso leve a temer que, enfatizando o caráter pessoal da pesquisa histórica, se introduza nela um elemento de arbitrariedade que ponha em perigo a sua objetividade.

Até certo ponto, esse alerta é justificado. A História, mesmo não concebendo-se a si mesma como ciência, mas como um “mister” ou ofício rigoroso, nada ganha deslizando-se para o subjetivismo. Mas essa crítica corre o risco de errar o alvo, e duplamente. Em primeiro lugar, porque a “subjetividade” do historiador é pressuposta, pelos seus defensores, como **condição da objetividade específica** dos seus enunciados. Ou seja que, auxiliado pelos fatores ditos “subjetivos”, o historiador formula afirmações que entende que **podem ser universalmente aceitas**. Observe-se que, dentro dessa concepção da História, **é só graças a tais fatores subjetivos** que se chega a formular certas afirmações (por exemplo, sobre atitudes dos sujeitos estudados). Que elas, apesar da esperança dos seus autores, poderão não ser reconhecidas universalmente? A caso não existe esse risco em afirmações formuladas de uma maneira puramente objetiva? Mais ainda (e tocamos aqui o segundo aspecto em que a crítica do fator pessoal pode estar errada): existem afirmações **puramente** objetivas?

Devemos ao cientista e filósofo Michael Polanyi uma crítica convincente da visão da Ciência como um saber puramente objetivo, principalmente no seu livro *Personal Knowledge (Conhecimento Pessoal*, de 1958), escrito como reação à visão da Ciência própria do Empirismo Lógico. Distinguindo finamente entre o “subjetivo” e o “pessoal” (assim como entre o “objetivo” e o “impessoal”), Polanyi se esforçou em mostrar que, na elaboração das próprias Ciências Naturais e da Matemática, a habilidade pessoal está sempre possibilitando a utilização de qualquer recurso técnico e sustentando abstrações e convenções. Por isso, para esse autor, era desprovida de sentido a aspiração a um conhecimento científico impessoal (“puramente” objetivo), e estava persuadido de que o conhecimento envolve sempre uma arte, e que **“a arte de conhecer permaneceu inespecificável no próprio coração da ciência”** (POLANYI, 1983, p. 55).

Vimos em *Filosofia da Ciência* que as reflexões dos filósofos da segunda metade do século XX, estimuladas por pesquisas históricas e sociológicas, mudaram a ideia da ciência como um saber puramente objetivo ao descobrir a existência de paradigmas, detectar problemas como o da “subdeterminação” e a “incomensurabilidade” das teorias e a presença de juízos de valor na prática científica.

Assim vista, a reivindicação da importância da pessoa do investigador não teria por que surpreender na História científica,

nem significar necessariamente admissão de subjetivismo. Tratar-se-ia apenas de assinalar que existe uma atitude e condições, as do historiador (à diferença das do político, do artista, do místico; mas também do físico, do antropólogo etc.). Essa atitude e essas condições, “abrem um mundo”, como diriam os filósofos da linha hermenêutica: o mundo da História, o mundo em que podem ter sentido as afirmações ditas “históricas”, incluída a própria noção da objetividade histórica.

No entanto, o tipo de elementos pessoais que foram levados em consideração aqui (e que são geralmente analisados para argumentar em favor de ou contra a objetividade histórica), tais como a capacidade de ser imparcial, o uso da imaginação, a tendência a julgar etc., não são de modo algum privativos da História. Por isso, de toda a análise anterior, conclui-se apenas que a admissão da relevância de fatores pessoais não afeta a obtenção de resultados ditos objetivos na História porque esses fatores estão presentes em qualquer disciplina científica, e que não é impossível que existam fatores pessoais peculiares a uma disciplina. O que não fica demonstrado é que os fatores analisados sejam específicos da História (e que, por conseguinte, haja afirmações objetivas **especificamente** históricas quando são consideradas desde essa perspectiva). Quando mais, a análise mostrou que na História jogam um papel importante elementos pessoais que intervêm na pesquisa científica de assuntos humanos, de modo geral.

LEITURAS RECOMENDADAS

Remeto mais uma vez ao livrinho, de Ciro F. Cardoso, *Uma introdução à História*, para uma boa e breve descrição do método científico em assuntos históricos. Para a visão alternativa da História “romance verdadeiro”, ver os capítulos I (*Nada mais do que uma Narrativa Verídica*) e XI (*O Sublunar e as Ciências Humanas*) do livro, de Veyne, *Como se Escreve a História*; e, para a História como ofício, ver o capítulo 1 (*A História como Conhecimento*) do livro, de Marrou, *Sobre o Conhecimento Histórico*, e o capítulo I do livro de Veyne. É proveitosa também a leitura do capítulo III (*A Crítica*) do livrinho, de Marc Bloch, *Introdução à História*. Os fatores de distorção da objetividade são apresentados por Walsh no capítulo

6 (*Pode a História ser Objetiva?*) da sua *Introdução à Filosofia da Ciência*. Para o papel da imaginação histórica, inclusive ao procurar causas, ver o capítulo VIII (*Imaginação e Atribuição Causal*) do livro *Doze Lições sobre a História*, de Post. O capítulo 4 do livro de Marrou antes citado (*Condições e Meios da Compreensão*) é muito rico em observações sobre a atitude apropriada para investigar. É igualmente valioso, no mesmo sentido, o capítulo VI (*Compreender a Intriga*) do livro de Veyne já mencionado. A “boa subjetividade” é finamente abordada no artigo *Objetividade e Subjetividade em História* do livro, de Ricoeur, *História e Verdade*. O capítulo *O Caráter de Classe do Conhecimento Histórico* no livro *História e Verdade*, de A. Schaff, é útil para apreciar o assunto adiantado pelo título. Recomendo em especial o capítulo IX (*A Consciência não está na Raiz da Ação*), do livro de Veyne, para a questão da dificuldade de identificar os verdadeiros motivos das ações humanas.

REFLITA SOBRE

1. O método geral da ciência aplicado à História
2. As razões para não aceitar que a História seja uma ciência
3. A questão da “constituição” do passado
4. O papel da crítica e o risco da hipercrítica
5. O papel da fé na pesquisa histórica
6. A noção de imparcialidade do historiador
7. Os juízos de valor na pesquisa histórica
8. A atitude e as habilidades necessárias ao historiador

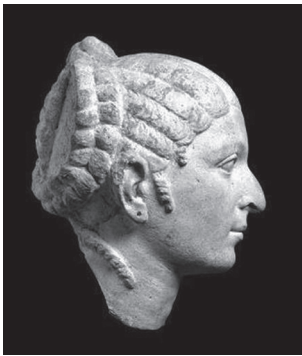
■ CAPÍTULO 4 ■

EXPLICAÇÃO HISTÓRICA, SELEÇÃO E INTERPRETAÇÃO

Neste capítulo, veremos que a explicação de eventos históricos pode assumir diferentes formas. Veremos também que o historiador necessariamente deve selecionar os elementos que busca relacionar para formular uma explicação, o que não faz desta última algo arbitrário. Por fim, familiarizaremos-nos com as diversas modalidades da interpretação dos eventos históricos.

4.1 OBJETIVIDADE E EXPLICAÇÃO HISTÓRICA

A palavra “explicação” sugere a ideia de que o historiador é capaz de dizer **a que causas** se deveram os eventos que investigou. Se a noção de causa é pensada por semelhança com o uso da palavra nas Ciências Naturais, pareceria que a explicação de um fato histórico deveria ser tão objetiva quanto a explicação de um fato natural (como a queda dos corpos, a ebulição da água, ou a extinção de uma espécie de plantas). No entanto, “causa” é uma palavra ambígua, mesmo que a usemos no sentido vulgar de algo que produziu uma outra coisa, ou a fez mudar. No caso da História, ela pode aplicar-se a coisas tão diversas como a decisão de uma pessoa, a ação de um grupo humano (por exemplo, uma revolta) ou a influência de fatores estruturais (como um sistema político ou uma cultura). Os historiadores podem dar maior ou menor “peso” a certo tipo de causas: podem acreditar que as econômicas sejam mais determinantes do que as religiosas, ou vice-versa. Podem pensar que as causas sociais são mais decisivas que as individuais, ou a recíproca. Podem achar confiáveis ou suspeitas as noções de motivo, decisão, propósito e outras que designam fatores mais incertos que os materiais e visíveis. Podem confiar em, ou desconfiar de, noções abrangentes do tipo classe, nação, tradição, Renascença etc. Podem aceitar ou não **causas acidentais**. Essa diversidade de atitudes com relação a “causas” prende-se a diversos fatores. Ela pode ter a ver com as diferentes teorias que os historiadores en-



É famosa a observação de Pascal no sentido de que se o nariz de Cleópatra tivesse sido mais curto, a história mundial teria sido diferente (aludindo à paixão que a rainha despertou em César e Antônio devido à sua beleza).

dossam. Pode refletir a maneira como entendem a História (especialmente, se a veem como uma ciência, ou não). E pode ter a ver, em historiadores com interesse filosófico, com a maneira como concebem a existência humana e o processo de conhecimento. Além do mais, embora a noção de explicação pareça corresponder “naturalmente” à pergunta acerca do **por que** de alguma coisa, ela pode corresponder também à pergunta pelo **como** isso aconteceu, ou ainda, pode ser um modo de pedir a **identificação** daquilo pelo que se pergunta, como quando perguntamos, surpresos por algo desconhecido: “O que é isso?”

Pelas considerações anteriores, não pode surpreender, não apenas que as explicações de episódios históricos sejam, com frequência, diferentes, mas que os modelos de explicação formulados por filósofos e historiadores também o sejam. Vejamos a seguir quatro desses modelos.

Em 1942, o filósofo Carl Hempel (1905 – 1997) publicou um artigo destinado a provocar muita polêmica: “A função de leis gerais em História” (ver HEMPEL, 1984). Nele, Hempel criticava a situação da História, disciplina que se encontrava em um estágio pré-científico, na sua opinião, e sugeria a maneira de superar essa limitação.

Em Filosofia da Ciência, vimos o modelo de explicação científica proposto por este filósofo, modelo esse denominado “**nomológico-dedutivo**”, porque consiste em supor que, quando tratam de explicar um evento qualquer, as ciências **deduzem** o enunciado que descreve esse evento (por exemplo, um corpo metálico que se dilatou) de **certa lei** (ou leis, em grego *nomoi*) científicas já conhecidas, levando em consideração a descrição das circunstâncias concretas, chamadas de “condições iniciais e condições limite” (que o corpo era de metal, que a temperatura se elevou etc.). Vimos também que Hempel admite que às vezes não se dispõe de leis exatas para explicar um evento, mas de leis probabilísticas, e que, em tal caso, a explicação não é propriamente uma dedução, não sendo, portanto, segura. **O modelo de explicação é, em tal caso, “probabilístico”.**

Pois bem, no artigo que mencionei, Hempel reitera a sua convicção de ser essa a explicação propriamente científica. A partir

Hempel não achava imprescindível que fossem encontradas leis especificamente históricas para que seu modelo funcionasse ao explicar eventos históricos.

do exemplo de um carro cujo radiador se quebrou por ter ficado exposto a uma temperatura muito baixa numa noite fria, o que se explicaria por referência a leis da Física e da Química, Hempel sugere que o mesmo deveria poder ocorrer em História. O historiador poderia explicar um determinado evento, *recorrendo a leis econômicas, sociológicas ou psicológicas já estabelecidas.*

Na opinião de Hempel, os historiadores tradicionais recorrem, sem se aperceberem disso, a um substitutivo desse esquema de explicação, na medida em que apelam a generalizações de senso comum sobre a conduta humana.

Se um historiador afirma, por exemplo, que tal ou qual personagem, de conhecida probidade, tornou-se venal à causa de ter recebido muito poder, a sua explicação está pressupondo a generalização segundo a qual “o poder corrompe”. Como essa generalização é familiar ao leitor, este último aceita a explicação como quase óbvia. Hempel formula outras generalizações como “quem tem emprego não quer perdê-lo”, “quem está acostumado a determinada especialidade não recebe de bom grado uma mudança”, “quem se habitua a exercer determinada espécie de autoridade não gosta de ceder a pasta”, que operam de modo semelhante. Podemos facilmente imaginar outras generalizações como “quanto mais abundante é uma coisa, menos se valora seu preço”, “ninguém gosta de estar doente”, “todo mundo deseja melhorar de condição”, “um governante que aumenta os impostos se torna impopular” etc.

Hempel denominou “esboços de explicação” as explicações dadas pelos historiadores conforme esse esquema, porque achava que elas poderiam ser aperfeiçoadas substituindo as generalizações por leis efetivas, extraídas de uma Psicologia, uma Sociologia ou uma Economia científicas. Hempel era consciente de que tais leis podiam não ter sido ainda encontradas, em cujo caso a História continuaria a ter uma menor cientificidade que a desejada, porém estava convencido de que qualquer outra maneira de entender as explicações históricas não tinha rigor ou podia ser reduzida ao modelo nomológico-dedutivo ou ao probabilístico. Por isso, passa em revista e rejeita outras formas de dar razão dos eventos históricos: pela mera descrição de-

les; pela compreensão que se “põe no lugar” dos seres de antigamente; pela narração do desenvolvimento dos eventos; pela atribuição de um “sentido” à História... **Em cada um desses casos, Hempel afirma que, ou a suposta explicação não tem base em evidências, ou presunção, de modo não confessado, generalizações ou leis.**

Ainda que engenhosa, a proposta de Hempel não foi bem acolhida pelos historiadores, que, ou bem não faziam questão de que a sua disciplina fosse assimilada às ciências, **ou não admitiam qualquer retorno do Positivismo.** Mas, mesmo entre os filósofos, houve vozes dissidentes. William Dray criticou esse modelo em seu livro *Leis e Explicações em História* (1957), oferecendo um modelo alternativo no artigo *Explicando o quê em História* (ver DRAY, 1984). O autor parte do seguinte exemplo:

Depois de descrever algumas transformações que tiveram lugar na Inglaterra nos finais do século XVIII – a vedação de terras agrícolas, os começos da produção industrial, o progresso das comunicações, etc.- observa Ramsey Muir na sua obra *Short History of the Commonwealth (Breve História da Comunidade [britânica])*: “Não era uma mera transformação econômica que assim se iniciava, era uma revolução social.” Aqui não faz o historiador qualquer tentativa para nos dizer por que ou como é que surgiram os eventos que estão a ser investigados. E todavia, a asserção, “Era uma revolução social” é, apesar de tudo, uma explicação. Explica aquilo que aconteceu **como** uma revolução social, A pergunta que formulasse a exigência de tal explicação utilizaria a interrogativa “O quê?” mais facilmente do que “Como?” ou “Porque?”. O problema do historiador é descobrir uma explicação sob a forma de “foi-isto-e-aquilo”. (DRAY, 1984, p. 495, grifo do autor).

Hempel havia-se adiantado a esclarecer, em seu artigo, que “as denominadas explicações mediante um conceito” implicavam alguma hipótese universal que incluía esse conceito (reduzindo-se assim ao modelo de explicação defendido por Hempel). Dray discordava disso. Embora aceitando que existem diversas espécies de “explicações o que”, algumas mais analíticas, outras sintéticas, este tipo de explicação dar-se-ia quando se encontra uma **classificação** satisfatória do “**explanandum**”. Dray acrescenta:

Explicar o que uma coisa é – i.e., como se deve entender – não é de modo algum a mesma tarefa que explicar por que é que isso (seja o que

Hempel estava vinculado ao Néo-positivismo.

Como vimos em Filosofia da Ciência, “explanandum” significa “o que deve ser explicado”.

for) aconteceu, ou por que é que seguiu o curso que seguiu, ou como se originou, ou como poderia ter acontecido à luz disto ou daquilo. Nada há a objectar quanto a estas interrogações senão que, no tipo de contexto em causa, elas são interrogantes *posteriores* – perguntas a que a afirmação explicativa de modo algum tenta responder. (DRAY, 1984, p. 497, grifo do autor).

A explicação mediante conceitos é, pois, para Dray, uma explicação diferente da explicação mediante leis. Desde um ponto de vista lógico, ao passo que a explicação por leis supõe um esquema do tipo “*sempre que x, então y*”, a explicação por conceitos supõe que “*x, y e z acarretam um Q*” (quando se detectam os traços tais e quais em um fenômeno histórico, cabe classificá-lo como um fenômeno do tipo Q). Os conceitos classificatórios podem ser tomados da experiência vulgar (como revolução), de outras ciências (crise econômica, evolução) ou da própria História, como ao afirmar que tal ou qual evento ou época “foi um renascimento” ou foi “um iluminismo”.

Outra visão diferente da de Hempel foi proposta pelo filósofo inglês Walter B. Gallie (1912 – 1998) em seu artigo *Explicações em História e as Ciências Genéticas* (ver GALLIE, 1984). Sem rejeitar o modelo hempeliano, Gallie chamava atenção para uma forma de explicação consistente em **descrever a evolução que levou ao fenômeno a ser explicado**, apontando uma condição necessária dele. Ele escreve:

Suponhamos que a um historiador se pede que explique como se chegou a fazer certa afirmação, a praticar determinada ação deliberada ou a seguir certa política coerente. Seria perfeitamente natural dizer que ele explicou, e.g., a afirmação depois de ter descoberto ou inferido o tipo de questão – censura, ameaça ou sarcasmo – que lhe deu origem. Mas ao dar esse tipo de explicação, o historiador não estaria necessariamente – nem é de facto provável que estivesse – a asseverar que uma pessoa de inteligência ideal poderia ter predito a afirmação, dada a ocorrência dessa questão; mais natural seria, interpretar do seguinte modo a asserção: se essa questão não tivesse sido posta [...] a dita afirmação permaneceria ininteligível no sentido de lhe faltar um contexto histórico adequado. (GALLIE, 1984, p. 475).

Como se aprecia pela citação, uma explicação desse tipo, que apela para condições **necessárias, porém não suficientes** de um

evento, não implica que ele poderia ter sido previsto. Trata-se, pois, argumenta o autor, *de um modelo de explicação diferente do hempeliano*. Explicar por recurso a uma ou mais condições necessárias prévias (A supôs B, que, por sua vez, supôs C etc.), reconstitui uma **continuidade**, um **processo**, constatando ou supondo uma **tendência** na sucessão de eventos. Não se trata, portanto, de traçar ou indicar qualquer percurso de eventos como tendo conduzido ao evento que se quer explicar, **mas de escolher fatores que de fato condicionaram a produção de aquilo que foi posterior.**

Lembremos que, no modelo hempeliano, a predição é a recíproca da explicação: as leis que explicam permitem também prever os eventos.



Conforme essa ideia, o Estado Novo (1937 – 1945), regime populista impulsionado por Getúlio Vargas, seria explicado narrando a maneira como surgiu e evoluiu.

Esse tipo de explicação, argumenta Gallie, não é exclusivo da História, mas encontra-se nas Ciências Genéticas (Biologia, Geologia, Antropologia), isto é, em disciplinas que reconstroem a evolução de determinados segmentos do mundo (estratos, espécies vivas, embriões etc.). Em resumo:

1. Uma explicação caracteristicamente genética procura estabelecer, ou ajuda pelo menos a indicar, uma espécie de continuidade entre certo número de condições anteriores no tempo e um resultado subsequente;

2. Por outro lado, uma explicação caracteristicamente genética não se arroga poderes preditivos; nega-se que o evento anterior constitua, em conjunção com certas leis universais, uma condição suficiente da ocorrência do evento subsequente;
3. Além disso, uma explicação caracteristicamente genética sublinha o decorrer do tempo numa direção única – no sentido genético, o que veio antes explica o que veio depois, e não vice-versa. Por outras palavras, nega-se que o evento anterior constitua, em conjunção com certas leis universais, uma condição tanto necessária como suficiente da ocorrência do evento subsequente (GALLIE, 1984, p. 480).

As explicações históricas são explicações genéticas, porém de um tipo especial, que ele denomina “caracteristicamente históricas”. Certamente, em muitos casos, o historiador procede como o biólogo ou o geólogo, identificando numa sequência de eventos históricos, *aqueles que foram condição necessária dos posteriores*.

Mas as explicações **caracteristicamente** históricas são aquelas em que “o antecedente necessário posto em relevo é um motivo, uma crença, uma decisão ou uma comunicação que algum agente recebeu, ou um princípio, uma política ou um preceito a que aderiu” (GALLIE, 1984, p. 483).

Suponhamos que um general recebeu determinada informação secreta cujo conteúdo nos ajuda em certa medida a compreender as suas decisões e ordens subsequentes. Como se insere a idéia de continuidade nesta explicação caracteristicamente histórica? Ora bem, parece evidente que os factos que se seguem ou são inegáveis ou podem muito razoavelmente inferir-se. O facto físico de o general receber a mensagem foi uma condição necessária, e em certo sentido contínua, do processo físico de a ler; este processo foi uma condição necessária, e em certo sentido contínua, de sua compreensão dela; este processo – se também aqui é permitida a palavra “processo” – pode razoavelmente inferir-se como tendo sido uma condição necessária, e em certo sentido contínua, da sua decisão de dar, ou do seu acto físico de dar a ordem expressa: isto foi, por sua vez, quase de certeza, uma condição necessária, e em certo sentido contínua, do desdobramento do seu exército, do ataque, etc. (GALLIE, 1984, p. 487).

Gallie era consciente dos problemas filosóficos implicados por esse tipo de reconstrução, principalmente a questão da causalidade

Gallie cita o caso de um estudo que indica a existência de sinagogas judaicas, “veículos de uma religião de prosélitos” espalhadas pelo mundo mediterrâneo, como fator que facilitou a expansão do cristianismo num lapso relativamente curto.

entre fenômenos psíquicos e eventos físicos. No entanto, ele estava seguro de que o historiador, mesmo reconhecendo haver ali um problema teórico, o deixaria para os filósofos, e afirmaria que “sabe distinguir perfeitamente, como qualquer outra pessoa, uma sequência de eventos em que há uma passagem contínua entre, digamos, a análise e a ação” (GALLIE, 1984, p. 486). E Gallie achava o historiador perfeitamente justificado nessa atitude, pois ela não faz senão apelar para a maneira como, com sucesso, acompanhamos na vida cotidiana conversações, jogos e estórias. Vemos que esse autor revaloriza a História que explica mediante conceitos de senso comum, que Hempel teria gostado de ver superada.

Desse modo, aproximamo-nos da visão de Veyne no que tange à explicação histórica. Veyne afirma:

Quando pedimos que nos expliquem a Revolução Francesa, não queremos uma teoria da revolução em geral, donde se deduziria 1789, nem uma elucidação do conceito de revolução, mas uma análise dos antecedentes que são responsáveis pelo desencadeamento dessa revolução; a explicação não é outra coisa senão a narrativa desses antecedentes, que mostra em seguida de que acontecimentos o acontecimento de 1789 deriva, e a palavra causa designa esses mesmos acontecimentos: as causas são os diversos episódios da intriga [...] (VEYNE, 1983a, p. 119).

Apesar de muito estendida, a visão da História como uma disciplina que **explica** na medida em que **narra** uma sucessão de eventos não satisfaz todos os historiadores.

John Tosh, historiador inglês contemporâneo, lembra que as intenções, os motivos e as crenças conscientes dos personagens não são a única explicação dos eventos em que eles participam.

[P]or baixo da história *manifesta* das intenções declaradas e das preocupações conscientes (embora não expressas), existe uma história *latente* de processos de que os contemporâneos eram apenas obscuramente conscientes, tais como mudanças em demografia, estrutura econômica ou valores profundos. Os vitorianos viram na abolição da escravatura em 1830 uma famosa vitória do humanitarismo, como exemplificada no zelo das campanhas de homens como William Wilberforce [um líder do movimento abolicionista]. Retrospectivamente, podemos ver como

O exemplo de Tosh tem um conhecido paralelo com a explicação da abolição da escravatura no Brasil, onde a influência causal da pregação dos abolicionistas é vista contra o pano de fundo da transformação da economia capitalista à época.

a legislação de 1833 foi também produzida pelas declinantes fortunas da economia de escravos do Caribe e a mudança na direção de uma sociedade industrializada na própria Grã Bretanha (*TOSH, 1991, p. 115*, grifo do autor).

Tosh acrescenta que os eventos têm também **consequências** que não podiam ser previstas pelos agentes, o que faz que a missão do historiador, ao explicar, deva transcender necessariamente a narrativa, na direção do que ele denomina pesquisa analítica. Essa análise é o que diversos autores entendem ao exigir que se levem em consideração as estruturas sociais, e não apenas as ações individuais.

Cabe lembrar que o próprio Marrou, oposto a considerar a História como uma ciência e tão sensível ao caráter singular dos eventos históricos, apontava a **necessidade de identificar estruturas nos eventos, e não apenas a sua sequência**, pois nomes como “Revolução Francesa” ou “Idade Média”, argumentava, referem-se a conjuntos de eventos intervencidos, e não a ocorrências isoladas (MARROU, 1978, p. 139). Mas a importância de levar em consideração tanto as estruturas como os eventos é sustentada por outros autores que confirmam o caráter científico da História, tal o caso do historiador contemporâneo, também inglês, Christopher Lloyd.

Em seu livro *As Estruturas da História* (1993), Lloyd critica tanto as abordagens “individualistas” quanto as abordagens “holísticas” na explicação do passado, vale dizer, tanto as que privilegiam as

ações humanas como causas dos processos sociais quanto os que sustentam que fatores globais (econômicos, geográficos, sociais) seriam os determinantes dos eventos históricos. Ambas as abordagens são, para Lloyd, falhas, pois a primeira reduz a sociedade a mero resultado das ações individuais, e a segunda reduz o indivíduo a resultante passivo de poderes maciços. Ocorre que a dicotomia entre o individual e o geral é falsa, pois é necessário ver ambos os fatores na sua recíproca ação. Lloyd denomina “estruturismo” sua proposta (**para diferenciá-la do Estruturalismo**).

ESTRUTURALISMO

O Estruturalismo é um método de análise originado na obra do linguista suíço Ferdinand de Saussure (1857 – 1913) e que se expandiu a outras áreas de estudos, como a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia e a Psicanálise. Sua tese central é que existem estruturas (linguísticas, de parentesco, de organização psíquica) que governam, de modo inconsciente, a conduta dos seres humanos. O Estruturalismo foi criticado por parecer reduzir à passividade os indivíduos e por promover uma visão estática da sociedade.

E este autor, Lloyd, baseia-se na premissa de que:

A sociedade é uma estrutura real de regras, papéis, relações e significados que deve ser produzida, reproduzida e transformada por indivíduos, ao mesmo tempo em que condiciona de modo causal as ações, crenças e intenções individuais. (LLOYD, 1995, p. 65).

Lloyd acrescenta:

O estruturismo metodológico tenta articular os níveis micro e macro de análise social, sem subordiná-los mutuamente, explicando como a personalidade, as intenções e as ações humanas interagem com a cultura e a estrutura para determinar um ao outro e as transformações sociais ao longo do tempo. (LLOYD, 1995, p. 220).

Explicações históricas corretas, portanto, são para Lloyd as que levam em conta essa intervencionalidade dos agentes e as estruturas (embora possa ocasionalmente focalizar-se, ora os eventos – História “factual” – ora as estruturas – “História estrutural”).

Conforme a exposição precedente, podemos distinguir pelo menos quatro modelos de explicação histórica: a que se fundamenta em leis científicas, a que recorre a conceitos, a que procede a reconstruir a evolução dos eventos e a que combina a identificação das ações com a influência das estruturas sociais. Para a questão da objetividade das conclusões históricas, que é nosso assunto, resulta evidente que ela é sustentada, em cada caso, pelos fatores privilegiados pelo correspondente modelo: a lei, o conceito, uma reconstrução convincente da sucessão de eventos, uma teoria da relação entre indivíduo e sociedade. Portanto, estimar como objetiva uma explicação irá depender, no primeiro modelo, de que aceitemos a lei ou leis invocadas pelo historiador, a maneira como descreve as “condições iniciais” e a inferência que estabelece entre umas e outras. Enfrentados com uma explicação que responda ao segundo modelo, seremos persuadidos da sua objetividade caso o conceito identificador utilizado nos pareça correto ou justificado. No terceiro modelo, acharemos objetiva a explicação se a sequência de eventos nos parecer plausível. Já no caso do quarto modelo, a impressão de objetividade da explicação irá provir da nossa aceitação da teoria subjacente.

Dado esse pluralismo de modelos (e suas correspondentes práticas), não resulta fácil afirmar ou negar a existência de explicações históricas objetivas. Por um lado, a diversidade de critérios sugere que não há explicações propriamente objetivas, no sentido de universalmente aceitas. Por outro, para os que compartilhem um determinado modelo, não há razão para não admitir a objetividade das suas explicações.

4.2 OBJETIVIDADE E SELEÇÃO DE FATORES

O perigo de subjetivismo aparece também vinculado a duas operações inevitáveis ao historiador: a seleção e a interpretação dos dados. Em que medida podem considerar-se “objetivos” os resultados de pesquisas nas quais há necessidade de (e margem para) selecionar os elementos que irão ser levados em consideração?

Interessado em desautorizar a ideia de uma História científica que dispensasse toda intervenção da subjetividade, Adam Schaff passa em revista diversos modelos de explicação histórica de autores declaradamente objetivistas (Braithwaite, Hempel, Gardiner, Nagel), **procurando mostrar que todos eles admitem a necessidade de que o pesquisador escolha**, entre os elementos disponíveis, aqueles que lhe parece importante correlacionar para explicar determinados eventos. Sendo mais patente na medida em que as explicações históricas são assumidas como probabilísticas ou como “esboços de explicação” (nas palavras de Hempel), a seleção é, todavia, sempre inevitável, sublinha Schaff. Por mais que se queira reduzir-lhe a arbitrariedade (não se trata, é claro, de uma seleção caprichosa, mas fundamentada), não se pode negar que constitui uma *decisão* do historiador, principalmente quando ele determina as causas e as condições e, ainda, as causas necessárias e suficientes (SCHAFF, 1983, p. 244).

O historiador Marc Bloch, escrevendo há bastante tempo (década de 40 do século passado), dizia já:

A realidade apresenta-nos uma quantidade quase infinita de linhas de força que convergem todas num mesmo fenómeno. A escolha que fazemos

entre elas pode muito bem basear-se em caracteres na prática muito dignos de atenção; mas é sempre uma escolha [...] (BLOCH, 1980, p. 166).

Os argumentos que invocam a seleção ou a escolha como limitações da objetividade histórica vinculam-se sempre, de um modo ou de outro, com a reação anti-positivista. Contra uma História edificada sobre fatos cujo sentido e cuja importância impor-se-iam por si mesmos ao pesquisador, frisa-se a presença constante da seleção, desde a “construção do objeto” até a elaboração da síntese, passado pela escolha do material, a atribuição de relevância às variáveis explicativas e a adoção de certo ângulo para intentar a compreensão.

O filósofo contemporâneo *Frank Cunningham* chama a atenção sobre a circunstância de que a seleção pode ser apontada como perigo ou empecilho para a objetividade, **tão somente quando se nega a possibilidade de uma discussão racional dos critérios de seleção ou classificação** (CUNNINGHAM, 1980, p. 19). Encontramos, todavia, em Ernest Nagel, uma análise particularmente bem sucedida desse problema (ver NAGEL, 1978, capítulos XIII e XV; NAGEL, 1984).

Nosso autor começa por observar que algumas dificuldades são mais aparentes do que reais. Afirmar, por exemplo, como às vezes se faz, que a História não pode ser objetiva porque o historiador seleciona o assunto que irá tratar, e que, em todo caso, não se ocupa de tudo quanto concerne a esse assunto, é uma objeção inconsistente. Ela ignora que, em toda pesquisa científica, procede-se a uma escolha do assunto (por motivos variados, nenhum dos quais predetermina que o resultado da pesquisa deva ser tendencioso), e que **nenhuma** pesquisa é exaustiva. Da maneira análoga, quando se diz que a seleção impede o historiador de atingir a “plena realidade” do que aconteceu, está se ignorando que a investigação científica **não se propõe a reproduzir o objeto**. Não faltam aqueles que localizam a influência da seleção como obstáculo para a objetividade, no fato de que não há explicação histórica que dê a totalidade das condições que possibilitaram um dado acontecimento (nem poderia dá-las): o historiador se detém num dado ponto ou aspecto, a partir do qual explica o assunto em questão. Mas, argumenta Nagel, a dificuldade está mal colocada, porque a “detenção” do historiador (como, de resto, a de qualquer cientista) obedece à



natureza do problema proposto, e uma eventual ampliação do âmbito considerado (série, antecedentes etc.) dependerá de uma nova problemática. Igualmente irrelevantes parecem a Nagel as alegações da influência, na seleção, de fatores sociais: admitir que eles tenham a ver com a escolha do assunto a pesquisar ou expliquem a disponibilidade de ideias ou recursos do investigador não obriga à conclusão de que eles determinam a **validade** dos resultados.

A inconsistência das objeções antes mencionadas não impede Nagel de reconhecer que a necessária seleção implicada pela pesquisa histórica encerra dificuldades. Dado que raramente se alcança, na Ciência, o ideal de explicar os eventos pelas suas condições necessárias e suficientes, compreende-se que:

Em suas atividades investigativas normais, à diferença do que dizem às vezes, os historiadores jamais parecem perturbados pelo fato evidente de que suas explicações nunca enunciam mais do que algumas condições indispensáveis dos acontecimentos que investigam. Podem reconhecer seu desconhecimento das condições suficientes acrescentando alguma cláusula *ceteris paribus* às suas explicações, porém seus esforços chegam apenas a especificar um conjunto parcial, não completo, dos determinantes de certo acontecimento, e a identificar nesse conjunto parcial os fatores que julgam “mais importantes”, os “primários”, os “fundamentais” ou os “essenciais” (NAGEL, 1978, p. 523).

A expressão latina *ceteris paribus*, que podemos traduzir livremente como “mantendo-se inalterado todo o mais”, usa-se para indicar que uma dada relação (por exemplo, causal) é válida se outras possíveis influências não ocorrem, ou são desprezíveis.

Precisamente, com relação a essa avaliação do “mais importante”, assinala Nagel, é que surgem objeções mais significativas quanto à possibilidade de que a História possa conduzir a resultados objetivos. Isso porque a avaliação da importância relativa dos fatores que influenciam um evento é amiúde vista como “essencialmente arbitrária” e até carente de sentido (querendo com essa crítica significar que as avaliações dos fatores não teriam qualquer sentido verificável).

Nagel concorda em que muitas vezes os historiadores não associam qualquer sentido definido aos termos utilizados para avaliar os fatores em causa (termos como “primordial”, “essencial” etc.). Essas afirmações têm por isso, às vezes, “um mero intuito retórico” para Nagel, mas ele não crê que seja assim em todos os casos. Nosso autor acredita que a questão pode ser esclarecida mediante uma análise dos significados possíveis da expressão-chave “mais importante” (ou “mais fundamental”, ou equivalentes) tal como é

usada pelos historiadores. **Nagel distingue seis sentidos possíveis dessa expressão.**

No primeiro sentido, “mais importante” pode querer dizer “de mais frequente e incontrolável variação”. Assim, se em um dado país tanto a xenofobia quanto a necessidade de mercados econômicos são ambas condições necessárias de uma política de expansão, porém a xenofobia permanece relativamente estável ao passo que a necessidade de mercados aumenta acentuadamente, o historiador tenderá a indicar esta última como o fator “mais importante” para explicar a expansão desse país.

Em um segundo sentido, e sempre a propósito de duas condições igualmente necessárias, “mais importante” pode querer dizer “de maior capacidade de transformação” com relação ao efeito produzido. Por exemplo, se o fornecimento de carvão (fator variável) e a disponibilidade de mão-de-obra especializada (também variável) são ambos fatores necessários para a produção industrial de um país, mas uma dada variação da mão-de-obra produz uma alteração maior que a mesma variação do fornecimento de carvão (supondo-as de algum modo comparáveis) com relação à produção industrial, dir-se-á que a disponibilidade de mão-de-obra é “mais importante” que o fornecimento de carvão.

Em um terceiro sentido, “mais importante” pode designar a presença de um fator necessário permanente, frente a outros eventuais, embora também necessários. Por exemplo, no caso do descontentamento com as condições políticas ou econômicas de um país, que poderá ser vistas como a condição “mais importante” de emigração que um evento que venha permitir essa emigração (perda do emprego, informações sobre melhores condições de vida no exterior etc.). De maneira similar, ilustra Nagel, foi dito que a adoção, pela Alemanha, da guerra submarina sem restrições foi a “causa principal” da entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial (e não tal ou qual ato bélico determinado).

Em quarto lugar, “mais importante” pode ser aplicado ao fator que com maior frequência produz um dado efeito (aliado a outros elementos não especificados), em comparação com um outro fator que poderia produzi-lo (aliado a diferentes elementos, tampouco

Pan-eslavismo

O Pan-eslavismo foi um movimento político e cultural de afirmação dos povos eslavos (sérvios, checos, poloneses, eslovacos, etc.) desenvolvido na segunda metade do século XIX e começos do século XX, que levou a atritos entre a Rússia (que apoiava os eslavos) e os países ocidentais, notadamente a Alemanha.

especificados). É desse modo que se pode afirmar que o temor da Áustria e da Alemanha pelo **pan-eslavismo** teria sido mais importante, como fator determinante da Primeira Guerra Mundial, que o assassinio do Arquiduque Federico em Sarajevo.

Em uma quinta acepção, “mais importante” pode ser a avaliação da maior frequência relativa de dois fatores, cada um dos quais pode produzir um mesmo efeito em ausência do outro: é com base nesse tipo de avaliação que um historiador pode afirmar que, em um dado período, os lares destruídos foram causa mais importante de delinquência juvenil que a pobreza.

Por fim, “mais importante” pode significar “mais abrangente” ou “mais básico” (dentro de uma dada teoria) que outros fatores. Seria nesse sentido que, dentro do Materialismo Histórico, as relações de produção são mais importantes que, por exemplo, as crenças religiosas, para determinar a feição das instituições legais em um dado período.

A modo de conclusão da sua análise, Nagel comenta que a possibilidade de atribuir um significado preciso às expressões de estimação de importância (ou seja, à seleção de fatores) dos historiadores não equivale a que eles consigam geralmente fundamentar de modo convincente essas estimações. Pelo contrário, Nagel frisa que elas são, na maioria dos casos, conjecturais e até impressionistas (produto do que o historiador “acha”). Isso se deve, por uma parte, à enorme dificuldade de se contar com material para avaliar estatisticamente a frequência relativa dos acontecimentos e, por outra, à falta de um esquema geralmente aceito que permita apreciar o peso de ocorrências alternativas que não se deram. Por exemplo: que teria ocorrido se os persas tivessem vencido os gregos, se Napoleão não tivesse invadido Portugal, se Getúlio Vargas não tivesse se suicidado?

Busque ter bem claro quais são esses critérios, aplicados a outros exemplos históricos. Pode ser um ótimo exercício para facilitar sua compreensão do conteúdo deste livro-texto.

O que importa, de todo modo, é que a análise de Nagel desenvolve a ideia de Cunningham de que a escolha ou seleção de fatores históricos só pode ser sinais de subjetivismo quando os critérios não são racionalmente discutíveis, **e o estudo de Nagel mostra que, em diversos casos, em princípio, eles o são.**

Resta mencionar que Nagel encerra suas reflexões moderando as dificuldades de fundamentar as avaliações históricas ao lembrar

que a experiência profissional certamente ajuda a realizar avaliações confiáveis, embora não totalmente certas, salvando o trabalho de historiador do ceticismo.

Felizmente – escreve –, embora seja teoricamente ilimitado o âmbito de possível desacordo respeitante ao valor de comprovação de uma dada afirmação, entre peritos em assuntos de relevo existe substancial acordo no que se refere às relativas probabilidades que devem atribuir-se a muitas hipóteses. Indica esse acordo que, não obstante a ausência de uma lógica explicitamente formulada, muitos hábitos de pensamento ainda por formular corporizam princípios de inferência factualmente comparáveis [...] (NAGEL, 1984, p. 472).

Essa declaração nos reconduz à apreciação, já feita, do papel da experiência profissional, e à constatação de que detectar um certo fator pessoal no labor do historiador (aqui, a propósito da seleção) não priva de sentido a pretensão de que suas afirmações possam ser objetivas.

4.3 OBJETIVIDADE E INTERPRETAÇÃO

Se o reconhecimento da seleção como uma operação inerente à pesquisa histórica leva muitas vezes a duvidar da objetividade dos resultados, não menos motivadora dessa dúvida é a aceitação de que o historiador sempre **interpreta**. Podem ser “objetivas” visões do passado que parecem ser sempre reinterpretações de visões anteriores?

É inegável que a palavra “interpretar” (à diferença, por exemplo, de “explicar”) sugere um procedimento, em alguma medida, “subjetivo”, por que não caprichoso, em todo caso, de validade discutível. Por outra parte, as frequentes polêmicas sobre interpretação (de escritos, obras de arte, de atitudes de pessoas...), em particular, sobre versões de episódios históricos, têm-nos acostumado à ideia de que “interpretação” e “objetividade” são termos dificilmente conciliáveis. Como se isso fosse pouco, a filosofia hermenêutica sustenta que não se pode aspirar a interpretações únicas nem, menos ainda, definitivas. Por último, porém não por isso menos importante, o aguçamento da nossa sensibilidade política (em particular, com relação à “História oficial”) parece destinado

a convencer-nos de que toda interpretação histórica não somente pode, como deve, ser contestada e substituída.

É particularmente orientador, nessa complexa questão, o estudo do filósofo Charles Frankel (1917 – 1979): *Explicação e Interpretação em História* (ver FRANKEL, 1984). Nele, o autor propõe distinguir três modos de “interpretar” historicamente.

Em alguns casos, “interpretar” quer dizer apontar uma variável ou grupo de variáveis como os agentes causais mais importantes na determinação dos acontecimentos (por exemplo, os fatores econômicos, geográficos, tecnológicos etc.). Nos casos mais ambiciosos, essas tentativas de interpretação visam a oferecer uma teoria compreensiva (global) das ações humanas (sendo típico o caso do Materialismo Histórico). Frankel menciona a dificuldade, segundo ele “quase sempre esmagadora”, de reunir comprovação suficiente para as teorias desse tipo, admitindo, porém, que se tal comprovação fosse obtida, garantir-se-iam relações causais mais fortes que as fornecidas pelo que chama “ideias de ordem inferior de generalidade”, ou seja, fatores mais específicos na produção de um dado evento (suponhamos, os motivos de um grupo de pessoas para agir em determinadas circunstâncias). No entanto, Frankel parece estimar mais esse tipo de interpretação quando a ambição dela é menor, contentando-se com representar “guias de pesquisa”, princípios heurísticos. Em tal caso, presume-se que:

[S]e o historiador considerar a relação existente entre os eventos e uma variável de um dado tipo, a sua investigação terá mais probabilidades de produzir bons frutos; o teste desta sugestão consiste, como é óbvio, em verificar se isto é verdade. (FRANKEL, 1984, p. 516).

Poderíamos, também aqui, tomar como exemplo o Materialismo Histórico: em vez de ver, nos fatores econômicos, aquilo que determina os restantes fatores sociais, prestar atenção aos fatores econômicos como algo de particular relevância, cujo funcionamento é mais promissor, para compreender um dado momento histórico, do que outros fatores. Frankel comenta que, reduzida a essas dimensões, a interpretação econômica da história “é sem dúvida uma das ideias seminais do século XIX”. Por outra parte, tais interpretações não precisam ser **monistas**: elas podem permitir a

Monistas

Denomina-se “monista”
(do grego *monos*, um)
uma explicação que reduz
às causas de um evento a
apenas uma.

explicação dos eventos apenas em conjunção com muitas outras variáveis independentes, **conservando, todavia, à variável ressaltada, seu valor de variável-chave:**

Assim, quando se diz que uma interpretação econômica da história é mais verdadeira que uma interpretação da história em função dos valores morais dos homens, talvez se queira simplesmente dizer que, para explicar o comportamento humano, é mais freqüentemente necessário especificar as instituições econômicas em que os homens vivem do que os valores morais que eles professam. Não se querará necessariamente dizer que os valores morais dos homens nada têm a ver com o modo como eles se comportam. (FRANKEL, 1984, p. 516).

• Note que Frankel coincide aqui com a sexta acepção de “importante” apontada por Nagel.

Em outros casos, continua Frankel, “interpretar” os acontecimentos históricos significa ver a história toda como servindo a “um único desígnio”.

De um modo geral, as interpretações da história deste segundo tipo devem estar aptas a mostrar que todos os eventos que tiveram ou não de ter lugar na história – e, no fim e ao cabo, também no mundo natural – devem compreender um sistema único e integrado, cujas partes estão necessariamente relacionadas entre si. (FRANKEL, 1984, p. 516).

Frankel afirma ser insustentável esse tipo de “interpretação”, característica, como vimos, das filosofias da história tradicionais (releia o capítulo I deste livro). Nosso autor observa que “uma lei que diretamente prediz a orientação total dos movimentos de um sistema” só é aplicável a um sistema isolado, o que não corresponde, evidentemente, **à história humana.**

• Vista como um sistema (uma totalidade de elementos que se relacionam entre si e com o conjunto), a humanidade é um sistema que interage constantemente com seu meio natural.

Nosso autor acredita ser igualmente indefensável – embora não o demonstre – a pretensão de que essas interpretações globais da história desautorizem as justificações dadas às ações humanas pelos próprios agentes e pretendam que estes últimos obedeçam, querendo ou não, a desígnios “transcendentes e ocultos”. Assim, por exemplo, na interpretação dada por Hegel à história universal, cada grande homem (por exemplo, Napoleão ou César), embora acreditasse estar agindo por própria decisão, no fundo, realizava o que o Espírito Universal se propunha.

Um terceiro tipo de “interpretação” histórica parece a Frankel bem mais interessante. Trata-se dos casos em que o historiador

Perceba que, nesse sentido, a “interpretação” é o mesmo que a explicação conforme o terceiro modelo antes apresentado.

“interpreta” uma época, uma cultura ou uma instituição descrevendo uma sequência de eventos causalmente relacionados entre si e conducentes ao que Frankel denomina “*uma consequência terminal*”. Nesses casos, “definir o «sentido» de um processo histórico é definir essas consequências terminais”.

Por outras palavras, um historiador “interpreta” um evento ou conjunto de eventos na medida em que é capaz de mostrar que conduziu a um outro evento ou conjunto de eventos particularmente escolhido e valorado.

Frankel se apressa a reconhecer que é justamente a escolha das “consequências terminais” o que provoca a maior parte das discussões acerca da objetividade da História, discussões essas que não podem ser suprimidas, dado que:

[...] é evidente que nenhum historiador – na medida em que queira delimitar o seu problema, e mais ainda sem julgar sequer os eventos que está a relatar – pode deixar de seleccionar certas consequências terminais como constituindo a estrutura da sua história. (FRANKEL, 1984 p. 517).

No entanto, nosso autor não crê que isso seja motivo suficiente para que tais interpretações resultem fatalmente arbitrárias, subjetivas em sentido negativo. Por um lado – argumenta –, pode verificar-se se uma dada série de eventos teve ou não a alegada consequência terminal: essa é uma questão factual. Por outro, duas interpretações de um mesmo período podem não se referir à mesma série de eventos: a partir de um mesmo acontecimento, uma interpretação persegue uma série de eventos até uma dada consequência terminal, e outra interpretação persegue uma outra série rumo a outra consequência. Frankel ilustra este esquema interpretativo com divergentes “interpretações” da descoberta de América e suas diferentes “consequências terminais”. De um ponto de vista, ela “conduziu” ao predomínio político da Espanha; de outro, à destruição das culturas nativas. Ambas séries de eventos podem ser rigorosamente documentadas. Por isso, a existência de interpretações divergentes, nesse sentido, não deveria ser motivo de ceticismo, porque:

[...]ambas as interpretações podem ser verdadeiras e objetivas. As interpretações da história *parecem* por vezes entrecroçar-se porque servem de instrumentos num conflito de interesses; do ponto de vista dos factos, porém, podem não estar de modo algum em conflito, visto que falam de fatos diferentes. (FRANKEL, 1984, p. 518, grifo do autor).

Segundo Frankel, a incapacidade de advertir isso é a causa de grande parte do ceticismo quanto à objetividade da História, assim como da tentação de submetê-la a “padrões puramente pragmáticos” (ou seja, reduzi-la à defesa de interesses do historiador).

Ora, conquanto se admita a legitimidade de mais de uma interpretação de um mesmo período, “desde que não nos dêem narrativas incompatíveis de exatamente os mesmos fatos” (como diz Frankel), persiste, todavia, uma importante questão. Refiro-me à questão dos **critérios de seleção** das “consequências terminais” e de sua eventual comparação, de modo a justificar uma operação tão habitual quanto polêmica entre os historiadores: a de preferir interpretações “melhores” que outras.

O primeiro critério apresentado por Frankel é o **interesse** do pesquisador. Embora se trate do critério obviamente mais pessoal, Frankel não acredita que estejamos condenados a aceitar, indiscriminadamente, todo tipo de interesses do historiador como igualmente legítimos. Propõe preferir, ao “historiador de interesses volúveis e caprichosos”, que escolhe “as consequências terminais que interessam a ele ou a um pequeno círculo”, “o historiador que faz a sua seleção em função de interesses estáveis e mais largamente partilhados”. A História é uma atividade pública, sustenta Frankel (ou seja, uma atividade cujos resultados transcendem o círculo a que pertence o historiador), e as interpretações históricas normalmente sugerem valores que deveriam ser observados. Por isso, acha “natural” que se antepõem as interpretações que respondem a valores de círculos humanos amplos (os de “uma civilização inteira”, ele diz), às interpretações fundadas no que denomina “valores efêmeros, que exprimam um preconceito local ou uma moda passageira” (FRANKEL, 1984, p. 519).

Um segundo critério de escolha entre consequências terminais consiste na sua **fecundidade** para explicações posteriores. O historiador pode inclinar-se por aquelas consequências mais aptas a

permitir a prolongação da pesquisa, ou ainda, um embasamento teórico mais sólido.

Em terceiro lugar, menciona Frankel, o critério de escolha pelo **valor prático** das consequências terminais, seja para a “execução de uma política social efetiva”, seja para “um programa qualquer de bem humano”. Admite nosso autor que as escolhas em nome desses critérios amiúde encerram a defesa de uma causa, e que não podem ser exclusivas. Um exemplo seria a interpretação marxista do século XIX em função da significação do proletariado para uma transformação social. A esse exemplo poderíamos acrescentar o das interpretações feministas da história, reivindicando o papel da mulher e colocando os resultados ao serviço da sua promoção. Por encerrarem amiúde a defesa de uma causa, tais interpretações não podem ser excludentes (de outras). Mas isso não impede que se as possa avaliar racionalmente, examinando as generalizações e previsões específicas que possam conter a factibilidade de suas propostas e, ainda, os efeitos que sua adoção acarretaria.

Dos critérios antes mencionados, evidentemente que é o segundo (ou seja, a escolha pela fecundidade teórica) o que parece mais apropriado a uma História científica. No entanto, os três critérios intervêm geralmente em forma combinada, tornando a escolha das consequências terminais numa atividade complexa, e sua avaliação crítica, em algo igualmente complexo. Apesar disso, Frankel formula a seguinte conclusão:

Em face destas considerações, não creio que não exista nunca um meio impessoal de escolher entre antagônicos «esquemas de sentido» em história. Mau grado o facto de que nas explicações concretas dadas pelos historiadores entram freqüentemente interpretações da história, o escrever história não está condenado a ser um campo de batalha de pontos de vista irreconciliáveis. Nem será necessário contentarmo-nos com um pluralismo acrítico que assevera simplesmente que a história pode ser lida sob muitos pontos de vista e que cada pessoa pode escolher o seu. Não é, decerto, provável que um único ponto de vista possa alguma vez arrogar-se exclusivamente absoluto; mas também não é provável que todos os pontos de vista sejam igualmente legítimos, mesmo quando todos eles estão nas mãos de historiadores escrupulosos, que não falsifiquem os factos. (FRANKEL, 1984, p. 522).

Como no caso da seleção, que já examinamos, encontramos aqui, a propósito da interpretação, a possibilidade de considerá-la como uma operação que, apesar de inevitável e de exigir uma decisão pessoal do historiador, não se converte *ipso facto* num ato arbitrário. E, por conseguinte, subsiste a possibilidade de interpretações históricas legitimamente julgadas como objetivas.

LEITURAS RECOMENDADAS

A leitura dos artigos de Hempel, Dray e Gallie comentados. A mesma coletânea de P. Gardiner (*Teorias da História*) contém outros artigos sobre explicação histórica (de Morton White, Alan Donagan, Michael Scriven) que ampliam a compreensão do assunto. As ideias de Veyne sobre explicação encontram-se principalmente no capítulo VI (*Compreender a Intriga*) de *Como se Escreve a História*. Já para as ideias de Marrou, ler o capítulo 7 (*A Explicação e seus Limites*) de *Sobre o Conhecimento Histórico*. Para o modelo “estruturista” de Lloyd, ler principalmente o capítulo 6 (final) de *As Estruturas da História*. Outros tratamentos da explicação histórica podem ver-se no capítulo 3 (*Explicação Histórica*) da *Introdução à Filosofia da História*, de Walsh; no capítulo II (*Descrição, Explicação, Avaliação*) da III parte do livro *História e Verdade*, de Schaff; e no capítulo IV (*A Causa na História*) do livrinho *Que é História?*, de Carr. A posição de Nagel relativa à seleção de fatores históricos encontra-se no artigo *Alguns Problemas da Lógica da Análise Histórica*, na antologia *Teorias da História*, de P. Gardiner. Naturalmente, recomendo a leitura do artigo, de Frankel, *Explicação e Interpretação em História*, no livro de Gardiner já citado.

REFLITA SOBRE

1. Os diversos sentidos da expressão “explicação histórica”
2. A ambiguidade da noção de causa
3. Os critérios de escolha dos fatores usados nas explicações históricas
4. Os diversos sentidos da interpretação histórica
5. As condições em que explicações e interpretações históricas podem ser objetivas

■ CAPÍTULO 5 ■

OBJETIVIDADE HISTÓRICA E PERSPECTIVA

Nos capítulos anteriores, analisamos diversas questões relativas à possibilidade de uma História objetiva focalizando a atividade pessoal do pesquisador e prescindindo, até certo ponto, o seu contexto. Precisamos examinar agora alguns problemas decorrentes do caráter “situado” de toda pesquisa, a qual obedece, por uma parte, a certos moldes técnicos (o que podemos denominar perspectiva profissional), e, por outra, é realizada num dado momento (perspectiva histórica). Por fim, ela é produto de homens de determinado grupo e condição (perspectiva social).

5.1 OBJETIVIDADE E “PARADIGMA”

Vimos, em Filosofia da Ciência, a teoria do filósofo Thomas Kuhn sobre a evolução histórica da Ciência, em particular sua tese de que a prática científica só é possível com base num consenso irrefletido dos pesquisadores com relação às questões próprias de sua disciplina, o tipo de respostas que perseguem, a metodologia válida, os quadros teóricos confiáveis, os valores inerentes à investigação e até as entidades admitidas como reais. A ciência “normal” – ou seja, a responsável pelo perfil oficial de uma disciplina – dá-se unicamente ao amparo de um “paradigma”, um modelo compartilhado de cientificidade.

Entre outras coisas, a teoria kuhniana levou a repensar o conceito tradicional (dito “positivista”) de “objetividade científica”: se a teoria de Kuhn é verdadeira, a objetividade é sempre função do paradigma usado. Isso introduz, na questão da objetividade histórica, duas questões. A primeira é a pergunta acerca da aplicabilidade das ideias daquele pensador ao caso da História. A segunda, a de determinar se, em caso de serem aplicáveis, os resultados da pesquisa histórica *podem esquivar o relativismo*. Essas duas questões são abordadas (junto com outras) pelo historiador David Hollinger (que já mencionei antes) em seu artigo *A Teoria da Ciência de Thomas Kuhn e suas implicações para a História* (ver HOLLINGER, 1980).

Vimos, em Filosofia da Ciência, que a teoria kuhniana foi acusada, por diversos críticos, de ser relativista com relação à confiabilidade do conhecimento científico.

Hollinger parte de duas constatações: uma, que a História geralmente não é considerada puramente como uma ciência, mas tam-

bém como uma atividade artesanal, um ofício (*craft* em inglês). A segunda, que Kuhn não parece disposto a fornecer um modelo ao qual toda e qualquer disciplina que se pretenda científica deva aspirar. (Isso fica claro no célebre Posfácio da *Estrutura das Revoluções Científicas*, na sua segunda edição (ver KUHN, 1978)).

Por isso, o interesse da teoria kuhniana para nosso propósito não é tanto o de aprender de que modo uma ciência vai se consolidando, mas o de ver como a compreensão desse processo pode, em palavras de Hollinger, “clarificar e/ou melhorar o *status* e a validade da História”.

Comparado com o retrato kuhniano de uma disciplina científica amadurecida, a pesquisa histórica revela certamente marcadas diferenças. Os historiadores estão constantemente discutindo sobre quais questões devem ser formuladas, tratam de problemas muito diferentes e reconhecem profissionalmente trabalhos controlados *por ideologias e compromissos diversos*. Até a noção de “comunidade profissional” aplica-se só ambigualmente à História, porque normalmente os historiadores esperam convencer não apenas aos seus pares, mas também a um público mais vasto, influenciando a educação e a política.

Por outro lado, é manifesto que os historiadores aspiram à objetividade e que a entendem como validade intersubjetiva. Escreve Hollinger:

Vale dizer que a verdade de um relato será reconhecida por praticamente todas as pessoas razoáveis, se elas entendem o que se supõe seja o propósito do relato, acompanham os passos de sua argumentação e seguem os padrões de sua evidência [...] (HOLLINGER, 1980, p. 205).

E, embora não se possa equiparar às ciências propriamente ditas, a História possui normas para avaliar a erudição; ela tem uma “atmosfera de crítica organizada”, diz Hollinger. Tudo isso sem ignorar que a validade intersubjetiva está afetada pelas aspirações morais e estéticas dos historiadores, vale dizer: os historiadores amiúde julgam a ação dos personagens históricos e, também amiúde, aspiram a escrever bons textos. **Isso diferencia a História tanto das Ciências Naturais como das Sociais.**

Os compromissos da pesquisa histórica podem ser tanto com determinada teoria que se quer defender quanto com uma causa social, política ou religiosa.

Com as ressalvas que acabamos de fazer, a História corresponde, todavia, ao que Kuhn denomina “protociências”, disciplinas que produzem e submetem a prova, embora de maneira imperfeita, proposições testáveis. Essa imperfeição, no entanto, não diz respeito à comparação com um dado tipo de disciplina científica, mas à força e à qualidade do consenso que se alcança. Kuhn, evidentemente, não se propõe a determinar *a priori*, para cada disciplina, como há de ser aquele consenso, ainda que irá depender dele a **validade** das afirmações específicas dessa disciplina. Precisamente por isso, por essa especificidade, o tipo de consenso não pode ser previsto.

A esta altura, impõe-se – sempre segundo Hollinger – uma importante advertência com relação ao conceito de objetividade científica dentro da teoria de Kuhn. Dado que a teoria não admite que a objetividade possa ser estabelecida por parâmetros transcendentais a toda e qualquer comunidade científica, os críticos têm concluído muitas vezes por afirmar que Kuhn elimina a possibilidade de que a Ciência seja objetiva. Hollinger chama a atenção para um erro de apreciação dos críticos: Kuhn rejeita a pretensão de afirmações válidas por corresponderem ao que acontece “ai fora” (dos paradigmas), porém não dispensa toda e qualquer noção de validade dos enunciados científicos, nem a reduz a mero acordo dos pesquisadores. Eis como o explica Hollinger:

Seu sentido de validade é essencialmente o seguinte: uma pretensão de verdade torna-se válida quando os mais doutos praticantes de um campo tecnicamente sofisticado concordam em que a teoria em que se fundamenta a pretensão explica mais satisfatoriamente a classe de fenômenos sob escrutínio, do que qualquer outra teoria conhecida. (HOLLINGER, 1980, p. 205).

Essa validade – continua Hollinger – refere-se a ideias que “funcionam”, **no sentido de que efetivamente predizem fenômenos**. Por isso, o critério de validade de Kuhn não é inteiramente circular: leva em consideração, de algum modo, o que acontece “aí fora” (no mundo, na Natureza ou como queiramos denominar o que está “além” dos paradigmas). Ou seja: rejeitar uma noção da realidade como algo independente dos paradigmas e que serviria de parâmetro para estes últimos não equivale a condenar a Ciência ao subjetivismo, mesmo que de grupo.

O conceito kuhniano de objetividade substitui, sim, a objetividade transcendente pela objetividade socialmente fundamentada. Dito de outra maneira: o que os cientistas constatarem como algo “objetivo” depende do seu paradigma; a sua objetividade é a objetividade de uma perspectiva ou ponto de vista. Mas, observa Hollinger, Kuhn faz isso de uma maneira que limita o “perspectivismo”, impedindo tanto um relativismo total quanto a intolerância das posições absolutistas. (As posições absolutistas são intolerantes porque, pela sua própria natureza, não podem admitir alternativas.) Isso porque não impõe a nenhuma “protociência” o dever de parecer-se com uma dada ciência madura, e tampouco reduz a questão da obtenção dos próprios cânones de validade a um acordo despoticamente produzido dentro da disciplina, quiçá pela imposição de uma teoria ou uma ideologia.

Sempre segundo Hollinger, Kuhn inclina-se a reconhecer os diferentes impulsos que originam as diversas pesquisas (física, filosófica, histórica...) como possuidores de uma “espécie de validade primária” em que se fundamentaria a aspiração própria da comunidade de pesquisa daí resultante, à qual corresponde elaborar seus padrões de consenso. Por isso, a posição de Kuhn representa, para as comunidades profissionais (portanto, para a dos historiadores), um equilíbrio entre o impulso de aperfeiçoar o conhecimento (eventualmente, imitando ciências mais desenvolvidas) e o impulso de responder justamente aquelas questões cuja dificuldade impediu antes alcançar um consenso.

Hollinger mostra, em resumo, que a aceitação de que a História tenha ou venha a ter um paradigma não anula a sua possível objetividade. Ao contrário: ajuda a entender a sua especificidade. Tanto que, como antes vimos, Walsh esperava que a História atingisse um dia seu paradigma (ainda que ele não o denominasse assim).

5.2 OBJETIVIDADE E HISTORICIDADE

De acordo com o *Historicismo ou Relativismo histórico*, verdade é relativa à situação temporal do sujeito de conhecimento, de tal modo que nenhuma afirmação pode pretender representar a

• Lembremos que pode
• haver diversas formas de
• relativismo cognitivo: social
• (a visão que temos das coisas
• depende da classe social a
• que pertencemos), individual
• (a realidade é aquilo que
• cada qual toma por tal),
• genérico (o que consideramos
• real depende da condição
• humana) e o histórico, o aqui
• mencionado.

verdade com relação ao seu objeto. Certamente, é possível entender o Historicismo, em sentido atenuado, como reconhecimento de que a verdade, sempre aproximada, é obtida ao longo de um processo histórico, de forma que todo ato de conhecimento, toda teoria, todo resultado (em qualquer campo) **não pode razoavelmente aspirar a ser mais do que um momento daquele processo**, e não o ponto final. Sabe-se, porém, que não nesse sentido quase trivial que o Historicismo tem suscitado interesse e polêmica, mas no sentido mais forte de pretender que épocas diferentes têm, a propósito de um mesmo assunto, visões necessariamente diversas, e talvez inconciliáveis. O sociólogo Karl Mannheim (1893 – 1947) sustentou que “cada época tem sua abordagem fundamentalmente nova e seu ponto de vista característico, e, conseqüentemente, vê o «mesmo» objeto de uma perspectiva nova” (MANNHEIM, 1976, p. 293). Mannheim esclarecia que

Neste sentido, “perspectiva” significa a maneira pela qual se vê um objeto, o que se percebe nele, e como alguém o constrói em pensamento. A perspectiva é, portanto, algo mais que a determinação meramente formal do pensamento. Refere-se também a elementos qualitativos de estrutura de pensamento, elementos que devem ser necessariamente negligenciados por uma lógica puramente formal. São precisamente tais fatores os responsáveis pelo fato de que duas pessoas possam – ainda que apliquem de forma idêntica as mesmas regras lógico-formais, por exemplo, a lei de contradição ou a fórmula do silogismo – julgar o mesmo objeto de forma bastante diferente. (MANNHEIM, 1976, p. 293-294).

Aplicada à História, essa tese significa, evidentemente, **que historiadores de épocas diferentes produzirão Histórias diferentes**; que nenhuma interpretação histórica pode ser tida como definitiva nem, menos ainda, como única ou como a melhor por ser “adequada ao objeto”. Significa também que as diferentes interpretações não podem ser discutidas mediante critérios lógicos (ou apenas mediante eles). A partir de tais pressuposições, que sentido pode restar para a objetividade histórica?

Consideremos três questões principais: a primeira, a da consciência do relativismo histórico; a segunda, a de se, embora atenuando esse relativismo, haveria motivos para defender que a História deva ser necessariamente reinterpretada em épocas ou situações



A Idade Média, por exemplo, foi interpretada diversamente pelos filósofos do Iluminismo, que a consideravam um período de decadência intelectual, e pelos pensadores do Romantismo, que apreciavam a cultura popular e as tradições.

diferentes; e a terceira, se, admitindo que pudesse haver perspectivas históricas diversas e igualmente legítimas, existiria alguma maneira de integrá-las.

Com respeito à primeira questão (a consistência do relativismo histórico), alguns autores, como Frank Cunningham e Ernest Nagel, advertem que a posição historicista, se considerada como argumento conceitual geral (isto é, se vale para todo conhecimento), conduz a um ceticismo total, porque não se percebe como poderia a própria tese ser uma exceção, e por que aceitá-la. Se a tese é considerada como um argumento baseado em evidências, não parece suficientemente documentado ou fundamentado. Parece fácil encontrar contraexemplos. O próprio Mannheim excetuava daquela tese os conhecimentos matemáticos e das Ciências Naturais. Alfred Stern, contudo, observa que, numa formulação um pouco mais modesta, o historicismo foge à contradição e resulta plausível. Escreve Stern:

[S]e o historicismo se limita a afirmar que, em virtude das categorias a nossa disposição neste momento histórico, os pensamentos, crenças e valores humanos aparecem como historicamente condicionados e limitados, não cai em contradição. Como não dispomos de outras categorias que as da nossa época – posto que se considera que as do passado em parte já não são válidas, e as do futuro nos são desconhecidas –, devemos dizer que, em nossa época, o historicismo se apresenta como uma teoria bem estabelecida. (STERN, 1970, p. 213).

De que esteja tão bem estabelecida duvidam ainda os autores antes citados, existindo, segundo eles, outras dificuldades inerentes ao argumento historicista. Para começar, ele pressupõe uma falsa dicotomia: ou bem o conhecimento está totalmente livre de influência decorrente da posição histórica do pesquisador, ou bem a objetividade é impossível (Cunningham). Nagel faz notar que não há dificuldade em reconhecer que a investigação está influenciada por elementos que provêm da posição social do investigador, tanto na escolha dos problemas como na adoção de conhecimentos e ideias do seu meio. No entanto, admitir tais influências não equivale a provar que o investigador deva ser conduzido fatalmente por elas a tal ou qual conclusão (um argumento que já mencionei ao analisar a questão da seleção). E com relação ao ponto, certamente

O fato de que, em certa época, disponha-se do microscópio, o que possibilita observações impossíveis anteriormente, não pré-determina que a verdade acerca do observado seja esta ou aquela. O mesmo vale para novas técnicas de pesquisa histórica.

que crucial, de estarem os próprios critérios de validação submetidos à variação histórico-cultural, Nagel afirma que constatar que certos critérios de validade (por exemplo, o grau de precisão exigido em uma informação) possam estar **causalmente** influenciados por fatores circunstanciais (como o nível de desenvolvimento de determinado instrumental) não obriga a concluir que a validação dependa **logicamente** *desses fatores*. Nosso autor acrescenta que:

O simples fato de ser possível detectar um pensamento tendencioso e investigar-lhe as origens mostra que não está necessariamente perdida a causa de explicações objetivas em história. Com efeito, a asserção de que a história revela tendências pressupõe a existência de uma diferença entre pensamentos tendenciosos e pensamentos não tendenciosos, e a possibilidade de se detectar essa tendência [...] (NAGEL, 1984, p. 465).

MICHEL DE CERTEAU

O filósofo e historiador Michel de Certeau (1925 – 1986), desde uma perspectiva teórica diferente, observa que, em épocas de sociedades estáveis, privilegia-se as continuidades como princípio de inteligibilidade histórica, enquanto que, em épocas revolucionárias, privilegiam as rupturas da ação como igual princípio; que, em alguns períodos (e tipos de sociedade), enfatiza-se o acontecimento, enquanto que, em outros, enfatiza-se a série; e que, em certos momentos, dá-se mais importância ao modelo socioeconômico e, em outros, à biografia; etc. (CERTEAU, 1982, p. 58).

Deduz-se dessas ponderações que o historicismo, mesmo na sua forma mais modesta, não constitui uma dificuldade intransponível para a objetividade histórica. A convicção de que “os pensamentos, crenças e valores humanos aparecem como historicamente condicionados e limitados”, como diz Stern, ou bem se refere à origem dos pensamentos, as crenças e os valores, constituindo pouco mais do que uma obviedade, ou bem se refere à sua validação, em cujo caso a tese historicista não encerra uma **prova** de que os critérios de validade do conhecimento **devam** mudar com as épocas (embora isso **possa** ocorrer).

Com relação à segunda questão proposta, vale dizer, se a História deve ser forçosamente reinterpretada em cada época ou si-

tuação nova, parece mais prudente dizer que ela **pode** ser reinterpretada. Paul Veyne lembra que qualquer assunto histórico é uma totalidade complexa, impossível de ser esgotada por uma pesquisa. O historiador sempre seleciona, de modo que não há nada de extraordinário em que surjam diferentes visões do passado, até com “mesmo” assunto: trata-se de seleções diferentes, de **objetos de estudo** diferentes.

Mais explícito ainda com relação a essa dificuldade é Charles Frankel. Como corolário da sua explicação das diferenças de interpretação em função das “consequências terminais”, já comentada, ele escreve:

[E]mbora seja óbvio que historiadores de diferentes habitats sociais encararão de diferentes perspectivas o curso dos eventos, não se segue que o passado, ou as nossas crenças acerca do passado, tenham que ser necessariamente recriadas em cada geração. Surgem, por vezes, provas novas acerca daquilo que aconteceu, ou surgem teorias novas, e mais dignas de crédito, acerca da natureza humana ou da estrutura social. Quando isso acontece, os historiadores de eras posteriores re-escrevem de facto as histórias dos seus predecessores: estão em desacordo em quanto aos factos. Mas quando os historiadores de uma era posterior escrevem história em função de consequências terminais que são diferentes daquelas que interessavam aos seus predecessores, nesse caso eles não reescrevem a história, escrevem uma outra história [...] (FRANKEL, 1984, p. 518).

Por sua vez, W. H. Walsh observa que todo relato histórico depende não só do assunto tratado e do historiador que o aborda, mas também do “**tipo geral de público**” a que vai dirigido, do que resulta mais uma possibilidade de haver “reinterpretações” da história (WALSH, 1978, p. 170).

Fica claro, de todo modo, que a (fácil) admissão de haver reinterpretações históricas devidas à complexidade do assunto, à diversidade de consequências terminais e a públicos diferentes não nos obriga a transformar tais possibilidades em algo necessário, que converteria a objetividade histórica em uma ilusão.

A terceira questão proposta era a de se, aceitando que pudessem haver perspectivas históricas diversas e igualmente legítimas (como parece ser o caso, conforme a discussão anterior), existiria alguma maneira de integrá-las.

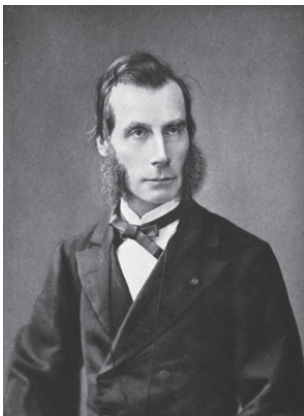
A metáfora espacial da “perspectiva” convida, naturalmente, a imaginar essa integração como uma reunião, uma justaposição ou uma visão de conjunto das diversas interpretações de um mesmo assunto histórico. Como observa Stern:

Teoricamente falando, nenhuma das inumeráveis perspectivas históricas individuais esgota a realidade, e apesar de sua diversidade, não se excluem mutuamente. Pelo contrário, cada uma requer como complemento alguma outra, e todas as perspectivas juntas formam a idéia de uma realidade histórica objetiva, tal como se reflete no sistema ideal do conhecimento histórico. (STERN, 1970, p. 100, grifo do autor).

Reconhece Stern, no entanto, que uma tal integração (“ideal”) de perspectivas é muito difícil, por serem, **na prática**, as diversas perspectivas mais excludentes do que complementares. (Suponhamos: uma interpretação da revolução Francesa afirma que as causas econômicas foram as principais, e uma outra, que não o foram.) O aparente paradoxo entre a natureza teórica das perspectivas e suas possibilidades reais de integração é explicado pelas seguintes colocações de Marrou, lembradas também por Stern:

A imagem [de uma integração] é insuficiente (como toda comparação), porque poderia sugerir que, para obter uma verdade mais completa, bastaria multiplicar essas iluminações parciais para chegar ao resultado total das suas luzes: iluminar-se-ia a Cidade antiga, do lado religioso, com o projetor “Fustel de Coulanges”; depois, o aspecto econômico e social, com o projetor “Marxismo”, e assim por diante. Processo amplamente ilusório: na verdade, é preciso ver que, por uma inclinação quase fatal, toda hipótese explicativa tende a extravasar o domínio para o qual fora concebida (e dentro do qual, desde que tenha sido bem concebida, será válida) e, pouco a pouco, a manifestar uma ambição totalitária, a querer explicar tudo [...]. (MARROU, 1978, p. 155).

Uma explicação diferente da mesma dificuldade nos é oferecida por Paul Veyne. A complexidade de qualquer acontecimento histórico (que já vimos ser invocada para explicar-nos as reinterpretações do passado) não é, sustenta Veyne, a de um objeto físico, pois os acontecimentos “não existem com a consistência de uma guitarra ou de uma terrina”. Isso porque – como tivemos oportunidade de ver ao criticar a noção de “fato” – os acontecimentos que pesquisa o historiador resultam de uma seleção (são “itinerários” que confi-



Numa Denis Fustel de Coulanges (1830 – 1886) foi um historiador francês, conhecido principalmente pelo livro *A Cidade Antiga* (1864), um clássico na matéria, em que interpreta a existência das cidades gregas e romana destacando o papel da religião.

guras uma determinada “intriga”, nas imagens de Veyne), e a impressão de que constituem “objetos” provém da força da linguagem. Ao denominar “Revolução Farrroupilha”, um certo segmento dos eventos do passado, produz-se a impressão de que se trata de um “objeto” que estava “ali” antes de ser “descoberto” pelo historiador, quando na verdade se trata de um recorte feito pela pesquisa.

Se os eventos ou acontecimentos não existem à maneira de um objeto, tampouco existem, *por isso mesmo*, à maneira de uma “integração de perspectivas” (uma pirâmide vista de todos os lados possíveis por exemplo), de um “geometral”, na expressão usada por Veyne. (Geometral é um desenho que representa um objeto num plano horizontal e vertical, com suas dimensões relativas exatas, sem considerar a perspectiva.) Ocorre que a seleção operada pelo pesquisador (de onde a “perspectiva”), mais do que se parecer com a adoção de um ângulo de visão sobre um dado objeto, semelha um “itinerário”, e os itinerários não se justapõem, ou não necessariamente, e até se entrecruzam. Em todo caso, segundo Veyne, “um acontecimento não é um ser, mas um cruzamento de itinerários possíveis.”

[U]m acontecimento não é um ser, mas um cruzamento de itinerários possíveis. Consideremos o acontecimento chamado Guerra de 1914, ou antes, situemo-nos com mais precisão: as operações militares e a actividade diplomática; é um itinerário tão bom como qualquer outro. Nós podemos também ver mais largamente e exproiarmo-nos nas zonas vizinhas: as necessidades militares conduziram a uma intervenção do Estado na vida econômica, suscitando problemas políticos e constitucionais, modificando os costumes, multiplicando o número de enfermeiras e de operários e alterando a condição da mulher [...] Eis-nos sobre o itinerário do feminismo, que podemos seguir mais ou menos longe. Alguns itinerários são curtos (a guerra teve pouca influência sobre a evolução da pintura, salvo erro): o mesmo “facto” que é causa profunda para um itinerário dado, será incidente ou pormenor num outro. Todas essas ligações no campo acontecimental são perfeitamente objetivas. Então, qual será o acontecimento chamado Guerra de 1914? – se pergunta Veyne -. Será o que fizeram dele e pela extensão que derem livremente ao conceito de guerra: as operações diplomáticas ou militares, ou uma parte mais ou menos grande dos itinerários que o recortam. (VEYNE, 1983, p. 53).

Vê-se que, por diversas razões, a comparação da objetividade histórica com uma integração de perspectivas parece enganosa, “mais

perigosa do que cômoda”, em palavras de Veyne. Deveremos por isso abandonar a ideia de objetividade histórica entendida como certa superação das visões parciais? Será o caso de reconhecer que o peso da parcialidade invalida a noção mesma de objetividade?

Talvez possamos encontrar uma saída retornando ao autor que nos serviu para introduzir o problema: Karl Mannheim. Para ele, o reconhecimento do caráter perspectivístico de todo conhecimento do mundo humano não implicava em adotar o relativismo, mas o que ele denominou uma concepção “relacional” da objetividade. Essa concepção consiste na convicção de que “cada afirmação somente pode ser formulada relacionalmente” e só pode conduzir a uma posição relativista cética quando se a confronta com um ideal “estático de verdades eternas” (MANNHEIM, 1976, p. 320).

Essa solução – esclarece Mannheim – não implica a renúncia ao postulado da objetividade e à possibilidade de se chegar a decisões nas disputas quanto aos fatos; tampouco envolve a aceitação do ilusionismo de acordo com o qual tudo é aparência e nada pode ser decidido. Implica, isto sim, que essa objetividade e essa competência para se chegar a decisões somente podem ser obtidas por meios indiretos (MANNHEIM, 1976).

Esses “meios indiretos” incluiriam, basicamente, a percepção de que todo conhecimento é perspectivístico, a compreensão de que eventuais divergências derivam da diferença de perspectivas entre os sujeitos cognitivos, e ainda, a tradução do conhecido de uma perspectiva em termos de outra (para o qual se requer um “denominador comum”, uma “fórmula de tradução”).

Adverte Mannheim:

É natural que a esta altura devêssemos indagar qual dos vários pontos de vista é o melhor. E também para isso há um critério. Como no caso da perspectiva visual, onde certas posições tinham a vantagem de revelar as dimensões decisivas do objeto, também aqui se dá preeminência à perspectiva que permite maior amplitude e maior fecundidade no lidar com os materiais empíricos. (MANNHEIM, 1976: 321)

Essa perspectiva privilegiada é, para Mannheim, a dos intelectuais, no caso, os historiadores. Ela é mais propícia à objetividade que a do leigo. Isso porque os intelectuais estão menos presos aos condicionamentos de classe social, *devido à heterogeneidade social das suas origens*. Os intelectuais confrontam-se com colegas de outra origem social, tendo como base comum a educação que, por um lado, lhes fornece alguns critérios consensuais e, por outro, ajuda-lhes a compreender as suas diferenças.

Por isso, eles podem, em princípio ao menos, ser objetivos, ou mais objetivos que quem está simplesmente ligado à perspectiva da sua classe social.

Isso significa tanto como dizer que, no caso dos eventos históricos, é a visão dos intelectuais, e mais propriamente a dos historiadores, a que pode ser “relacionalmente objetiva”. Ora, visto que a dificuldade consiste em haver, precisamente dentro da História profissional, deferentes “perspectivas”, subsiste a questão relativa ao tipo de historiador que poderia ser mais objetivo. Isso nos conduz à terceira possibilidade de entender a perspectiva, desta vez como perspectiva **social**.

5.3 OBJETIVIDADE E PONTO DE VISTA DE CLASSE

Assim como o historiador não pode deixar de ter uma determinada situação temporal, ele é membro de uma sociedade concreta e, mais particularmente, de uma classe social. As consequências dessa vinculação para a objetividade da pesquisa histórica têm sido exploradas com especial ênfase, compreensivelmente, pelos autores marxistas. Estes não aceitam a tese de Mannheim relativa à maior objetividade dos intelectuais, como grupo profissional. **Os marxistas observam que a heterogeneidade que Mannheim atribui a esse grupo não é tão grande assim**, porque, na maioria dos casos, os historiadores provêm de uma mesma classe social (a pequena ou média burguesia), o que limita sua possibilidade de

Mannheim cunhou, para designar essa posição, a expressão *freischwebende Intelligenz*, “intelectualidade socialmente desvinculada”, numa tradução livre. Ou seja: uma intelectualidade (ou “*intelligentsia*”, como se designa às vezes os intelectuais) que estaria, de algum modo, “acima” do conflito de perspectivas dos leigos, particularmente dos políticos.

Isso foi mostrado por Novick a propósito do consenso dos historiadores norte-americanos ao final do século XIX, em seu livro *That Noble Dream* (Esse nobre sonho).

se confrontarem com perspectivas sociais diferentes e reforça seus *preconceitos comuns*.

Em seu livro *História e Verdade*, que já citei anteriormente, o filósofo marxista Adam Schaff, após apresentar várias análises das causas econômicas da Revolução Francesa, mostra a maneira como os historiadores podem discordar, não apenas ao explicar ou interpretar, mas já ao descrever um episódio histórico. Tais discordâncias (que podem chegar à incompatibilidade) são notáveis em autores que, como diz Schaff, “potencialmente, dispõem das mesmas fontes e, subjetivamente, aspiram à verdade, e só à verdade, crendo mesmo tê-la descoberto” (SCHAFF, 1983, p. 59).

Se as divergências levantam, obviamente, a questão da possibilidade da objetividade na História, exigem ao mesmo tempo um esclarecimento das suas causas. Se pressupomos que os historiadores que discordam ao descrever ou interpretar um fato são honestos e experientes, a raiz das diferenças apontadas só pode encontrar-se, para Schaff, na respectiva formação social, que condiciona tanto a percepção quanto a descrição dos fatos, tanto sua avaliação quanto a sua interpretação.

Para entender esse enraizamento social do saber histórico, evitando ao mesmo tempo um relativismo total, devemos, sempre conforme Schaff, identificar o conhecimento com uma **atividade** (e não uma contemplação da realidade) cujo resultado não depende apenas das intenções e habilidades do sujeito individual, mas também das características do grupo a que pertence (SCHAFF, 1983, p. 71).

O sujeito que conhece “fotografa” a realidade com a ajuda de um mecanismo específico, socialmente produzido, que dirige a “objetiva” do aparelho. Além disso, “transforma” as informações obtidas segundo o código complicado das determinações sociais que penetram no seu psiquismo mediante a língua em que pensa, pela mediação de sua situação de classe e dos interesses de grupo que a ela se ligam, pela mediação das suas motivações conscientes e subconscientes e, sobretudo, pela mediação da sua prática social sem a qual o conhecimento é uma ficção especulativa. (STERN, 1983, p. 82).

Ao iniciarmos o estudo da objetividade histórica, mencionei os três significados da palavra “objetivo” analisados por Schaff:

como sinônimo de “procedente do objeto”, como equivalente a “universalmente válido” e como denotativo “livre de parcialidade”. Na concepção marxista do conhecimento, a que se filia Schaff, fica definitivamente afastada a possibilidade de que um saber seja **totalmente** objetivo em qualquer um daqueles três significados, mas ao mesmo tempo é rejeitada a conclusão de que assumir a raiz social e prática do conhecimento implique negar toda e qualquer forma de objetividade. Ao contrário, é precisamente o tipo de condicionamento social e de prática social do sujeito o que há de permitir um conhecimento (nesse caso, histórico) mais ou menos objetivo nos três sentidos antes mencionados.

Em primeiro lugar, note-se que a possibilidade de que um historiador não seja parcial ou tendencioso não depende apenas de sua vontade pessoal, porque os fatores ditos “subjetivos” (modo de pensar, atitudes, preconceitos, valores etc.) *têm uma gênese e uma natureza sociais*. Daí o alerta de Lucien Goldmann (1913 – 1970), filósofo marxista francês, ao cientista social (o que vale para o historiador):

Não acreditar que nas ciências humanas as dificuldades da investigação, por serem grandes, sejam, contudo, da mesma ordem que as das ciências físico-químicas, tratando-se apenas da penetração e boa vontade. Permanecer consciente do fato de que, além das *dificuldades comuns às ciências*, enfrentará aqui dificuldades específicas provindas da interferência da luta de classes sobre a consciência dos homens, em geral, e sobre a sua própria, em particular. Interferência que logo de início há de descobrir em toda parte em que possa suspeitar da existência delas. (GOLDMANN, 1984, p. 49, grifo do autor).

Em segundo lugar, também a objetividade entendida como validade universal está socialmente condicionada, porquanto, a rigor, significa sempre **aceitação** mais ou menos ampla de uma afirmação, aceitação que poderá ser obstaculizada pelos preconceitos sociais.

E por fim – e aqui tocamos no essencial –, a objetividade entendida como captação do que “provém do objeto” **depende muito especificamente da inserção social do pesquisador e da sua prática social** (ou seja, da maneira como ele se engaja ou não nos movimentos e nas lutas sociais e políticas). De acordo com a teoria marxista, são as classes ascendentes ou revolucionárias (as que querem mudar radicalmente a sociedade), aquelas que têm, em princípio,

Os preconceitos não se parecem tanto a óculos como a deformações do aparelho visual, comenta um outro autor marxista, Michel Lowy, ao criticar a confiança dos positivistas em excluí-los conscientemente (LOWY, 1985, p. 13).

a possibilidade de ser mais lúcidas com relação ao mundo social, devido a seu interesse em transformá-lo. Essa lucidez inclui compreender as outras visões da sociedade como fenômenos sociais e compreender as suas limitações e ilusões. Aplicada à História, essa tese significa que o historiador pertencente a (ou colocado na posição de) uma classe revolucionária tem a possibilidade de ser mais objetivo. “Mais objetivo” porque, sendo o conhecimento essencialmente um **processo**, esse adjetivo (“objetivo”) só pode expressar uma **comparação**. Além do mais, porque, embora o historiador colocado na posição da classe revolucionária tenha a melhor chance de ser objetivo, isso não exclui que alcancem algum grau de objetividade afirmações de membros de outras classes sociais.

Durante o século XIX e boa parte do século XX, teve-se a convicção de que a classe revolucionária era o proletariado. Como, para os autores marxistas, a sua teoria da sociedade e da história era a que correspondia a essa classe, o historiador marxista era quem, de preferência aos colegas de outras perspectivas (profissionais e, sobretudo, sociais), tinha a oportunidade de ser mais objetivo. Além do mais, ao ser o proletariado a última e a mais universal classe revolucionária, destinada a acabar com os conflitos de classe e a instaurar uma sociedade comunista, a sua possibilidade de atingir a objetividade era vista como peculiar, superior à das outras classes revolucionárias do passado. Escreve Michel Lowy:

Nesse sentido, a ciência proletária é uma forma de transição para a ciência comunista, a ciência da sociedade sem classes, que poderá atingir um grau muito maior de objetividade, porque o conhecimento da sociedade deixará de ser a entrada em jogo de uma luta política e social. As limitações que existem no ponto de vista do proletariado, no marxismo, só se tornarão visíveis nesse momento; toda tentativa para “ultrapassá-lo” antes desse período, antes do advento da sociedade comunista mundial, não poderão ser senão recaídas, retrocessos, para o ponto de vista de outras classes mais limitadas que o proletariado [...] (LOWY, 1985, p. 33).

Essas linhas de Lowy foram escritas na década de 70 do século passado. Desde então, o panorama político e teórico do Marxismo mudou com a dissolução da União Soviética e a crise de confiança na teoria marxista.

A tese da maior possibilidade de objetividade por parte de classes ou setores sociais que reivindicam mudança foi, todavia, adotada por outros pensadores. Tal é o caso, principalmente, das filósofas e historiadoras feministas, algumas das quais sustentam que as mulheres que percebem a sua ancestral marginalização social e cultural têm mais condições para captar objetivamente os eventos históricos do que os homens.

Escreve a socióloga e filósofa contemporânea *Sandra Harding*:

[Este] ponto de vista argumenta que a posição dominante dos homens na vida social resulta em compreensões parciais e perversas [dessa vida], ao passo que a posição de submissão das mulheres fornece a possibilidade de uma compreensão mais completa e menos perversa. O feminismo e o movimento das mulheres fornecem a teoria e a motivação para a pesquisa e a luta política que pode transformar a perspectiva das mulheres em uma “posição” (*standpoint*), uma fundamentação moral e cientificamente preferível da natureza e da vida social [...]” (HARDING, 1993, p. 26).

Conforme essa convicção, diversas pesquisadoras feministas produzem narrativas históricas (incluindo, a história da própria Ciência), que retificam a visão tradicional.

Nas páginas anteriores, ao examinar outros sentidos da “perspectiva” do historiador, pareceu ficar estabelecido que admitir a existência de um ponto de vista profissional e de um ponto de vista histórico não impossibilita a objetividade da pesquisa histórica. **O que dizer com relação à pretensão marxista de constituir o ponto de vista privilegiado para alcançar aquela objetividade?**

Devemos distinguir dois aspectos da questão: por uma parte, a afirmação de que a objetividade possível está, em cada caso, condicionada pela posição de classe do pesquisador; por outra, a tese de que pertencer à classe revolucionária e, mais particularmente, ao proletariado, determina um privilégio epistemológico.

Com respeito ao primeiro aspecto, a teoria da “determinação social do conhecimento” (não apenas na versão marxista, mas também na de Mannheim) deve ser analisada com mais sensibilidade que a demonstrada por críticos como Nagel. Lembrando o que foi



Vimos em *Filosofia da Ciência* que a distinção entre o “contexto de descoberta” e o “contexto de validação” de teorias e hipóteses, formulada por primeira vez pelo filósofo Hans Reichenbach, foi muito influente na filosofia da ciência da primeira metade do século XX. A filosofia da ciência da época interessava-se apenas pelo segundo contexto.

registrado a propósito do perspectivismo temporal (a crítica vale também para o social), Nagel, como em geral todos os autores de sua linha, afirma que a filosofia analítica da ciência admite os condicionamentos sociais como relação à **gênese** do conhecimento, mas não com relação à sua **validade**. Ora, a filosofia da ciência mais recente está tornando duvidosa a distinção, outrora considerada nítida, *entre a descoberta e a validação das teorias*, o que **traz, como consequência (embora não a única), uma maior verossimilhança da tese de que certas validações de ideias científicas estejam ligadas à posição social dos pesquisadores**. Por outras palavras, parece igualmente estranho que o historiador queira falar como alguém que está “fora” da história ou como alguém que está “fora” da sociedade, ambas coisas sugeridas, de algum modo, pela defesa de critérios de validação que não seriam atingidos por condicionamentos temporais e sociais.

Já diferente é o valor da tese da (necessariamente) maior objetividade (de princípio) das classes revolucionárias, especialmente o proletariado. Evidentemente, o Marxismo faz aqui franco uso da ideia de que, do ponto de vista psicológico, pessoas com um forte interesse em mudar uma situação são por isso mais lúcidas com relação a ela. Digamos que lhes prestam mais atenção, que percebem melhor seus detalhes, que se perguntam pelos aspectos não percebidos da situação que explicariam o que se percebe etc. Tudo isso é completamente plausível. Entretanto, é impossível descartar que o interesse (no caso, de transformar) possa igualmente diminuir a perspicácia. Ou acaso não existem pessoas que cometem loucuras arrastadas por um forte interesse? Reciprocamente, tampouco pode ser negada a possibilidade de que pessoas que se empenham em conservar algo sejam por isso mais conscientes da sua natureza. O avaro acaso não chega a ter um conhecimento maniacamente preciso de suas posses? O que quero significar é que o interesse revolucionário não parece suficiente garantia de melhor compreensão **científica** de uma dada realidade (embora possa constituir, em certos casos, uma melhor compreensão **estratégica** da situação, para fins da ação), nem sequer com as ressalvas feitas pelos próprios marxistas no sentido de não excluir certa objetividade nas classes não revolucionárias.

LEITURAS RECOMENDADAS

As críticas de Nagel ao relativismo histórico podem ser lidas em seu artigo *Alguns Problemas da Lógica da Análise Histórica*. Para a questão de como integrar com diversas perspectivas históricas, ver o capítulo 7 (*A Explicação e seus Limites*) do livro, de Marrou, *Sobre o Conhecimento Histórico*, e o capítulo III (*Nem Factos nem Geometral, somente Intrigas*), do livro, de Veyne, *Como se Escreve a História*. Para as ideias de Mannheim sobre o condicionamento social do conhecimento, ver a IV parte (*A Sociologia do Conhecimento*) do livro *Ideologia e Utopia*, e o ponto 4 da III parte (*O Problema Sociológico da “intelligentsia”*). A tese marxista da superioridade do ponto de vista da classe revolucionária está bem exposta no livrinho de Lucien Goldmann, *Ciências Humanas e Filosofia*. Recomendo também o capítulo III da II parte do livro *História e Verdade*, de Schaff, intitulado *O Caráter de Classe do Conhecimento Histórico*.

REFLITA SOBRE

1. A importância de que a História venha a ter um paradigma
2. O sentido do relativismo histórico
3. A possibilidade de compatibilizar explicações históricas divergentes
4. A questão do condicionamento social da pesquisa histórica

■ CAPÍTULO 6 ■

OBJETIVIDADE HISTÓRICA E VERDADE

Neste capítulo final, consideraremos a relação entre a obtenção de um conhecimento histórico objetivo, no sentido de universalmente aceito, e a possibilidade de considerá-lo como verdadeiro, levando em conta duas noções filosóficas da verdade. Veremos também alguns motivos de ceticismo quanto à verdade da História.

6.1 UNIVERSALIDADE E VERDADE

Mencionei ao início deste livro-texto que existe hoje em dia uma sorte de ceticismo generalizado a propósito da possibilidade de haver uma História objetiva. A análise de diversos aspectos da questão da objetividade histórica, nos capítulos precedentes, mostra que esse ceticismo não tem suficiente fundamento teórico, embora não lhe faltem, provavelmente, motivações existenciais e sociais, às quais ainda voltaremos.

Não parece haver razão para considerar impossíveis afirmações históricas objetivas no sentido de **universalmente aceitas**. O reconhecimento da participação da personalidade do historiador na obtenção de conclusões, a existência de modelos profissionais de pesquisa e até os condicionamentos histórico-sociais dela não chegam a transformar em algo arbitrário as afirmações históricas. É claro que a “universalidade” das afirmações historicamente válidas não é literal (e boa parte das discussões sobre a objetividade histórica são provocadas porque isso não é advertido). Ela significa que as afirmações históricas rigorosas são aceitas por aqueles que aceitam também as pressuposições (teóricas, técnicas, socioculturais) a partir das quais aquelas afirmações são formuladas. Por exemplo, aceitar que a classe burguesa foi a protagonista da Revolução Francesa, ou que a abolição da escravatura no Brasil respondeu aos interesses do sistema capitalista naquele momento, implica em aceitar a teoria que se utiliza para fazer essa leitura do passado e as técnicas com que se escolheram e interpretaram os dados. Essas pressuposições são sempre racionalmente discutíveis.

Ora, poderia ser de outro modo? As afirmações consideradas como objetivas da física ou da matemática, acaso têm uma objetividade diferente? Que o discurso científico é limitado e que cada disciplina é um discurso ainda mais limitado sobre a realidade são coisas que a filosofia da ciência do século XX realçou cada vez mais. Tão somente à luz de um **realismo ingênuo**, ou de um Positivismo como o do século XIX, confiante em trabalhar com “fatos puros”, podem as afirmações científicas aspirar a uma universalidade absoluta.

Mesmo admitindo-se certo paralelo entre a objetividade da História e a objetividade das Ciências, subsiste uma diferença no que diz respeito ao que o historiador e o cientista podem enfocar, respectivamente, como objeto de estudo, e a propósito do qual esperam alcançar, em alguma medida, conclusões verdadeiras.

A História é, nesse sentido, mais rica, mais complexa, mais difícil de conduzir a resultados tão concordantes que sejam aceitos por todos os historiadores. Apesar de não ser isso um motivo para o ceticismo, Marrou acha necessário apontar para esse problema.

Como o número de questões que é possível apresentar a um mesmo setor da experiência do passado é tão grande (sobretudo se o compararmos com o questionário limitado do físico ou do químico) que pode passar praticamente por infinito, como tais questões são de uma natureza tão sutil que os conceitos por médio dos quais se formulará a sua solução são ao mesmo tempo muito mais numerosos e menos fáceis de definir do que, por exemplo, os do matemático, torna-se muito mais difícil encontrar sem esforço dois historiadores que, em presença do mesmo objeto, se disponham a sistematizá-lo em função dos mesmos processos operatórios e, “construindo os fatos da mesma forma”, elaborem o mesmo conhecimento [...] (MARROU, 1978, p. 181).

Junto com a universalidade, fica aberta a possibilidade de que as afirmações históricas sejam objetivas no sentido de “adequadas ao objeto” e, **assim, verdadeiras** (e não apenas convenientes, persuasivas, empolgantes etc.). Em geral, os historiadores admitem a noção de **verdade como adequação ou correspondência** das nossas ideias (e formulações) com os fatos, a noção de verdade do senso

REALISMO INGÊNUO

Lembre que “realismo ingênuo” é a denominação que se dá, na Teoria do Conhecimento, à convicção de que nosso conhecimento reflete fielmente a realidade, que as coisas são exatamente como as vemos. Trata-se de uma posição ingênua por não ser consciente dos problemas da visão espontânea do mundo (por exemplo, as estrelas são, na verdade, muitíssimo maiores de como as vemos), e dos condicionamentos do nosso conhecimento pela linguagem, pelos preconceitos etc.

comum, enunciada já por Aristóteles. Essa definição é problemática, como você estudou na disciplina Teoria do Conhecimento, e não podia ser diferente no caso da sua utilização na História.

O filósofo W. H. Walsh (WALSH, 1978, p. 71-90) confronta essa noção com outra também clássica, a da verdade como coerência das ideias entre si, e faz ver que a primeira, pela ênfase às vezes excessiva no papel das evidências como suporte da verdade histórica, corre o risco de esquecer que toda evidência é interpretada. Ou seja que, quando tomamos um texto ou um objeto como evidência de um determinado evento, não estamos confrontando simplesmente nossa mente com um passado que estaria mostrando-se a nós nesses elementos, mas reconstruindo mentalmente o passado. Quando se reconhece isso, as afirmações históricas parecem dever a força da sua eventual verdade à sua **coerência** com outras afirmações já formuladas (e as ideias que elas expressam), em vez de serem verdadeiras por “concordarem” com o passado. Desse modo, pareceria que a teoria da verdade como coerência fosse a que melhor se adapta aos discurso histórico. No entanto, essa teoria tampouco está isenta de dificuldades, continua Walsh, na medida em que, embora tenha o mérito de rejeitar a existência de fatos puros, sem interpretar, ela se arrisca a deixar “toda a estrutura das convicções históricas no ar”, ou seja, a reduzir o discurso histórico a um sistema que se valida a si mesmo. Por outras palavras: uma afirmação histórica depende de outra ou outras já aceitas, que, por sua vez, dependem de outras etc., como em uma infinita “teia” ou rede que poderia não ter nada a ver com o passado.

Walsh defende que, caso se suprima a existência de uma realidade independente (o passado), de um elemento “dado” à consciência histórica, o saber histórico não é defensável como **saber** (à diferença, digamos, da fantasia). Um romance histórico, para ser verossímil, deve guardar coerência interna como relato e até certa compatibilidade com dados históricos (por exemplo, que os Estados Unidos proclamaram sua independência em 1776, para um romance situado naquela época), porém, como relato, não “corresponde” ao passado. Ora, esse elemento dado ou independente não pode ser **provado** nem **deduzido**, em sentido próprio, pelo historiador, argumenta Walsh. Digamos que opera como um postulado

para que o saber histórico *tenha sentido como tal*. Supomos que existiu tal pessoa, grupo de pessoas, evento etc., tal como hoje nós existimos. Por esse motivo, é necessário admitir que validamos as evidências pela sua coerência com outras evidências (por exemplo, um documento que se refere a um outro), e não por compararmos as evidências com a realidade do passado. No entanto, por havermos admitido o postulado da existência real do passado, a avaliação e reavaliação das evidências não é um puro jogo imamente, mas algo que vem ditado pela convicção de estarmos ou não atingindo um passado que não é mera criação nossa. Vale dizer, em conclusão, que Walsh acha prudente combinar as duas teorias da verdade (por correspondência e por coerência) para compreender a atividade do historiador. Em todo caso, não basta a teoria da verdade como coerência para justificar o discurso do historiador.

Um postulado é uma afirmação que não se quer ou não se pode demonstrar, tomada como ponto de partida da construção de uma argumentação científica, à qual ela dá sentido ou fundamento.

As colocações precedentes convidam a outra consideração. Precisamente por ser a realidade histórica, como realidade independente do historiador, algo postulado e não experimentado, é evidente que a objetividade não esgota a questão da verdade histórica.

Na prática, isso significa que afirmações por enquanto não universais ou universalmente aceitas, não são, **por essa razão**, forçosamente falsas. Reciprocamente, é claro, afirmações “objetivas”, porque aceitas por todos, não são necessariamente verdadeiras. Pode tratar-se de um engano coletivo.

A postulação da realidade histórica como algo independente e a rejeição da verdade histórica como pura coerência dos enunciados tem ainda outras consequências. Elas nos defendem contra a tendência de toda teoria acerca da interpretação histórica a se absolutizar. (Teorias convincentes tornam-se difíceis de questionar.) Protegem-nos também da sedução das filosofias especulativas da história, ou seja, das doutrinas que pretendem haver decifrado o “sentido” da história. Essas doutrinas, ao mesmo tempo em que nos oferecem a perspectiva de um consolo ou uma justificação para a vida, encerram uma dose de ameaça à liberdade intelectual e política. Foi o que Popper criticou como perigos da submissão às “leis da História”. Por último, mas nem por isso menos importante,

Vale a pena lembrar o romance 1984 de George Orwell (1903 – 1950), onde um Ministério da Verdade reescrevia constantemente o passado, definindo o que se devia considerar verdadeiro a seu respeito. Algo análogo ocorreu na União Soviética.

a admissão da realidade histórica independente é uma proteção contra a História pragmática (a História escrita para servir uma causa) e todas as formas, francas ou sutis, de “*História oficial*”.

Cabe ainda uma observação sobre a noção de verdade histórica. Vimos que não todos os autores reconhecem o caráter de ciência, atual ou possível, para a História, havendo os que a consideram como um saber que, embora rigoroso, parece-se mais com um ofício. Nesse caso, as verdades a que aspira chegar o historiador podem, eventualmente, não serem verdades que *todo* historiador reconheça como tais, e também pode haver verdades não acessíveis a um determinado historiador. É essa a posição de Marrou (1978, 183-184), que escreve:

[O] esforço dos positivistas no sentido de alcançar um conhecimento válido para todos, se tivesse sido seguido, teria conduzido a uma mutilação da história, a fazê-la perder a sua riqueza humana, a sua profundidade, pois teria sido preciso limitar a sua verdade a esse magro fator comum entre todas as perspectivas diversas (alguns “fatos” elementares, reduzidos aos seus componentes objetiváveis, despojados de seu valor e sentido. Para nós, em compensação, o dever que se impõe ao historiador não é o de limitar-se àquilo que está certo de que qualquer um veria como ele, mas em compreender tudo aquilo que, pessoalmente, é capaz de alcançar [...])

E acrescenta: “[...] existem aspectos do passado que, por ser eu e não um outro, não sou capaz de perceber nem de compreender” (MARROU, 1978, p. 183-184).

6.2 MOTIVOS DA DESCONFIANÇA NA VERDADE HISTÓRICA

Procuramos agora identificar algumas causas ou motivos da desconfiança com relação à objetividade histórica, como indicadora da verdade. Frank Cunneen diz que, algumas vezes, ela se dá “simplesmente porque faz parte da sabedoria convencional”, uma observação sobre cuja importância pretendo ainda voltar. Outros negam a objetividade, segundo esse autor, porque isso lhes fornece um pretexto para evitar o “trabalho muito difícil” de

avaliar as teorias em que se fundamenta a pesquisa. Já em outros casos, o ceticismo resulta de constatar que obras que se pretendem rigorosas, fazendo questão de ostentar sua “objetividade”, produzem resultados que se revelam como racionalizações de posições que o autor já tinha sobre o assunto antes de pesquisar (ver CUNNINGHAM, 1973, capítulo VII).

Por sua vez, o historiador Oscar Handlin faz remontar o problema da desconfiança ante a objetividade histórica a certa perda de distinção entre “fato” e “interpretação”. Frisando a importância do princípio do respeito aos fatos na origem da História científica, Handlin atribui a certo descuido desse princípio por parte dos historiadores a atitude antiobjetivista.

Os historiadores da década de 1970, e cada vez mais outros cientistas, consideraram o fato em si mesmo maleável. À medida que desaparecia a distinção entre fato e interpretação, tudo se tornava ficção – uma combinação de fato e ficção. A aceitação passiva deste gênero ilegítimo – pois o que quer que se misture à ficção deixa de ser fato – revelou a erosão do comprometimento acadêmico. Com frequência cada vez maior, os elementos factuais foram instrumentados para o propósito a que o autor-manipulador desejava que servisse. Seguiu-se que diferentes autores, dirigindo-se a diferentes leitores, com diferentes propósitos, poderiam ajeitar seus materiais segundo a conveniência. No fim, a primazia do fato se esvaiu, e só restaram a autoridade do autor, a receptividade da platéia e o propósito pretendido. (HANDLIN, 1982, p. 370).

Handlin explora essa atitude nos historiadores desde o século XIX até as primeiras décadas do século XX, quando teria se produzido um aumento considerável da pressão política sobre a visão histórica, com relação *à pressão já existente em épocas anteriores*. Handlin lembra como produtos típicos (e os mais negativos) dessa pressão as manipulações stalinista e nazista da história. Os fatores políticos não teriam sido, todavia, os únicos responsáveis pela falta de confiança na objetividade, para ele. Nos estados não totalitários, certa combinação de liberalismo intelectual com o espírito capitalista teria configurado uma outra causa a considerar.

Convém lembrar que a História sempre foi solicitada para justificar posições políticas e que sempre teve um papel importante na educação.

[A] partir do momento em que o que era vendável virou notícia, a preocupação principal foi a de atrair a atenção; a precisão factual recuou para um pano de fundo remoto. E uma sociedade afluyente e emergente

também confundiu a permissividade flácida com a tolerância [...] (HANDLIN, 1982, p. 371).

Parte da responsabilidade pelo menosprezo da objetividade teria cabido também, segundo Handlin, à tentativa de escrever a História de e para certos grupos particulares (os negros, as mulheres...), manipulando os materiais de acordo com o respectivo propósito.

Àquelas causas em grande medida externas ao âmbito profissional, nosso autor acrescenta outras internas a ele. Assim, acha que uma exagerada preocupação com a tendenciosidade levou muitos historiadores, do reconhecimento da dificuldade de serem cabalmente objetivos, à conclusão de que nada podia ser feito para diminuir a subjetividade das conclusões. Um fator adicional de relativismo profissional teria sido a especialização, pois “cada área criava seus próprios critérios e reivindicava imunidade em relação às críticas de estranhos.” Não menos influente foi, no seu entender, a crescente dependência dos pesquisadores com relação às fontes externas de financiamento, levando-os a antepor a utilidade à verdade na seleção e na defesa dos temas pesquisados. Handlin conclui que esse utilitarismo conduziu, mesmo a propósito de ideais nobres (como o da preservação da paz), a descuidar o valor da objetividade.

A essas considerações podemos acrescentar a observação de Michael Polanyi de que a busca de conhecimentos objetivos e, nessa medida, verdadeiros, tem como condição a existência de um meio sociocultural que acredite neles (ver POLANYI, 1983, capítulo 7). Essa condição não é para ele puramente externa, como se – digamos – a sua ausência meramente dificultasse a prática de obtenção de um saber que se pretende objetivo. A condição mencionada é para Polanyi um requisito inerente à possibilidade de um tal saber: a específica aceitabilidade em que consiste a objetividade da Ciência depende daquele estímulo social, se alimenta dele, faz sentido a partir dele.

A tese de Polanyi nos permite retornar à primeira observação de Cunningham acerca da atual falta de confiança na objetividade da pesquisa de fenômenos humanos, aqui os históricos. Afirma ele que às vezes essa falta de confiança corresponde a certa “sabedoria convencional”, um lugar comum, para dizê-lo de outra maneira.

Precisamente isso é o que parece que identificamos nas declarações cada vez mais frequentes de que “não há História objetiva”. Está se tornando um lugar comum, a que se procura apelar rapidamente, no temor de estar, em caso contrário, defendendo algo absurdo. Criticando essa posição (ao mesmo tempo em que critica a prática hodierna dos historiadores) essa posição, diz o historiador Antoine Post:

À força de repetir, por toda parte nas gazetas, que não há verdade na história, mas somente interpretações subjetivas e relativas, o público vai acabar acreditando nesse postulado. Então, por que motivo prestaria atenção ao que afirmam os historiadores? A força e a importância social da história devem-se ao fato de que ela se apóia em verdades comprovadas e detém um saber a respeito da sociedade sobre si mesma. Essa posição já se encontra ameaçada não só pelo abandono dos assuntos relevantes por parte da coletividade que remunera os historiadores, mas também pela atitude destes ao limitarem seu estudo ao que suscita interesse dentro da corporação; se, além disso, os historiadores perderam a esperança de descobrir a verdade, como poderão justificar o ensino obrigatório da sua disciplina? (POST, 2008, p. 256).

Essa posição cética é teoricamente cômoda: como todo lugar comum, exime-nos de pensar. Ao mesmo tempo, ela é, na prática (especialmente, na política), estratégia e até oportunista: permite abster-se da necessidade de convencer os demais da própria visão histórica, passando a buscar os meios de impô-la. Alternativamente, a negação da objetividade parece justificar a defesa da própria interpretação dos eventos passados (se todas as visões são relativas ou “subjetivas”, por que não hei de poder ficar com a minha?).

Em todo caso, valeria a pena pesquisar as causas profundas (psíquicas, sociais, culturais) do crescente predomínio de uma mentalidade relativista em História. O que encerra um problema: as pesquisas devem ser, em algum sentido, objetivas...

LEITURAS RECOMENDADAS

Veja o capítulo 4 (*Verdade e Fato na História*) do livro, de Walsh, *Introdução à Filosofia da História*, sobre as teorias da correspondência e da coerência da verdade aplicadas à História. Recomendo também o capítulo 9 (*A Verdade da História*) do livro *Sobre o Co-*

nhecimento Histórico, de H. I. Marrou. Ver *A Sociedade Democrática e seus Inimigos* para a crítica de Popper às supostas leis da História e suas consequências políticas. Ver o capítulo final do livro, de Handlin, *História e Verdade* para sua defesa do valor dessa noção. O capítulo, também final (*Verdade e Função Social da História*), do livro *Doze Lições sobre a História*, de Antoine Post, traz uma boa exposição da maneira como se projeta socialmente a convicção da verdade histórica.

REFLITA SOBRE

1. As noções de verdade como correspondência e verdade como coerência aplicadas à História
2. A inexistência de um vínculo necessário entre objetividade (ou falta de objetividade) e verdade
3. As origens do ceticismo quanto à verdade da História nas práticas dos próprios historiadores
4. As consequências sociais da falta de confiança na verdade histórica

REFERÊNCIAS

- ARON, R. *Introducción a la filosofía de la historia*. Buenos Aires: Ed. Siglo Veinte, 1983. Tradução de: *Introduction à la philosophie de l'histoire*, 1938.
- BERLIN, I. Determinismo, Relativismo e Juízos Históricos (1954). In: GARDINER, P. *Teorias da história*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. p. 390-402.
- BLOCH, M. *Introdução à história*. Lisboa: Ed. Europa-América, 1980. Tradução de: *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*, 1941.
- BUNGE, M. *Treatise on Basic Philosophy*. Dordrecht: D. Reidel, 1985. 7 v.
- BURKE, P. *A revolução francesa da historiografia: A escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Unesp, 1991.
- _____. São Paulo: UNESP, 1991. Tradução de: *The french historical revolution: The Annales School 1929-1989*, 1990.
- _____. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. Tradução de: *New perspectives in historical writing*, 1991.
- _____. *História e teoria social*. São Paulo: Unesp, 2002.
- CARDOSO, C. F. S. *Uma introdução à história*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1983.

- CARR, E. H. *Que é história?* 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Tradução de: *What is history*, 1961.
- CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Tradução de: *L'écriture de l'histoire*, 1975.
- CUNNINGHAM, F. In defense of objectivity. *Philosophy of the Social Sciences* 10, 1980. p. 417-426.
- CUPANI, A. *Filosofia da Ciência*. Livro-texto do Curso de Licenciatura em Filosofia à Distância. Florianópolis: FILOSOFIA/EAD/UFSC, 2009.
- DRAY, W. *Filosofia da história*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. Tradução de: *Philosophy of History*, 1964.
- _____. “Explicando o quê» em história”. In: GARDINER, P. *Teorias da história*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- FEBVRE, L. *Combates pela história*. Lisboa: Presença, 1985. Tradução de: *Combats pour l'histoire*, 1953.
- FRANKEL, C. Explicação e Interpretação em História (1957). In: GARDINER, P. *Teorias da história*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 501-525.
- FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- FURET, F. O Quantitativo em história (1971). In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- GALLIE, W. B. Explicações em história e nas ciências genéticas (orig. 1955). In: GARDINER, P. *Teorias da história*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- GARDINER, P. *Teorias da história*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. Tradução de: *Theories of history*, 1959.
- GLÉNISSON, J. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- GOLDMANN, L. *Ciências humanas e filosofia*. São Paulo: Difel, 1984. Tradução de: *Sciences humaines et philosophie*, 1952.

- GOLDSTEIN, L. J. Towards a logic of historical constitution. In: COHEN, R. S.; WARTOFSKI, M. W. Wartofski (Eds.) *Epistemology, methodology and the social sciences*. Dordrecht/London: D Reidel, 1983, p. 19-52.
- HANDLIN, O. *A verdade na história*. São Paulo: Martins Fontes/Ed. Universidade de Brasília, 1982. Tradução de: *Truth in history*, 1979.
- HARDING, S. *The science question in feminism* (orig. 1986). Ithaca and London: Cornell University Press, 1993.
- HEMPEL, C. A função das leis gerais em história. In: GARDINER, P. *Teorias da história*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- HOLLINGER, D. T. S. Kuhn's theory of science and its implications for history (1971). In: GUTTING, G. *Paradigms & revolutions*. Notre Dame/London: University of Notre Dame Press, 1980, p. 195-222.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978. Tradução de: *The structure of scientific revolutions*, 1970).
- LANGLOIS, C. V.; SEIGNOBOS, C. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença, 1946. Tradução de: *Introduction aux études historiques*.
- LE GOFF, J.; NORA, P. (Org.). *História: novos problemas. Novas Abordagens. Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. 3 v.
- LLOYD, C. *As estruturas da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. Tradução de: *The structures of history*, 1993.
- LOWY, M. *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Tradução de: *Méthode dialectique et théorie politique*, 1975.
- MANNHEIM, K. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. Tradução de: *Ideology and utopia. An introduction to the sociology of knowledge*, 1929.

- MARROU, H. I. *Sobre o conhecimento histórico*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. Tradução de: *De la connaissance historique*, 1954.
- MUNSLOW, A. *Deconstructing History*. London/New York: Routledge, 1997.
- _____. *Desconstruindo a História*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- NAGEL, E. *La Estructura de la Ciencia*. Buenos Aires: Paidós, 1978. Tradução de: *The structure of science*, 1960.
- _____. Alguns problemas da lógica da análise histórica. In: GARDINER, P. *Teorias da história*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 456-472.
- NIETZSCHE, F. *Da utilidade e desvantagem da história para a vida*. São Paulo: Ed. Abril, 1983. (Volume *Nietzsche*, coleção *Os Pensadores*).
- NOVICK, P. *That noble dream*. The “objectivity question” and the american historical profession. New York: Cambridge University Press, 2005 (orig. 1998).
- ORTEGA Y GASSET, J. *História como sistema: Mirabeau ou o Político*. Brasília: UnB, 1982. Tradução de: *Historia como sistema*, 1941.
- POLANYI, M. *Personal knowledge: towards a post-critical Philosophy*. London/Melbourne: Routledge & Kegan Paul, 1983 (orig. 1958).
- POPPER, K. *A sociedade democrática e seus inimigos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1959. Tradução de: *The open society and its enemies*, 1945.
- _____. *A miséria do historicismo*. São Paulo: Cultrix, 1980. Tradução de: *The poverty of historism*, 1957.
- POST, A. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. Tradução de: *Douze leçons sur l’histoire*, 1996.
- RANKE, L. V.; HOLANDA, S. B. de (Org.); FERNÁNDES, F. (Coord.). *História*. São Paulo: Ed. Atica, 1979.

- RICOEUR, P. Objetividade e subjetividade em história. In: RICOEUR, P. *História e verdade*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1968. Tradução de: *Histoire et vérité*, 1955.
- _____. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1994. Tradução de: *Temps et récit*.
- SCHAFF, A. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1983. Tradução de: *Histoire et vérité*, 1971.
- SILVA, R. F. da. *História da historiografia*. Capítulos para uma história das histórias da historiografia. São Paulo: Edusc, 2001.
- STERN, A. *La filosofía de la historia y el problema de los valores*. Buenos Aires: Eudeba, 1970. Tradução de: *The philosophy of history and the problem of values*, 1963.
- VEYNE, P. A história conceitual. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. p. 64-88.
- _____. *Como se escreve a história*. Lisboa: Ed. 70; São Paulo: Martins Fontes; Brasília: Universidade de Brasília, 1983a. Tradução de: *Comment on écrit l'histoire*, 1971.
- _____. *O inventário das diferenças: História e Sociologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983b. Tradução de: *L'inventaire des différences*, 1976.
- WALSH, W. H. *Introdução à filosofia da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Tradução de: *An introduction to the philosophy of history*, 1967, 1977.
- WHITE, H. *Trópicos do discurso*. Ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 1994. Tradução de: *Tropics of discourse. Essays in cultural criticism*, 1978.
- _____. *Meta-História*. A imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Edusp, 1995. Tradução de: *Metahistory: The historical imagination in the nineteenth-century Europe*, 1973.

